Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Natã Sousa Coutinho

A relação Trabalho-Assistência Social: reflexões a partir das ações de Inclusão Produtiva na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades

Rio de Janeiro
2024

Natã Sousa Coutinho

A relação Trabalho-Assistência Social: reflexões a partir das ações de Inclusão Produtiva na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.ª Dra. Andréa de Sousa Gama

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

C871 Coutinho, Natã Sousa.
A relação Trabalho-Assistência Social: reflexões a partir das ações de Inclusão Produtiva na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades / Natã Sousa Coutinho. – 2024.
113 f.

Orientadora: Andréa de Sousa Gama.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Serviço social - Nova Iguaçu (RJ) - Teses. 2. Trabalho - Nova Iguaçu (RJ) - Teses. 3. Assistência social - Nova Iguaçu (RJ) - Teses. 4. Ciências sociais - Nova Iguaçu (RJ) - Teses. I. Gama, Andréa de Sousa. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 36:331(815.32)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Natã Sousa Coutinho

A relação Trabalho-Assistência Social: reflexões a partir das ações de Inclusão Produtiva na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 22 de agosto de 2024.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dra. Andréa de Sousa Gama (Orientadora)

Faculdade de Serviço Social – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Fátima Valéria Ferreira de Souza

Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira Almeida

Faculdade de Serviço Social – UERJ

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Para Francisco, Graça e Alea, meus avós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela viabilidade do meu sonho de continuar os estudos e seguir a vida acadêmica/científica sem imediatamente ter que contribuir na renda da casa, com o preço da inserção precoce no mundo do trabalho. Um privilégio que na conjuntura dos últimos anos, poucos jovens brasileiros puderam usufruir. Ao meu pai Mario e a minha mãe Claudia e irmã Kimberly, obrigado.

Agradeço aos meus amigos que seguiram comigo nessa jornada. Da graduação, carrego Paulo Sundi, Larissa Siqueira, Kharine Gil e Matheus Alvarenga. Muito obrigado pela escuta e compartilhamento das angústias, desafios e felicidades da vida adulta.

No mestrado encontrei uma amizade que se estendeu para as outras áreas que não apenas os corredores da UERJ. Muito obrigado Waldirene Paiva, minha querida amiga, apoiadora de todos os momentos do mestrado e de meus processos na caminhada da vida.

Na minha turma de mestrado gostaria de agradecer nominalmente ao apoio de Diego de Bem, Débora Peixoto e de Olga Aquino, colegas que sem o apoio e o auxílio, eu não teria chegado até aqui de forma plena.

Agradeço a Mably Trindade, minha orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na graduação da UFRJ, cuja carreira, doçura, afeto e humanidade são exemplos para mim. Sem os seus ensinamentos e apoio que perduram até os dias de hoje, eu não teria chegado até aqui. Portanto, obrigado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ pela possibilidade do meu desenvolvimento pleno enquanto pesquisador e pelos recursos e auxílios necessários, sempre que solicitados, atendidos. Sem um programa tão renomado e atento aos discentes, o processo na pós-graduação seria muito mais difícil. Agradeço em nome dos Professores Maurílio Castro, Valéria Forti e Renato Veloso.

À Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu pela disponibilidade dos dados e pelo espaço de formação enquanto pesquisador

Agradeço em um parágrafo o destaque que a professora Andréa de Sousa Gama teve em minha trajetória do mestrado. Sou imensamente grato pela generosidade em ter absorvido um orientando angustiado que até então não era um problema seu. Andréa, obrigado por ter me ensinado o que eu queria aprender: é perfeitamente possível pesquisar sobre questões em gênero e sexualidade sem perder o rigor científico e o debate crítico sobre o trabalho e as políticas sociais.

Agradeço ao professor Ney Luiz Almeida pelos imensuráveis aprendizados, pela humildade em transmitir o conhecimento e apontar as falhas quando necessário. Obrigado pelo estágio-docente e por ter aceitado compor a minha banca de qualificação e defesa da dissertação. Enfim, obrigado pelo espaço concedido em acompanhar de perto uma referência.

Sou grato também à professora Fátima Valéria por todo o espaço concedido a mim em seu laboratório de ensino, pesquisa e extensão, ambiente em que durante anos pude me desenvolver academicamente. Com Fátima aprendi que a dimensão política caminha lado a lado com o fazer do assistente social. Gratidão pelo aceite do convite em compor a minha banca de qualificação e defesa.

Agradeço ao meu namorado e companheiro Sávio Gomes pela parceria e pelo colo em todos os momentos que preciso. Sávio, a vida com você tem sido mais segura. Obrigado pelo apoio em meus sonhos.

Não posso me esquecer de minha tia Sandra - Tia Saninha - que talvez seja a minha primeira referência de intelectualidade. Obrigado por ter me ensinado tanto da vida antes de eu precisar vivê-la, tia.

Às minhas sobrinhas Louily e Louisy pela paciência em todas as vezes que desabafava com elas sobre os meus processos. Cheguei a ensaiar a minha apresentação da qualificação com a ajuda delas. Obrigado, meus amores.

Agradeço ao LabCruva, uma iniciativa que cofundei com Niara Felipe, Paulo Sundi e William Toledo, amigues que fiz na UFRJ e sigo uma relação estreita e pessoal desde então. Com o Laboratório pesquisamos as questões de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais em uma perspectiva que sentíamos falta na educação instituída. Obrigado pelo companheirismo das ideias.

Por fim, agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES pelo financiamento dos custos da pesquisa e de minha manutenção enquanto pesquisador brasileiro. Salve as agências de financiamento da ciência brasileira.

Eu sou a continuação de um sonho
Da minha mãe do meu pai
De todos que vieram antes de mim
Eu sou a continuação de um sonho
Da minha vó, do meu vô
Quem sangrou pra gente poder sorrir
(Abebe Bikila Costa Santos, BK / Jonas Ribeiro Chagas).

RESUMO

COUTINHO, Natã. **A relação Trabalho-Assistência Social:** reflexões a partir das ações de Inclusão Produtiva na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades. 2024. 113 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A presente dissertação de mestrado – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – pretende desenvolver um estudo analítico/exploratório sobre as ações de Inclusão Produtiva, realizadas na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Nova Iguaçu, onde era localizada a "Agência Nova Iguaçu de Oportunidades", um equipamento criado para a finalidade de sanar as necessidades de emprego e renda dos usuários da política de assistência social local. Como procedimentos metodológicos a dissertação buscou identificar a inclusão produtiva no debate acadêmico do Serviço Social após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Os resultados da análise documental apontam indicadores sociais que aludem ao cenário nacional de um mundo do trabalho precarizado composto por pessoas inscritas no Cadastro Único para benefícios sociais e com um perfil étnico-racial constituído por pardos e pretos. Sendo a inclusão produtiva, portanto, uma resposta que mais atende a determinadas demandas econômicas e conjunturais do que, necessariamente, à totalidade das necessidades dos trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho; assistência social; inclusão produtiva.

ABSTRACT

COUTINHO, Natã. **The Work-Social Assistance relationship:** reflections based on Productive Inclusion actions at Agência Nova Iguaçu de Oportunidades. 2024. 113 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This master's thesis – presented to the Postgraduate Program in Social Service, at the State University of Rio de Janeiro (UERJ) – intends to develop an analytical/exploratory study on the actions of Productive Inclusion, carried out at the Municipal Secretariat of Social Assistance (SEMAS) of Nova Iguaçu, where the "Agência Nova Iguaçu de Oportunidades" was located, an equipment created for the purpose of meeting the employment and income needs of users of the local social assistance policy. As a methodological task, the dissertation sought to identify productive inclusion in the academic debate on Social Work following the approval of the National Social Assistance Policy, PNAS. The results of the documentary analysis point to social indicators that allude to the national scenario of a world of precarious work made up of people registered in the Single Registry for social benefits and with an ethnic-racial profile made up of brown and black people. Therefore, productive inclusion is a response that meets economic and situational demands rather than necessarily the totality of workers' needs.

Keywords: work; social assistance; productive inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa da Desigualdade: empregos em Nova Iguaçu	31
Gráfico 1 –	Gênero/Sexualidade dos solicitantes em 2021.2.....	81
Gráfico 2 –	Raça/Etnia dos solicitantes em 2021.2.....	84
Gráfico 3 –	Escolaridade dos solicitantes.....	85
Gráfico 4 –	Interesse com a ANIO.....	86
Gráfico 5 –	Bairros de Nova Iguaçu dos usuários da ANIO.....	88
Gráfico 6 –	Censo 2022 em Nova Iguaçu.....	90
Figura 2 –	Organograma da Agência.....	91
Figura 3 –	Encontro sobre empreendedorismo.....	94
Figura 4 –	Objetivos da Agência.....	95
Figura 5 –	Tipificação oficial sobre a Inclusão Produtiva na Assistência Social.....	96
Figura 6 –	Recorte de “Sugestão SEMAS/NI”	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Revistas científicas……....23

Tabela 2 – Revista de Políticas Públicas……..24

Tabela 3 – Revista Ser Social……...……24

Tabela 4 – Revista Katálysis…….25

Tabela 5 – Revista Em Pauta……....25

Tabela 6 – Ocupação pretendida…….....87

Tabela 7 – Serviços da ANIO……..92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESSUAS	Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
ANIO	Agência Nova Iguaçu de Oportunidades
APL	Arranjo Produtivo Local
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ou Comissão Económica para a América
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CMS	Centro Municipal de Saúde, intitulado
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ESS	Escola de Serviço Social
FSS	Faculdade de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPLAB	Laboratório Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PIA	Plano Individual de Acompanhamento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PTD	Plataforma do Trabalho Decente
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PROFAEX	Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão

SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	**O MUNDO DO TRABALHO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL**.....	34
1.1	**O contemporâneo mundo do trabalho sob a crise do capital**.....	34
1.1.1	O fetiche e a alienação da "mercadoria"	37
1.2	**A força de trabalho e a exploração**.....	39
1.3	**O processo de acumulação e a superpopulação relativa**.....	42
1.4	**Breves considerações sobre o trabalho no Brasil**.....	46
1.5	**Política Social e Assistência Social – o caminho do debate**.....	53
1.5.1	A inclusão produtiva em debate no Serviço Social brasileiro.....	63
2	**ANÁLISE DAS AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA NA AGÊNCIA NOVA IGUAÇU DE OPORTUNIDADES**.....	77
2.1	**Reflexões iniciais sobre a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades**.....	78
2.2	**O perfil da população solicitante das ações de inclusão produtiva**.....	80
2.3	**As ações presentes na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades**.....	91
2.4	**Limites e potencialidades das ações de inclusão produtiva – um breve balanço**.....	100
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
	REFERÊNCIAS.....	107
	ANEXO A – Declaração de solicitação de dados da SEMAS-NI.....	113

INTRODUÇÃO

> *Neste momento, estamos sendo desafiados por uma espécie de erosão da vida. Os seres que são atravessados pela modernidade, a ciência, a atualização constante de novas tecnologias, também são consumidos por ela* (Krenak, A, p. 95, 2020).

A presente dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tem como um dos objetivos precípuos desenvolver um estudo analítico/exploratório sobre as ações de Inclusão Produtiva realizadas na Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu (SEMAS), onde até 2022 ficou localizada a "Agência Nova Iguaçu de Oportunidades", um equipamento criado para esta finalidade.

Vinculada à Área de concentração "Trabalho e Política Social", esta pesquisa tem, portanto, como objetivo analisar o programa de Inclusão Produtiva em Nova Iguaçu a partir das estratégias hegemônicas de enfrentamento do desemprego da superpopulação relativa flutuante, a partir dos paradigmas e ações no campo do empreendedorismo.

Com tal propósito, pretende-se, também problematizar essas ações enfatizando o significado da Inclusão Produtiva a partir da análise de autoras como Fátima Valéria Ferreira (2020) que tem um significativo acúmulo teórico nesta seara, Ivanete Boschetti (2011, 2016 e 2020) e Elaine Behring (2011) duas grandes referências para se compreender a relação entre as políticas sociais, a política de assistência social e o trabalho.

Cumpre mencionar, também, que o interesse pelo presente tema de pesquisa inicia-se ainda na graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da minha inserção em um projeto de Extensão Universitária, portanto trata-se de uma dissertação que apenas pôde existir devido ao tripé da educação superior pública brasileira que consiste em: ensino, pesquisa e extensão.

O referido projeto refere-se ao "Laboratório Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva (IPLAB)"[1], que buscava auxiliar a Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu nas ações de inclusão produtiva na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades. A participação dos alunos extensionistas foi estabelecida por via do auxílio à gestão com as atividades da referida Agência.

No segundo semestre de 2020, ainda no contexto da pandemia de Covid-19, recebi em meu e-mail o convite para o processo seletivo em um projeto de pesquisa e extensão em Serviço

[1] Coordenado pela professora Dra. Fátima Valéria Ferreira de Souza.

Social com vagas abertas e com os seguintes critérios: a) ter interesse na Política de Assistência Social e b) residir na Baixada Fluminense.

Dos critérios acima, eu possuía os dois. A primeira condicionante, ou seja, ter o interesse na Assistência Social constituía-se como algo latente em mim desde a disciplina de Política Social I cursada na graduação, período importante em que compreendi em sua gênese constitucional a composição da Seguridade Social brasileira: Previdência Social, Saúde e Assistência Social.

Ademais, em meu estágio obrigatório na graduação, pude acompanhar o exercício profissional do Serviço Social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em Nova Iguaçu, cidade em que resido e pesquiso. Em seguida, após um ano de estágio obrigatório, ao realizar as disciplinas específicas sobre as Políticas Sociais de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, prestei um concurso de nível superior incompleto divulgado pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a contratação de estagiários, sob a modalidade não obrigatória, em Serviço Social na área da Saúde.

Em 2019, a partir de minha aprovação no concurso de Acadêmico Bolsista em Serviço Social na Secretaria Municipal de Saúde, atuei em um Centro Municipal de Saúde (CMS), intitulado Marcolino Candau. Assim, com a experiência no INSS e na área de Saúde, da Seguridade Social, restava apenas conhecer o trabalho realizado na Assistência Social.

Logo, concluí os dois anos de estágio obrigatório no INSS de Nova Iguaçu, sete meses de estágio não obrigatório na Saúde, previstos no edital do concurso da Prefeitura do Rio de Janeiro e por anos na Extensão Universitária fiquei inserido no campo da Assistência Social.

Nesse sentido, esta dissertação versa sobre a minha última experiência enquanto extensionista e da qual considero a mais profunda, profícua e madura atuação da minha trajetória profissional e acadêmica.

É importante destacar que embora eu possuísse genuíno interesse nas diferentes políticas sociais e áreas de atuação, nas quais eu poderia atuar enquanto assistente social, o percurso nas três áreas da Seguridade Social foi, de fato, planejado, e não fruto de uma indecisão e/ou inadequação nas áreas em que eu me inseri anteriormente.

Justifico este percurso, por eu me orgulhar de ter atuado tão rapidamente em três das principais áreas do Serviço Social, e o fiz de forma arquitetada: inscrevi-me no estágio no INSS por ser uma área de interesse, referência nacional e próximo à minha casa, o estágio não obrigatório, por ser previsto em minha formação e a Extensão, por acreditar que uma formação superior requer o contato dos saberes acadêmicos e os saberes não formais e não institucionalizados.

Na minha humilde visão, a extensão trata-se de uma troca profícua da qual promulgo, isto é, um modelo educacional embasado num projeto de formação superior pública, quando calcada no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Retornando agora ao segundo requisito exigido para participar do processo de seleção do "Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão: Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva", isto é, ser morador da Baixada Fluminense, gostaria de ressaltar que sou nascido e criado em Nova Iguaçu.

Trata-se de uma cidade considerada a origem[2] do território conhecido atualmente como a Baixada Fluminense, uma vez que a maioria das cidades do território são antigos distritos ou vilas que se emanciparam ao longo do tempo. Há quem também chame Nova Iguaçu de Capital da Baixada por concentrar vários dos maiores centros comerciais, gastronômicos e educacionais da região.

A cidade de Nova Iguaçu – território, como mencionado, da Baixada Fluminense – está inserida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e possui uma iniciativa de ações de Inclusão Produtiva por meio de sua Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS/NI). Até 2022, tais ações eram concentradas em uma unidade de atendimento pertencente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da cidade nomeada de "Agência Nova Iguaçu de Oportunidades". Desde 2020, a referida Agência recebe o apoio técnico do "Laboratório de Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva" (IPLAB), vinculado à Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Logo, é neste contexto que eu me insiro no IPLAB, atuando como bolsista de Extensão em Serviço Social durante o ano de 2021 na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades. Como dito anteriormente, tal inserção ocorreu de forma presencial enquanto estudante de graduação.

Desde o período como bolsista de extensão no Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão (PROFAEX), algumas inquietações foram sendo acumuladas, amadurecidas e se materializam na presente pesquisa. Ressalto, ainda, que segui integrando a equipe do laboratório até meados de 2024, mas como integrante externo ao corpo da universidade e de forma voluntária como pesquisador.

---

[2] Nova Iguaçu pode ser considerada a "cidade mãe" da Baixada Fluminense, pois se trata de uma a cidade que originou as suas vizinhas Duque de Caxias, Nilópolis, Belford Roxo, Japeri, Queimados e Mesquita, que ao longo das décadas foram se emancipando da matriz: https://extra.globo.com/rio/cidades/nova-iguacu/noticia/2023/10/entenda-por-que-nova-iguacu-e-conhecida-como-cidade-mae.ghtml. Acesso em fev. 2024.

Sobre a composição do corpo técnico da "Agência Nova Iguaçu de Oportunidades", destaca-se que havia: dois psicólogos, uma assistente social e uma pedagoga, assim como havia estagiários das três supracitadas áreas, juntamente com cinco extensionistas da UFRJ, ou seja, colegas de Projeto. Como eu era bolsista de extensão, ia à unidade de atendimento com maior regularidade, sendo dois dias presenciais na semana, buscando totalizar a carga horária de vinte horas semanais. Além disso, uma das hipóteses que norteiam esse estudo reside em tentar refutar a ideia de que a Inclusão Produtiva parece ser a "solução mágica" para as questões de seus usuários a necessidade de inseri-lo no mercado de trabalho, visando integrá-los aos demais trabalhadores.

Diante desta hipótese e do objetivo geral anteriormente mencionado, a pesquisa foi orientada pelos seguintes objetivos específicos: Identificar as principais demandas de trabalho recebidas nas ações do programa de Inclusão Produtiva na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Nova Iguaçu; 2) Caracterizar as ações que compõem o programa de Inclusão Produtiva em Nova Iguaçu no contexto da pandemia de Covid-19; 3) Identificar o perfil socioeconômico dos solicitantes e dos atendidos no programa de Inclusão Produtiva; 4) Colocar em evidência algumas indagações, tais como: a inclusão produtiva preocupa-se em entender as especificidades do mundo do trabalho brasileiro e do perfil dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)?

Como assinala Sposati (2011), o direito à assistência social apresenta-se como não-contributivo e não é trazido como um direito advindo do trabalho; portanto do seguro social. Contudo, em uma sociedade pautada pelo trabalho, ainda que pela ausência dele (CASTEL,1998), a máxima do trabalho ainda é posta, mesmo em uma política social que se consolida justamente na atenção aos brasileiros que não estão inseridos no mercado formal de trabalho ou estão inseridos de forma altamente precarizada.

Em razão do contexto mundial de neoliberalismo e desregulamentação do trabalho, as políticas públicas de trabalho e renda avançam no interior da política de assistência social em um país sob a contrarreforma da previdência social e trabalhista. Por conseguinte, com uma hipertrofia da política de assistência social, novas demandas são absorvidas e, neste cenário, a Inclusão Produtiva aparece como mais uma ação inserida no escopo do Sistema Único de Assistência Social.

Ademais, pesquisar a inclusão produtiva apresenta-se como um desafio imposto à categoria de assistentes sociais, pois, se, por um lado, há a evidente constatação de que não é um campo profissional óbvio, por outro, o campo de políticas e projetos de geração de trabalho e renda como uma área de atuação tem sido uma realidade para os profissionais do Serviço

Social. Portanto, uma análise crítica sobre estas ações podem ser bastante pertinentes, sobretudo em um programa de pós-graduação com excelência reconhecida na área do campo crítico que se debruça sobre as Políticas Sociais e, também, sobre a categoria Trabalho.

No âmbito da pesquisa, a inclusão produtiva apresenta elementos que são importantes para o Serviço Social e a sua já tradicional capacidade de análise da totalidade que permeia as Políticas Sociais, sendo a inclusão produtiva em Nova Iguaçu – objeto essencial de análise da presente dissertação – uma ação da Política de Assistência Social. Assim, identificar as contradições presentes é um conhecimento que a área dos programas de Pós-Graduação, especificamente o da UERJ possui.

A Lei Orgânica Assistência Social (LOAS), fazendo alusão à Constituição de 1988, traz alguns importantes textos sobre a promoção ao mundo do trabalho de seus usuários. Consequentemente, uma produção que busca compreender e caracterizar a experiência de uma grande cidade com quase um milhão de habitantes, como é o caso de Nova Iguaçu, reside numa importante fonte de reflexão para futuros profissionais do Sistema Único de Assistência Social que atuarão com as ações de geração de trabalho e renda, bem como, da inclusão produtiva.

Ao se compreender a categoria de superpopulação relativa que compõe o exército industrial de reserva (Marx, 2013), percebe-se que os usuários da política de assistência social são aqueles que ocupam uma determinada posição na relação capital-trabalho. Apesar de pertencerem à classe dos despossuídos, que precisam vender a sua força de trabalho, não acessam ao trabalho de forma contínua ou formal ao ponto de garantir minimamente sua reprodução social. Assim, com a existência de uma política condicionada aos que dela necessitam, tais "trabalhadores" acessam a Assistência Social sob um viés, por vezes, limitado à garantia de mínimos sociais (Pereira, 2011).

Por sua heterogeneidade, esses trabalhadores – que, ora adentram, ora saem dos vínculos de trabalho – acabam não sendo uma classe organizada e ficam, muitas vezes, aquém de seus direitos e de sua condição de "classe-que-vive-do-trabalho", nos termos de Ricardo Antunes (2015). Antunes (idem) utiliza a categoria classe-que-vive-do-trabalho para se dirigir aos trabalhadores despossuídos dos meios de produção. Trata-se de uma alcunha bastante pertinente e importante na medida em que se percebe que uma parcela significativa das pessoas que não está inserida em um regime de trabalho regulamentado ou não possui o perfil do proletariado fabril-industrial, também vive do trabalho e precisa se submeter ao trabalho informal e ao subemprego para manter a sua subsistência.

Ricardo Antunes (ibidem) destaca, ainda, que apesar de o proletário fabril estar inserido diretamente na produção capitalista e por isso ser o núcleo central desta categoria teórica, é

preciso tecer uma análise expansiva da classe trabalhadora contemporânea, pois se trata de uma população precarizada das relações de trabalho, pois não possui qualquer estabilidade e nem tem regulamentada sua força de trabalho, mesmo habitando o modo de reprodução ampliada do capital.

Nessa esteira, com a finalidade de levantar as categorias que explicam as mudanças nas relações de trabalho e as mudanças no trato do Brasil com a política social e a superpopulação relativa nacional, serão apresentados aqui alguns aspectos do mundo do trabalho nas últimas décadas, como os processos que advém da nova morfologia do trabalho como o toyotismo, a agenda neoliberal, a flexibilização, e a terceirização (Antunes, 2004).

A nova morfologia do trabalho destaca aspectos como a subproletarização que possui consonâncias com a subcontratação, o trabalho precário, a economia informal nos países periféricos e a desproletarização do trabalho na indústria nos países centrais. Sob a máxima do "adeus ao trabalho", a resposta parece ser apontada para a realidade de fragmentação e heterogeneização do mundo do trabalho e, consequentemente, dos trabalhadores (Antunes, 2015, p. 20).

Sobre a precarização estrutural do trabalho, uma mediação possível de ser feita com esta categoria refere-se justamente à inclusão produtiva, uma vez que ao fornecer respostas para este aspecto do capital, as políticas de trabalho e renda no interior do SUAS visam gerar trabalho e renda para os usuários da política de assistência social.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa, que subsidiou a escrita da dissertação, emergiram algumas inquietações, tais como a ausência da apresentação dos objetivos da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades estar debatendo a temática da inclusão produtiva e também como uma secretaria municipal de assistência social poderia contribuir para um cenário tão adverso e desigual como é o mundo do trabalho brasileiro?

Com relação à estrutura do presente trabalho, o texto está organizado em introdução ao objeto de pesquisa; três capítulos e as considerações finais.

Na parte final da introdução, há a apresentação da experiência na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades e os caminhos metodológicos, no qual são apresentados os caminhos gerais e metodológicos da pesquisa, a trajetória na extensão, percepções e estranhamentos, bem como as razões que me motivaram levar a referida pesquisa para a UERJ, uma universidade compromissada com a comunidade e com os interesses da classe trabalhadora.

A primeira parte do segundo capítulo, por sua vez, trata da elaboração teórica a respeito de temas que são norteadores da dissertação: o trabalho e as políticas sociais. Com um arcabouço teórico aprendido durante as aulas das disciplinas do programa de pós-graduação da

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi possível desenvolver subsídios de estudos da teoria social crítica marxista. Posteriormente, com a orientação da Dra. Andrea Gama, foram sistematizados e aprimorados as discussões e os resultados da pesquisa a respeito do trabalho e da assistência social no país, notadamente com o marco histórico dos anos 1990 até a contemporaneidade, buscando, assim, um aprofundamento maior da emergência das ações de Inclusão Produtiva no Estado Social brasileiro.

Com relação à segunda parte do capítulo dois, destaca-se o detalhamento da metodologia deste trabalho acadêmico, os procedimentos metodológicos estes que serão detalhados no referido capítulo, cujas teorizações ganham forma por meio de gráficos e tabelas desenvolvidas a partir da pesquisa documental. Cumpre mencionar, ainda, que os dados para o desenvolvimento desta dissertação foram compartilhados pela SEMAS. Assim, será apresentado o perfil socioeconômico dos solicitantes das ações de inclusão produtiva no órgão municipal de Nova Iguaçu durante o segundo semestre de 2021. Serão expostos, também, alguns dados sociais como indicadores de escolaridade, gênero e a quantidade de usuários que recebem algum benefício da Seguridade Social, bem como será trazido uma análise teórica através da revisão bibliográfica sobre trabalho e as políticas de inclusão produtiva.

As considerações finais, por seu turno, trazem a importância de continuidade da pesquisa sobre o mundo do trabalho no Brasil, especialmente com a ótica de perspectiva das políticas sociais. Destaca-se, por conseguinte, que o mundo do trabalho precariza-se substancialmente e, nesse sentido, as políticas sociais precisam também responder às necessidades dos seus usuários, que passam a encontrar nelas respostas para a sua subsistência.

Por último, salienta-se o fato de que o processo de construção da dissertação propicia aos estudantes e pesquisadores solidificar o seu perfil profissional e acadêmico-científico, levando-os ao compromisso de continuar as pesquisas em momentos futuros. Dito de outro modo, as fragilidades encontradas nesta pesquisa podem ser sanadas em estudos posteriores, como no doutorado, por exemplo.

A experiência na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades e os caminhos da pesquisa

O presente tópico possui como tema e objeto central de investigação a minha experiência como extensionista na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades. Portanto, eis a seguir uma definição oficial sobre do que se trata a Agência, informação esta que foi encontrada

em documentos disponibilizados ao pesquisador pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu:

> É um equipamento da Assistência Social voltada para a promoção do acesso ao Mundo do Trabalho, que tem por finalidade desenvolver ações que visam a garantia de direitos e a cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, a partir da inclusão no mundo do trabalho, através da formação profissional por meio de ações articuladas e mobilização social. (SEMAS/NI, s/d)

Nesse sentido, com a definição acima mencionada é possível tecer algumas reflexões a que a presente dissertação se propõe a realizar. Contudo, antes de adentrar a teorização sobre a inclusão produtiva, peço licença ao leitor para fazer uma rápida contextualização da construção dos caminhos que me levaram à pesquisa, destacando algumas observações metodológicas e demarcações teórico-políticas concernentes ao tema pesquisado.

Tentar delimitar a temática de um projeto de pesquisa, sobretudo no campo do Serviço Social, apresenta-se como um enorme desafio acadêmico, mas, também, pessoal, uma vez que é preciso se colocar enquanto sujeito pensante, crítico e ativo em sua própria formação. É um processo que leva tempo e, para isto, faz-se necessária a orientação daqueles mais experientes e que já passaram por este trajeto.

Por isso, destaco neste momento a minha passagem por alguns campos de estágio, disciplinas e docentes que marcaram meu percurso até chegar no problema de minha dissertação, qual seja: compreender quais os significados das ações de Inclusão Produtiva em Nova Iguaçu e a quais propósitos tais ações buscam responder.

Ao longo desta parte da introdução percorremos, ainda – e de forma mais objetiva – algumas das ações de inclusão produtiva e o estranhamento enquanto observador, que me fizeram trazer a pesquisa para o mestrado. Nesse sentido, apresento o relatório final produzido para o desligamento enquanto bolsista do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão: Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva. Observe a minha escrita em dos campos do relatório:

> Somente o ensino, por mais completo que ele seja, não há recursos o suficiente para fornecer o que a Extensão oferece. Estar em contato com diferentes atores da sociedade como profissionais de outras áreas que não a minha, usuários dos serviços, histórias diversas, territórios diversos, para além daqueles do universo acadêmico, é algo que me preparou e agregou em minha formação e pude aproveitar ao máximo esta experiência. Sobretudo realizando um projeto que lida com a Política de Assistência Social e pensar a geração de renda para àqueles que muitas vezes estão nas margens da sociedade e das estatísticas sociais. (Coutinho, N, p. 2, 2022)

Em tal relatório final, fruto das obrigatoriedades de ser aluno bolsista de ações do conhecimento científico, fica evidente a ênfase do entendimento do modelo da Extensão

Universitária e de que não há uma maior elaboração sobre as atividades exercidas, como a de conhecer melhor do que se tratava as ações de geração de renda para os usuários da política de assistência social. A partir de então, tem-se a minha percepção de que era preciso obter um domínio sobre a Inclusão Produtiva para que se pudesse trabalhar com ela.

No fim deste capítulo inicial, destaco que não pretendo analisar a intervenção dos profissionais da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades, fazendo ilações levianas acerca de uma suposta falta de capacitação sobre as ações de geração de trabalho e renda e/ou inclusão produtiva, uma vez que nesta dissertação – como muito bem desenvolvi com minha orientadora – não discuto a atuação profissional das assistentes sociais, tampouco de qualquer outra área profissional, já que a agência era composta também por trabalhadores do campo da psicologia e da pedagogia.

O arcabouço teórico foi embasado na produção teórica do Serviço Social brasileiro, das Ciências Sociais e da Economia que dissertam sobre a categoria trabalho e dialogam com a política de assistência social sob a ótica da teoria social crítica.

Assim os instrumentos metodológicos deste trabalho residem na literatura, na análise documental sobre a inclusão produtiva nos dados solicitados à Secretaria de Assistência Social de Nova Iguaçu e sob a análise bibliográfica de periódicos científicos da área de conhecimento: Serviço Social.

Destaca-se que o material que consta na etapa da revisão bibliográfica dos periódicos Qualis A e B abaixo foi qualificado enquanto projeto de pesquisa e posteriormente a investigação seguiu na estrutura da dissertação, sob o exercício dialético de ir, vir, retornar e prosseguir para o concreto, como ensinam Lima e Mioto (2007). A pesquisa desta dissertação possui estreita consonância com os conceitos da "Leitura de reconhecimento do material bibliográfico" de Lima e Mioto (2007, p. 41) e define o material a ser de fato trabalhado a partir da categoria: "Leitura seletiva" (idem) no qual o material de leitura e os dados são acurados e então é iniciada o processo de construção do produto final.

Tal determinação é uma ação comum que ocorre entre os estágios até uma pesquisa final a ser apresentada, Lima, Mioto (2007, p. 38) possuem

> Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.

Durante o processo de construção do desenho metodológico, a flexibilidade nos procedimentos é um fator a ser observado e de forma alguma quer dizer menos trabalho ou ausência de comprometimento com a pesquisa por parte do autor, o contrário, aponta o seu amadurecimento e a sua autonomia enquanto pesquisador, como aponta a literatura.

Por consequência, para atingir os objetivos propostos, diferentes foram as etapas metodológicas:

a) Revisão de literatura

Revistas científicas da Área de Serviço Social em nível A e B,[3]. Sendo elas:

Tabela 1 - Revistas científicas

Revista Científica
Em Pauta
Katálysis
Revista de Políticas Públicas (UFMA)
Ser Social

Fonte: elaboração própria

- Em Pauta (a partir de 2009, período disponível no portal digital)
- Katálysis
- Revista de Políticas Públicas (UFMA)
- Ser Social (a partir de 2009, período disponível no portal digital)

Com relação ao marco temporal, este foi delimitado desde a emergência da Política Nacional de Assistência Social, no ano de 2004. Sendo de 2005 até o primeiro semestre de 2023. Não apenas pelo marco legal, mas, por se tratar também de um ponto em comum entre os diferentes autores da literatura especializada na política de assistência social em que a pesquisa deste projeto se fundamenta e se articula.

[3] De acordo com o conceito da Plataforma Sucupira. Registra-se que a revista "Serviço Social & Sociedade" por ter seu arquivo hospedado na plataforma "Scielo" não foi selecionada para esta amostragem, devido à confusão no momento de busca no portal, que acabou por misturar demais publicações que não são do periódico. Registra-se, também, que em uma tentativa realizada nenhuma das palavras-chaves obteve resultado encontrado.

Ademais, buscou-se localizar a análise dos pesquisadores e profissionais da área do Serviço Social acerca das ações de inclusão produtiva e/ou as políticas públicas de geração de trabalho e renda e assim, caracterizar o desenvolvimento das ações de inclusão produtiva em Nova Iguaçu no contexto da pandemia de Covid-19 e as potencialidades e limites da experiência de inclusão produtiva.

Ao longo dos diferentes momentos de construção da pesquisa, as palavras-chaves buscadas foram: “inclusão produtiva”, “políticas de trabalho e renda” e “geração de emprego e renda”. Segue abaixo as revistas e artigos trabalhados:

Tabela 2 - Revista de Políticas Públicas:

Termo buscado: inclusão produtiva.

Revistas sobre Políticas Públicas	
1	RELAÇÃO ENTRE POBREZA E TRABALHO NO BRASIL: expressão de seus dilemas na Política de Assistência Social Cleonice Correia Araújo, Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira, Maria Virgínia Moreira Guilhon, Salviana de Maria Pastor Santos Sousa
2	DEMANDAS DO TRABALHO AO ASSISTENTE SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO Maria José de Sousa Barbosa, Risomar Ferreira de Sousa, Maria Helena Loureiro dos Santos
3	A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: da “letra da lei” ao sentido do texto Rosângela Nair de Carvalho Barbosa

Fonte: elaboração própria. Termo buscado: inclusão produtiva. Encontrado: 11 itens, 03 foram selecionados pela aproximação com a discussão.

Tabela 3 - Revista Ser Social:

Inclusão produtiva: 0 resultados. Encontrado: políticas de trabalho e renda. Itens: 1.

Revista Ser Social	
1	COVID-19 E PROTEÇÃO SOCIAL: respostas de governos nacionais à garantia de emprego e renda na América Latina. Monica Senna, Valentina Sofia Suarez Baldo, Aline Souto Maior

Fonte: elaboração própria.

Tabela 4 - Revista Katálysis:

Inclusão produtiva: 0 resultados. Encontrado: “geração de trabalho e renda”. Itens: 04, 03 tabulados e 02 foram os selecionados (01 e 03). Segue a tabela final:

Katálysis	
1	A NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO EUROPEU: workfare e medidas de ativação. Liliane Moser
2	CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: a construção de novos sujeitos políticos Mari Aparecida Bortoli

Fonte: elaboração própria.

Tabela 5 - Revista Em Pauta

Inclusão produtiva: 0 resultados. Encontrado: “políticas de trabalho e renda”. A escolha científica segue o mesmo critério dos demais periódicos: enfoque no objetivo da pesquisa da dissertação que busca investigar a inclusão produtiva na política de assistência social e não o trabalho das(dos) assistentes sociais em si.

Em Pauta	
1	PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO NO BRASIL Vitor Araújo Filgueiras
2	AUXÍLIO EMERGENCIAL E TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA COVID-19 Maria Ozanira da Silva e Silva, Salviana de Maria Pastor Santos Sousa, Valéria Ferreira Santos de Almada Lima
3	... PARA DEPOIS DIVIDIR: notas sobre Reforma Previdenciária e assimetrias raciais no Brasil. Marcelo Paixão, Mario Theodoro

Fonte: elaboração própria.

Ressalta-se que a análise dos artigos acima poderá ser encontrada no capítulo dois desta dissertação, momento da exposição dos resultados desta etapa metodológica.

Ainda em relação à revisão da literatura e com o objetivo de localizar na produção de conhecimento da área de Serviço Social o debate em torno da inclusão produtiva, foram identificados artigos em revistas conceituadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e que os resultados da pesquisa bibliográfica poderão ser encontrados no capítulo dois desta dissertação.

b) Pesquisa documental

Para identificar as principais demandas de trabalho recebidas nas ações de inclusão produtiva no SUAS de Nova Iguaçu e caracterizar o desenvolvimento das ações de inclusão produtiva no referido município sob o contexto da pandemia de Covid-19, foi utilizada a análise documental do material disponibilizado pela Secretaria Municipal de Nova Iguaçu. Irão ser utilizados nesta etapa os dados primários que foram coletados juntamente da SEMAS/NI. Além disso, debrucei-me sobre documentos oficiais, trabalhos e demais conteúdos que contextualizam a emergência e justificativa da existência da "Agência Nova Iguaçu de Oportunidades" no interior da SEMAS-NI.

Ocupou, também, um espaço importante na análise sobre os dados do "Plano Individual de Acompanhamento" (PIA). Este Plano consiste em um formulário de banco de dados quantitativos e qualitativos hospedados na plataforma *Google*. Nele, há registro de residência no município, raça, gênero, sexualidade, histórico profissional e demais dados que irão auxiliar nos resultados esperados desta etapa: a caracterização do perfil dos solicitantes das ações de inclusão produtiva de N.I.

Com relação à coleta destes documentos que foram analisados na pesquisa, utilizou-se do instrumento de uma declaração oficial, que foi assinada pela professora/orientadora e pelo discente/orientando. Constam em declaração de solicitação os seguintes materiais:

a) Planilha de hospedagem do Plano de Atendimento Individual (PIA). Esta base de coleta de dados era utilizada pela equipe técnica como um instrumento profissional no momento do atendimento. Nela há também dados sobre a escolaridade, bairro, experiências profissionais e inscrição no Cadastro Único.

b) Pastas da plataforma *Google* com informações sobre a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades. Ressalta-se que nos materiais disponibilizados pela SEMAS à pesquisa, constam os arquivos hospedados na plataforma *Google*, mas a conta da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades não foi disponibilizada ao mestrando.

c) Traçado metodológico da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades. Para esta solicitação, a Secretaria disponibilizou documentos que explicam a operacionalização da Agência, como um arquivo *PowerPoint* e um Ofício governamental utilizado para fins administrativos que descreve cada atividade da Agência.

No interior da base de dados, existia na Agência algumas pastas específicas voltadas a um chamado "grupo prioritário". Tais grupos são aqueles encaminhados das demais unidades de atendimento do SUAS do município, como é o caso da população LGBTQIAPN[4]+, população em situação de rua e de mulheres enfrentando violência que vinham de outras pastas integrantes da própria SEMAS/NI. Tal conteúdo foi também observado e analisado na etapa de debruçamento sobre a identificação do perfil socioeconômico dos solicitantes no programa de inclusão produtiva.

A Extensão Universitária sempre ocupou um espaço importante em minha formação profissional e acadêmico-científica, razão pela qual a destaco e busco teorizar a respeito de sua importância no ensino público no qual fui e ainda continuo aluno.

Para isto, apresento a citação do currículo da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na parte em que os autores destacam a importância da Extensão em uma formação que busca não atender às demandas do mercado por si só. O material foi apresentado em outra experiência acadêmica que obtive no PPGSS/UERJ: o estágio-docente, supervisionado pelo professor Ney Luiz Teixeira sob a anuência e recomendação de minha orientadora. Inúmeras foram as contribuições para o texto desta dissertação. Desde a sua escrita até ao seu conteúdo bibliográfico.

Assim, apresento ao leitor uma descoberta que eu fiz durante este processo, isto é, os motivos pelos quais eu trouxe um projeto de uma atividade desenvolvida em outra universidade, (na UFRJ) para a UERJ. A resposta reside no fato da UERJ ser uma Universidade que possui uma referência na relação Universidade-sociedade.

Se a minha pesquisa de dissertação é fruto da Extensão Universitária, foi necessário ao recém-formado assistente social que eu sou ir em busca da UERJ, uma Universidade que possui uma história com a mesma comunidade em que eu sou implicado, um exemplo é o pioneirismo da conquista das cotas para o ingresso universitário. Assim, abarcando a maioria da população brasileira: racializada e que compõe a "classe-que-vive-do-trabalho" (Antunes, 2015).

---

[4] De acordo com Trindade (2014), o uso da sigla LGBT foi acordado e difundido a partir da I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em junho de 2008 em Brasília. Posteriormente, a sigla foi abrangendo novas identidades e, atualmente, tem se utilizado LGBTQIAPN+.

Nesse sentido, começo o debate sobre a minha chegada à Agência Nova Iguaçu de Oportunidades e aponto como ocorreu a minha observação-participante enquanto extensionista bolsista do Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão (PROFAEX)[5] nas ações de Inclusão Produtiva presentes na Agência, que era localizada no interior da sede da gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu.

Fazem parte deste capítulo, ainda, as minhas reflexões sobre como foi estar sob um nefasto período de pandemia de Covid-19 que trouxe desafios não apenas de ordem sanitária, mas societárias, expondo o fosso que separa as classes sociais do país, bem como as diversas expressões da "questão social"[6].

Além disso, tais expressões foram sendo atualizadas e novas foram emergindo, tendo em vista um outro cenário que acompanhou a crise pandêmica: o governo federal negacionista da época, presidido por Jair Bolsonaro, que produziu cortes orçamentários e ações eleitoreiras na transferência de renda buscando sua reeleição e parafraseando Antunes (2020), um período marcado por uma pandemia e um pandemônio.

No tangente ao campo das "Políticas Sociais e do Trabalho", o capital engendrou o aumento do número de bilionários sob um contexto de incidência de mortes e agravos em saúde entre os trabalhadores brasileiros, relacionados aos ditos serviços essenciais, comumente os mais precarizados e com a presença da população negra, sendo presenciada também a ausência de transparência de dados como o quesito raça/cor por parte do governo federal (Santos, *et. al*, 2020).

Frente a esta conjuntura a presente pesquisa foi sendo desenhada. Neste sentido, portanto, decidiu-se recorrer às Ciências Sociais e ao conhecimento do Serviço Social para construir mediações possíveis a fim de compreender e buscar sanar algumas questões, indagações e inquietudes. Logo, parte-se agora para a aproximação dialética com a essência destes acontecimentos.

As Ciências Sociais são de suma importância para a sociedade e, de forma alguma, apresentam menor grau de relevância sobre a vida humana. As ciências biológicas e exatas, por exemplo, não são capazes de entender como a diferença regional interfere sobre a saúde de indivíduos de forma física semelhantes.

---

[5] Edital próprio da Universidade Federal do Rio de Janeiro que financia ações no campo da Extensão Universitária.

[6] Uma definição clássica e bastante pertinente e muito difundida no Serviço Social brasileiro e latino-americano pode ser encontrada na obra "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil" de Iamamoto e Carvalho, cuja primeira edição foi publicada em 1982.

A sociologia, por meio de sua pesquisa e investigação irá desvelar o fenômeno social que ocorre por trás das especificidades que compõem a sociedade. Cada um dos dois sociólogos clássicos fundou um campo teórico, tendo apenas Marx (2013) rompido com o acúmulo teórico produzido até o seu tempo histórico. Portanto, sendo eu um assistente social, a minha investigação parte com o seguinte pressuposto:

> Ao assistente social, no âmbito da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, cabe captar como as diversas expressões da questão social se particularizam em cada espaço sócio-ocupacional e chegam como demandas que dependem de sua intervenção profissional. Assim, entendemos que a clareza acerca de como concebemos a "questão social", ou seja, a partir de que pressupostos teóricos; a percepção que temos de suas expressões, tais como: desemprego, fome, doenças, violência, falta de acesso aos bens e serviços sociais (moradia, creches, escolas, hospitais, etc.), bem como dos valores que orientam tais concepções, são mediações que incidem sobre os meios e modos de responder às demandas profissionais. (Guerra, 2009, p.4).

Com uma visão de totalidade da sociedade, Marx (2013) não define de forma restrita como o pesquisador deve agir para que se chegue a um resultado. O ato de investigar e analisar as contradições da sociedade posta é algo que o autor se preocupou durante as suas teorizações.

Ao desenvolver a dialética que possui origem em sua parceria de vida com Engels, Marx (idem) irá construir algo inédito nas ciências sociais até então. O que antes era visto como algo naturalizado por todos os anteriores, para o filósofo, deve-se negar a aparência, captar o seu movimento, localizar suas contradições no seu desenvolver para então promover uma ruptura, um ato revolucionário.

Tendo como olhar intelectual o materialismo dialético, o alemão irá descrever o modo de produção capitalista como condutor da sociedade moderna. Não se deve limitar aos teóricos da economia política clássica esta questão, pois uma vez entendida a centralidade do trabalho na vida humana, o método de Marx (2013) torna-se único e complexo entre a economia política.

Analisar o modo de produção capitalista é, portanto, analisar a sociedade, as relações sociais que surgem a partir dos meios de trabalho, das condições deste trabalho, bem como da remuneração e da exploração deste trabalhador. Este movimento de absorver para si as dinâmicas próprias da sociedade, inclusive é algo que o capital faz.

José Paulo Netto (2011) contribui para o entendimento do método em Marx ao afirmar que não se deve aplicar regras às provas de Marx, pois assim limita-se a sua contribuição para a Sociologia, algo que já é amplamente utilizado pelos seus críticos, que o reduzem a uma explicação da economia, como se esta estivesse dissociada das relações sociais.

> Não oferecemos ao leitor um conjunto de regras porque, para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se "aplicam" a um objeto que foi recortado para

> uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para "enquadrar" o seu objeto de investigação. Recordemos a passagem de Lenin que citamos: Marx não nos entregou uma lógica, deu-nos a lógica d'O capital. Isto quer dizer que Marx não nos apresentou o que "pensava" sobre o capital, a partir de um sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas conforme operações intelectivas: ele (nos) descobriu a estrutura e a dinâmica reais do capital; não lhe "atribuiu" ou "imputou" uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a sua (própria, imanente) lógica -numa palavra, deu-nos a teoria do capital: a reprodução ideal do seu movimento real (Netto, 2011, p. 52).

Sendo assim, a teoria-metodológica de Marx, apesar de complexa, apresenta-se de forma ampla para o entendimento do pesquisador ao investigar, devido ao acúmulo teórico produzido pelo autor a respeito do materialismo histórico dialético.

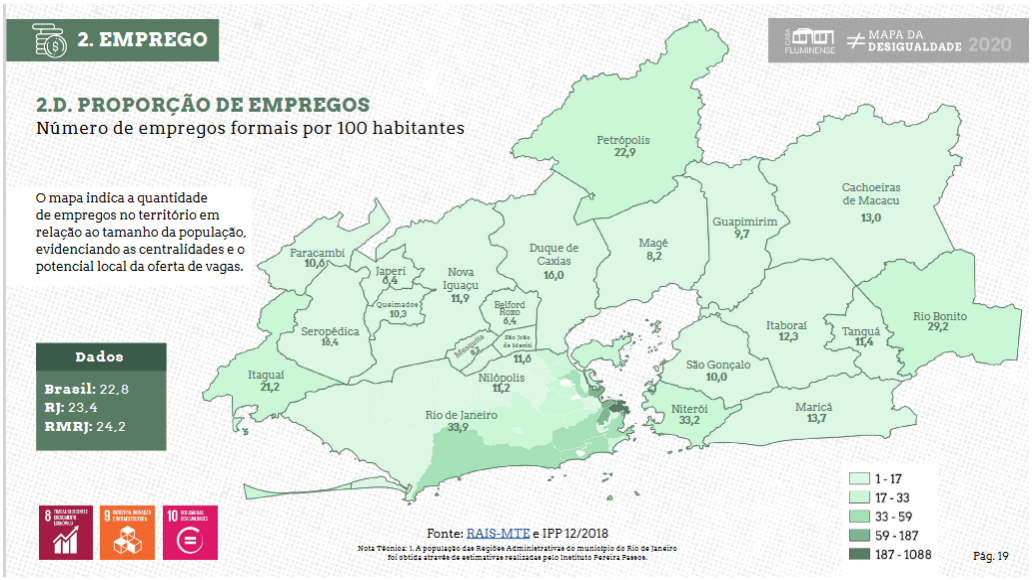
Em uma análise prévia – ainda no processo de construção do projeto de pesquisa da dissertação – foi possível constatar a preocupação dos pesquisadores das ações de trabalho e renda com a ativação de uma parcela da classe que vive do trabalho para o subemprego e formas precarizadas do trabalho.

Com a inicial revisão bibliográfica da produção de conhecimento das revistas de conceito A e B na área de Serviço Social, pôde-se perceber uma escassez da produção teórica sobre o tema, o que não quer dizer que tais temas não sejam preocupação para a categoria.

Visando fazer uma revisão bibliográfica e contribuir diretamente para o debate sobre as ações de geração de emprego e renda na assistência social, a pesquisa buscou construir a caracterização das ações nomeadas de inclusão produtiva no interior da Política de Assistência Social em Nova Iguaçu.

No “Mapa da Desigualdade” abaixo, produzido pela Casa Fluminense (2020), é possível identificar o quantitativo de empregos formais em Nova Iguaçu.

Figura 1 - Mapa da Desigualdade: empregos em Nova Iguaçu



Fonte: Casa Fluminense, 2020.

É possível perceber a diferença de empregos formais entre Nova Iguaçu (11,9%) e a capital, o Rio de Janeiro, (33,9%). Ademais, há uma caracterização do perfil de trabalho na cidade de acordo com o Plano Municipal de Direitos Humanos elaborado no ano de 2021, durante a gestão que ainda atua na Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade:

> A principal atividade econômica atualmente está ligada ao comércio e ao serviço. Nova Iguaçu possui a 4ª maior centralidade econômica da Região Metropolitana, sendo a primeira fora da Capital do Estado. Porém, o setor de comércio e serviços é o segundo maior gerador de empregos do município, perdendo para a administração pública. Ressalte-se, todavia, que, segundo a Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, 70% de todos os postos de emprego formal no setor privado da Região Metropolitana estão concentrados da Capital do Estado, o município do Rio de Janeiro (Nova Iguaçu, p. 9, 2021).

Trazendo como demarcação temporal o Brasil dos anos 2000, com os programas de transferência de renda direta, existe um marco legal de conquista de direitos para aqueles que o país negligência e não ergue políticas e programas sociais: as pessoas desempregadas e/ou que exercem alguma atividade informal para manter a sua reprodução e de seu núcleo familiar. Programas como o Bolsa Família e mesmo o efêmero Auxílio Brasil são exemplos desta posição do Estado para com os desempregados e subempregados no interior de suas políticas sociais, mesmo que atendendo também à reprodução ampliada do capital, como aponta a literatura teórica desta dissertação.

Cita-se nominalmente, aqui, as contribuições da professora Mota (2010) sobre a tendência ao "mito da Assistência Social" a qual, antes destinada aos trabalhadores inválidos e/ou inaptos ao trabalho, no neoliberalismo é sobre ela que se concentra as respostas do Estado

Social capitalista, em dissonância com a ampliação de uma Seguridade Social sob conceito ampliado em seus distintos direitos sociais, tais como a saúde e a ampliação da educação.

Vejamos os dados quantitativos sobre o mercado de trabalho coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na 2ª edição da pesquisa, Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, lançada em 2022:

> A informalidade no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à ausência de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário-mínimo e o direito à aposentadoria. Na série iniciada em 2012, a ocupação informal passou a registrar crescimento a partir de 2016, com a ampliação, em termos relativos, do pessoal ocupado sem carteira de trabalho assinada e por conta própria, independentemente da cor ou raça da pessoa. Posteriormente, em 2020, houve redução por conta da eliminação de postos de trabalhos informais em virtude da crise causada pela pandemia do COVID-19 (IBGE, 2022, p.3).

Na mesma época em que a atenção aos brasileiros que não possuem proteção trabalhista aumenta, o Estado realiza ações no interior da política de assistência social. Adiciona-se a consideração de que a Inclusão Produtiva não é tida aqui como uma ação a ser extinta ou que não atenda às demandas e necessidades dos usuários do SUAS, ao contrário.

Mas, sem entender as particularidades do capitalismo brasileiro e as respostas do Estado (Brettas, 2020) para com a "questão social" e as suas expressões, tais ações e políticas públicas de trabalho e renda serão limitadas e executadas sob caráter moralizador e fragmentado, como na verdade é o histórico das ações de empregabilidade brasileira em esfera federal (Pochmann, 1988; Silva e Yazbek, 2012).

Das políticas sociais, no âmbito dos marcos legais da Constituição Federal de 1988, a assistência social teve a sua afirmação reconhecida como direito mais tardiamente, indo ao encontro do que Brettas (2020) afirma como não havendo desmonte da seguridade social brasileira no período pós-Constituição[7], pois não se pode desmontar o que antes não existia, quando se analisa a construção das políticas sociais brasileiras no contexto de capitalismo dependente (Behring, 2011; Boschetti, 2016 e Brettas, 2020).

Entretanto, há uma construção deficitária e com orçamento fragmentado e descontínuo desta política social (Brettas, 2020) que configura até hoje um dos componentes organizacionais da Seguridade Social.

---

[7] Aqui preocupa-se em contextualizar o caminho da Seguridade Social no período logo após o pós-Constituição. Depois do golpe resultado no impeachment de Dilma Rousseff, com o Governo Temer e agudizado na gestão Bolsonaro com as contrarreformas dos direitos sociais e o enxugamento do orçamento, nitidamente houve um desmonte do que havia sido construído.

Os dados do IBGE, anteriormente trazidos, apontam um aumento da informalidade a partir do ano de 2016, marco do golpe jurídico-parlamentar de 2016 e da construção para a implementação da Emenda Constitucional número 95 que inviabilizou até mesmo a máxima contraditória de construção-fragmentação que constituiu a construção da Seguridade Social brasileira até o impeachment de Dilma Rousseff.

Parte das contradições que marcam o caminho das políticas sociais no Brasil dos pós constituição é a efetivação da Lei Orgânica da Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social que leva à assistência social ao patamar de política nacional com um arcabouço legal e institucional. Sobre a afirmação de se haver um novo padrão de intervenção na questão social no Brasil, Brettas (2020, p. 35 e 36) faz a seguinte constatação:

> As políticas sociais conduzidas pelo Estado e os recursos do fundo público disponibilizados ao setor privado são objeto desta pesquisa cujo foco está nas políticas que compõem a seguridade social – saúde, assistência social e previdência social – e a educação. Um dos principais argumentos apresentados é de que o projeto neoliberal não representa uma proposta de Estado mínimo, mas sua reconfiguração. O Estado segue fundamental para garantir as condições de acumulação capitalista, por meio do fundo público, e indispensável para criar um ambiente de legalidade para as diversificadas formas de superexploração da força de trabalho.

Sob tais lentes teóricas irá ser investigada nos próximos capítulos desta dissertação a incidência de ações de geração de trabalho e renda, especificamente, a inclusão produtiva na Política de assistência social no município de Nova Iguaçu. Mas, antes, é preciso retornar aos processos que dão início a esta demanda: a falta de emprego e/ou a precarização das relações de trabalho.

1 O MUNDO DO TRABALHO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo parte-se do pressuposto de que para se compreender a intrínseca relação entre Assistência Social e Trabalho, é imprescindível analisar as duas principais características das transformações ocorridas na sociedade do capital: as novas configurações dos modelos de produção e o consequente perfil atualizado da classe trabalhadora. Para isto, porém, é preciso contextualizar – ainda que rapidamente – algumas categorias marxianas como: trabalho, força de trabalho, exploração da força de trabalho, mercadoria, fetiche da mercadoria, dinheiro e como o dinheiro transforma-se em capital

Em seguida, o capítulo destaca como se conectam os novos modelos de produção e o perfil médio dos trabalhadores contemporâneos. Buscando articulações que auxiliam nesta tarefa, o contexto histórico da reestruturação produtiva no final do século XX será o fio condutor desta argumentação que possui referencial teórico na sociologia do trabalho de Ricardo Antunes e em outras de suas importantes reflexões (2015, 2014, 2020 e 2022).

Nesse sentido, nas próximas páginas o leitor poderá encontrar explicações de Antunes (idem) sobre o declínio do modelo taylorista-fordista, a implantação do neoliberalismo, as lutas da classe trabalhadora e a sua definição sobre a expansão desta classe, entendida por ele como "classe-que-vive-do-trabalho", um conceito mais amplo sobre a categoria teórica marxista e bastante utilizado em diferentes momentos desta dissertação

Por fim, o texto seguirá para a exposição da discussão sobre as novas propostas em política social para uma contemporânea classe trabalhadora, mais heterogênea e precarizada. (Antunes, 2004). Sendo as ações de Inclusão Produtiva uma dessas respostas, como aponta ser o caso da experiência de Nova Iguaçu.

1.1 O contemporâneo mundo do trabalho sob a crise do capital

Como se sabe, a categoria trabalho é central no método de análise de Karl Marx (2013) da sociedade capitalista. Tal método defende que o ser humano altera a natureza, a fauna e a flora ao passo em que, também, transforma-se a si mesmo, pois precisa produzir recursos para a manutenção de sua reprodução social e, desta necessidade, portanto, obtém-se o trabalho.

Ademais, o trabalho ao mesmo tempo é a causa e a consequência do ser social. Todo este ambiente que permeia o trabalho irá ser objeto do método de Marx (idem), uma vez que o pensador alemão se baseia no materialismo histórico.

Especificamente na Modernidade[8], com a tomada dos meios de produção pelo possuidor da propriedade privada, ou seja, o capitalista. Marx (idem) teoriza a condição da classe proletária, que a burguesia em ascensão institui como explorada no interior da sociedade. Tem-se, então, a dialética de Marx (ibidem), na qual para obter melhores condições de vida e a fim de satisfazer as necessidades primárias do ser social por meio do trabalho, é preciso investigar o interior desta sociedade de classes.

Nesse sentido, a separação da sociedade em duas classes antagônicas – proletariado e burguesia – foi teorizada a partir do materialismo dialético de Marx (ibidem). De um lado, a burguesia possuidora da propriedade e dos meios de produção. Do outro, a classe trabalhadora despossuída, buscando através da venda de sua força de trabalho e das lutas sociais a garantia da manutenção de suas necessidades básicas de reprodução. Para o autor, esta divisão será, inclusive, o fio condutor da nomeada revolução do proletariado que ocorreria durante um processo de transição rumo a uma sociedade comunista, na qual obtém-se uma ditadura do proletariado, na forma simbólica da palavra, já que a extinção das classes sociais é o seu resultado final, uma vez que o trabalho será mantido como produtor e reprodutor da vida social, da sociedade, dada a sua concepção ontológica de transformação da natureza inerente ao ser social.

Ainda segundo Marx (2013), com o objetivo de obter o mais-valor ou mais-valia – fruto da exploração do trabalhador –, o capitalista não possui os mesmos interesses da classe trabalhadora, que produz e vende a sua força de trabalho atrelada aos meios de produção para que se gere uma acumulação de capital.

Karl Marx (2013) concentra, assim, as suas reflexões sobre a classe burguesa e o mundo do trabalho, produzindo uma inédita teoria crítica sobre a economia, que contesta, inclusive, as obras produzidas naquele momento por pensadores da área como Adam Smith e David Ricardo (Marx, K, 2013).

Além de se debruçar sobre a classe burguesa e seus interesses antagônicos aos interesses da classe trabalhadora, Marx (idem) defende a hipótese de que o Estado emerge para atender aos interesses da classe dominante (a burguesia), que detém os meios de produção e controla a

[8] Período em que ficou conhecido a emergência do Iluminismo e da construção de epistemologias que buscavam separar a Igreja, a Ciência (como razão), os conhecimentos tradicionais e o Estado. (Coutinho, 2021)

força de trabalho. Para o pensador (ibidem) o Estado seria uma expressão política da dominação burguesa erguido para atenuar os conflitos que são postos com o desenvolvimento do capitalismo. Portanto, possuindo origens na desigualdade que leva ao antagonismo das classes e da incidência das lutas sociais por interesses também distintos.

Consequentemente, a classe capitalista domina o Estado, pois detém o capital e pode promover uma retenção de investimentos na economia, o que gera consequências para a sociedade e, também, para o Estado. Ademais, os membros que estão no interior do Estado (legislativo, executivo, judiciário) mesmo que oriundos, por vezes, da classe operária passam a se comportar de forma burguesa, pois estão no domínio da sociedade civil.

Cumpre mencionar, ainda, que a alienação gerada pelo modo de produção capitalista acaba por afastar o trabalhador de sua própria produção, a mercadoria. Ao ter a sua força de trabalho vendida e explorada resultando em mais-valor e em mais-trabalho, o proletário passa a não reconhecer a sua própria produção, isto é o seu trabalho, como se fossem coisas distintas. O capital aproveita e incentiva esta alienação, pois assim o sistema capitalista pode continuar a se desenvolver.

Ao longo de suas produções teórico-metodológicas, Marx (2013) trouxe à tona a contradição da relação entre o capital e o trabalho, assinalando que a burguesia quando chega ao poder a partir da obtenção dos meios de produção impõe seus interesses em detrimento da classe trabalhadora. Se antes esta sociedade produzia para a sua necessidade e possuía a posse de suas terras, no modo de produção capitalista esta propriedade é absorvida pelo possuidor da mercadoria. O que conduz o ser humano, com a sua capacidade única de raciocínio e a sua inerente necessidade de executar o trabalho para a sua existência, a vender a sua força de trabalho para sobreviver ao capital.

Na sociedade moderna e com o desenvolvimento do capitalismo, a luta de classes é uma categoria inédita que Marx (idem) trouxe para o interior da Sociologia. São antagônicos os objetivos que permeiam esta sociedade e este modo de produção, que coopta o Estado como um regulador destas tensões, que atua no interior do capitalismo como um aparelho de coerção e de violência com a finalidade de proteger a propriedade privada.

A profunda contribuição das obras de Karl Marx (2013) contribui para compreender o modo de produção capitalista e o seu contexto histórico mecanicamente construído como um gerador da exploração de toda uma classe trabalhadora que produz a mercadoria no interior da sociedade capitalista.

Em uma sociedade marcada pela mercadoria, na qual até mesmo a força de trabalho é uma mercadoria, Marx (idem) tentou desvendar as razões, sendo uma delas, o caráter fetichista e alienador.

1.1.1 O fetiche e a alienação da "mercadoria"

Para Marx (2013), a mercadoria é um objeto externo produzido para atender a necessidades humanas de quaisquer tipos. Um dos meios para o entendimento sobre o tema fetiche da mercadoria é a percepção ocorrida na ocultação do valor da força de trabalho e de sua condição de exploração que ocorre no processo de trabalho por parte da classe trabalhadora. Isto é, o fetiche ocorre na medida em que o trabalhador se afasta da consciência de ser autor de sua própria produção. Assim, ignora a noção de que por isso deveria ter condução sobre ela e não desenvolver uma dominação. Vindo a ser alienado em meio às relações de trabalho cujo ele próprio é sujeito. Isto ocorre, por óbvio, mediante ao interesse do possuidor dos meios de produção em adquirir o trabalho excedente fruto desta alienação do proletariado.

Ainda segundo o referido autor, uma propriedade em comum entre as mercadorias é o fato de serem produzidas por meio do trabalho humano abstrato. Um trabalho humano é tido como abstrato ao passo em que o homem modifica os objetos e os elementos na natureza para suas necessidades e a sua forma primeira se modifica, o valor e a grandeza de uma mercadoria estão associados ao tempo de trabalho em que ele foi produzido.

Marx (idem) aponta, ainda, que é possível criar algo – fruto do trabalho humano – que tenha um valor, porém terá apenas um valor de uso. Na concepção marxiana, para virar mercadoria é preciso que o outro enxergue naquele trabalho uma utilidade e, assim, o objeto e/ou trabalho passará a ter também um valor de troca, pois será cobiçado para ser utilizado para além de sua finalidade de existência primária.

Um determinado objeto não necessariamente é trocado pelo mesmo, há uma diferença qualitativa entre a mercadoria e o produto de sua troca. Essa característica qualitativa se modifica quando é analisada a forma, a duração e como o trabalho para a produção da mercadoria ocorreu. Logo, o valor de uso passa a ser medido de forma quantitativa, o que irá alterar o valor da mercadoria.

Entender esta categoria se faz importante não apenas por ser uma das essenciais da obra marxiana, mas também por se tratar de explicar a contemporaneidade da superexploração do trabalho e das lutas sociais, que serão discorridas nos tópicos posteriores desta dissertação.

Marx (2013) tratou obviamente da forma-dinheiro na qual as mercadorias são representadas e o valor a elas atribuído. O dinheiro na sociedade capitalista como valor é quantificado, tipificado na medida em que o tempo de trabalho é consumido para produzir tal mercadoria. O pensador (idem) assinala que sob uma mesma mercadoria podem coexistir valores distintos quando se é posto o valor da forma-ouro e o valor da forma-cobre, por exemplo. Dito de outro modo, há diferentes formas de precificar uma mercadoria, o que não deixam de ser legitimados são as diferentes formas de materializar em valor esta mesma mercadoria gerada pelo trabalho e o fetiche em volta deste processo.

Ao ser colocada a questão da forma-preço, aponta-se a objetivação do valor do trabalho social relacionado àquela mercadoria porque o preço de uma mercadoria traz consigo o trabalho e demais necessidades que visam ser preenchidas com a mercadoria, ou o meio de troca fruto do fluxo para a obtenção de outra mercadoria no processo de pôr à venda uma mercadoria que não possui utilidade em primeira ordem.

O dinheiro apresenta-se como a primeira forma do Capital. Um comprador e um vendedor fazem parte do processo de circulação das mercadorias e do dinheiro, circulação esta considerada a manifestação do Capital, segundo Marx (2013).

Destaca-se aqui, ainda, o fato de o autor (idem) trazer o consumo como o último estágio do ciclo do Capital. Isto se sucede de forma ampla e não apenas da troca de mercadorias, já que em muitas vezes a satisfação das necessidades pode ser de cunho abstrato e não unicamente simbolizada por um objeto, mesmo que em sua maioria assim seja.

Entretanto, todas essas necessidades vêm sempre embasadas pelo circuito de troca que envolve o trabalho social e a sua produção. O ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M) pode, por vezes, sofrer alguma alternância, porém o valor sempre estará empregado sobre as mercadorias, seja ele em maior ou menor quantidade.

Ao passo em que o anteriormente possuidor da mercadoria passa a ser o possuidor do dinheiro, ele a retira de circulação de forma consciente, com um interesse individual. Logo, torna-se o possuidor do capital, um capitalista, pois será o representante, o destinatário do dinheiro que será advindo do ciclo do valor e de troca oriundos do comércio e do mercado.

Todavia, o valor de uso não é apenas algo que o capitalista busca, uma vez que ele retira de circulação o dinheiro em dado momento, o que se tem aqui é a busca pelo lucro, a geração de mais dinheiro por meio do próprio lucro retido. O mais-valor é, então, trazido por Marx

(2013) já que a troca de mercadorias não se sustenta pela valorização do dinheiro retido pelo capitalista. Ocorre uma extração extra do valor atribuído ao produto do trabalho, uma vez que não será um valor de uso e sim uma busca do lucro para si próprio.

1.2 A força de trabalho e a exploração

Na relação de mercadoria e sua troca, está subentendido um fator importante, qual seja: a força de trabalho. Entretanto, apenas esta afirmação não contempla a explicação que o trabalho exerce sobre a produção desta mercadoria. Para que se possa ter esta força, ela precisa estar viva, ou seja precisa-se existir o trabalhador para a produção e a reprodução da mercadoria, ademais, necessita-se de meios de subsistência como a alimentação e vestimentas.

Marx (2013) destaca que tais necessidades dependem da região e do tempo histórico em que são postas e são úteis para a manutenção do trabalho humano para que se possa estar vivo e assim exercer sua função de trabalho sobre a elaboração da mercadoria em questão. Esta subsistência do trabalhador para que se possa produzir, inclusive recai sobre o valor da mercadoria de seu possuidor.

Os recursos utilizados pelo trabalho são anteriormente elementos inerentes à natureza e existem sem uma dependência de se tornar outra coisa. Ao passo em que o homem percebe suas necessidades, ele retira tais recursos da natureza e através do processo de trabalho é gerado o fruto que sucede o que antes era algo existente no solo, ou nas águas, enfim, no meio ambiente.

Ao desenvolver estes instrumentos de trabalho, surgem ferramentas de trabalho. Porém se utilizadas fora do contexto ou colocadas em um processo de trabalho que não servem, como um instrumento enferrujado, este está inútil ao trabalho. Daí emerge a questão da valorização do produto.

Marx (2013) utiliza o exemplo do algodão como sendo a matéria-prima do fio dos tecidos. Contudo, para transformar este algodão em um tecido, há um processo de trabalho humano complexo e que acaba por valorizar o que virá a ser o produto e, posteriormente, a mercadoria.

Os meios de produção e a força de trabalho necessária para a execução do trabalho são contextualizados pelo seu tempo histórico, as necessidades de sua época bem como a tecnologia desenvolvida. O conceito de capital constante e capital variável advém desta constatação. Mudam-se as configurações dos meios e da força, mas sem alterar o fato de obter o capital,

construindo a mercadoria e desenvolvendo-a pelo trabalho humano para fins de obtenção do mais valor para o capitalista e a extração e exploração do tempo de trabalho dos trabalhadores.

Ao descrever o processo de trabalho, Karl Marx (2013) assinala que uma parte do capital adquirido pela mais-valia – isto é, a força de trabalho excedente do trabalho do proletário – caracteriza-se como mais-trabalho.

O trabalhador, no decorrer de seu trabalho acaba por estender a sua jornada de trabalho ao aglutinar a produção do produto final em pequenas etapas de construção do mesmo produto. Uma peça que será feita para a mercadoria final é executada pelo mesmo trabalhador em seu processo, expandindo, assim, a sua jornada de horas.

Marx (idem) trata do tempo exercido para o trabalho (denominado por ele de jornada) como algo não constante, mas variável. Aqui observa-se uma importante constatação feita pelo autor, a antinomia, ou seja, o embate de direitos contra direitos.

No interior da produção capitalista irá emergir a regulamentação deste tempo do processo de trabalho, o *working day.* Tal surgimento não ocorre obviamente de forma natural, mas a partir da percepção de que o trabalhador não tem condições de utilizar as 24 horas diárias apenas no processo de trabalho, sobretudo, em razão de suas necessidades e de sua existência, ou seja, a manutenção de suas próprias condições enquanto trabalhador. Assim, o denominado *working day* seria mais uma alteração no modo de produção que visa beneficiar a acumulação capitalista e não os interesses dos trabalhadores.

Ao extrair o mais-valor do trabalho realizado pelos trabalhadores, ocorre uma variação na massa desse valor. Tal variação será correspondente ao número de trabalhadores empregados pelo possuidor, ou seja, a massa do trabalho é variável, o que depende da massa de mais-valor individual gerada por cada trabalhador, considerando as horas diárias, a sua jornada de trabalho que é posta pelo capitalista ao contratar.

Durante um grande e longo processo histórico, foi preciso um profundo embate entre a classe trabalhadora e a classe capitalista para a regulamentação da jornada de trabalho na Inglaterra no período da Revolução Industrial. Como mencionado por Marx (2013), nesta época, apenas mulheres e jovens obtiveram algumas pequenas mudanças e, mesmo assim, de forma pontual e irrisória. Tais mudanças, entretanto, foram suficientes para trazer ressonâncias em outras regiões além da própria Inglaterra, como na França com a Lei das 12 Horas e os Estados Unidos em plena Guerra Civil.

Marx (idem) ao tratar das leis do modo de produção, vai salientar que o capitalista investe em duas máximas: nos meios de produção, buscando novas otimizações para se obter a mercadoria e o mais-valor que também aplica sobre a força de trabalho, buscando contratar

mais, na garantia da manutenção deste trabalho. Entretanto, há uma contradição já que o valor que incide sobre o produto não é o mesmo que recai para a valorização do trabalho e para aqueles que o exercem.

O mais-valor absoluto é obtido quando a jornada de trabalho é estendida, o mais-valor relativo é posto sobre o valor da mercadoria, ou seja, caso as condições de trabalho sejam potencializadas para uma maior produção, excedendo assim um aumento do mais-trabalho, a mercadoria sofrerá uma desvalorização, o que acontece também com o trabalhador e sua remuneração e consequentemente os seus meios de manutenção mínima diária.

Ainda de acordo com a concepção marxiana, o fato de coexistir no mesmo ambiente um coletivo de pessoas exercendo a mesma função com a finalidade de obter um produto é algo histórico e construído no Capitalismo, não tendo sido assim em outros contextos da história. Anteriormente, em comunidades tribais, o trabalho, o seu produto e a cooperação eram de propriedade coletiva e com finalidades coletivas, mesmo sendo exercido de forma individual.

Já no Capitalismo, a qualidade social média é extraída sob o contexto de uma jornada de trabalho estabelecida para uma quantidade de trabalhadores, que irão executar em tempo médio as mercadorias a fim de o capitalista obter o mais-valor, o que faz com que a cooperação seja trazida para com os trabalhadores como um artifício:

> A cooperação dos assalariados é, além disso, um mero efeito do capital que os emprega simultaneamente. A interconexão de suas funções e sua unidade como corpo produtivo total reside fora deles, no capital, que os reúne e os mantêm unidos. Por isso, a conexão entre seus trabalhos aparece para os trabalhadores, idealmente, como plano preconcebido e, praticamente, como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que submete seu agir ao seu próprio objetivo (Marx, 2013, p. 320).

Isto ocorre uma vez que não importa a jornada individualizada ou a forma peculiar em que se é produzida a mercadoria por cada trabalhador, mas sim a jornada de trabalho total. A economia sobre os meios de produção também não é algo que chega a atingir as relações de trabalho e de seu processo, já que esta possui um único beneficiário, o próprio capitalista.

Considerando o avanço das forças produtivas e dos meios de produção com o decorrer do desenvolvimento humano, os capitalistas e a economia clássica ignoram o fato de que a maioria das máquinas e de instrumentos dependem do trabalho humano para virar uma mercadoria, um valor para o mercado e seu possuidor. Toda esta maquinaria tornar-se-á uma ferramenta, ao passo em que o trabalhador é identificado como sujeito protagonista do trabalho.

Levando em consideração que os meios de trabalho e de produção juntamente das horas de trabalho são elementos que vão recair sobre o valor do produto, pode-se afirmar que a máquina possui uma influência sobre este valor. O tempo de duração, a importância da máquina

no processo de produção da mercadoria, todas estas questões irão importar no valor que irá para o produto produzido por ela. Porém, como o interesse a ser objetivado é o do capitalista, tal valorização causada pela maquinaria não irá atingir a valorização do trabalhador, mesmo que a duração da máquina esteja associada às jornadas de trabalho.

À época da Revolução Industrial, Marx (2013) explicita que com as máquinas e o ritmo industrial, os músculos humanos e as condições físicas da força de trabalho passaram a ser ainda mais importantes. Havia um adoecimento provocado pela inserção intensa de mulheres e crianças e adolescentes ingleses inseridas no mundo do trabalho, com a passividade das autoridades. Com este extremo que o modo de produção capitalista trouxe, são também desvelados – de forma mais direta – o conflito, a luta entre os interesses opostos dos operários fabris e os interesses do Capital. Foi também no contexto da Revolução Industrial que emergiu por uma parte considerável da Europa a luta por melhores e mais dignas condições de trabalho e a reivindicação de direitos para a classe trabalhadora.

Todavia, com o crescente desenvolvimento das maquinarias, como a máquina à vapor, as reivindicações dos trabalhadores ocuparam um espaço menor. E o capital, com suas articulações, acabou absorvendo o trabalho doméstico em funções "serviçais" como a função de dama de companhia, o que acaba por contemplar jovens e mulheres, apropriando-se de configurações da vida doméstica em trabalho improdutivo.

A Lei Fabril de 1864 emerge como uma forma de regular o trabalho no interior da grande indústria (Marx, 2013), um tipo de higienização deste trabalhador. Tais leis são consideradas, assim, um marco histórico da luta dos trabalhadores constituídos enquanto classe em luta pelos seus interesses.

1.3 O processo de acumulação e a superpopulação relativa

Como se sabe, o feudalismo é um modelo econômico que precede o capitalismo. Para Marx (idem) o que difere o feudalismo do capitalismo é a transformação do trabalhador em uma classe consumista, resultando em um aumento do individualismo. Fatos que denotam uma mudança no perfil de servidão anterior.

Ao expulsar camponeses do campo, de um contexto rural para a vida urbana, viu-se que a massa de trabalho aumenta, porém tal processo não foi realizada de forma ética, a tomada dos

meios de produção dos até então camponeses e de suas propriedades foram sendo impostas e com isto, a mudança do modo de vida tornou-se algo imposto pouco a pouco.

No início da emergência deste modo de produção, o uso da opinião pública acaba por ser conduzido para que se legitime tal modelo econômico em ascensão.

No processo de acumulação capitalista – processo este bastante contraditório, mas essencial para a continuidade da sociedade capitalista – para que se possa acumular cada vez mais capital, gerando uma reprodução ou apenas acumular capital, o consumo não pode ser cessado, construindo uma rota que deve ser contínua, isto é, uma interdependência (Marx, ibidem).

Nessa esteira, aparecem como centrais entre estes dois extremos de consumo e acumulação o trabalho humano e a sua exploração – pilares para que o capitalista possa acumular dinheiro. Portanto, o processo de acumulação do capital pode ser entendido como um ciclo orquestrado pelo próprio modo de produção. O possuidor da mercadoria deve conseguir vendê-la e, assim, acaba por adquirir de uma forma imediata a acumulação capitalista.

Sob a tônica da acumulação, mesmo o trabalhador é direcionado para a lógica de consumo, uma vez que precisa se manter na sociedade e, até mesmo, para continuar a vender a sua força de trabalho. O seu consumo é de forma dupla, porém por motivações distintas. Uma para a sua reprodução e a outra quando este trabalhador tem a sua força de trabalho como consumo do capitalista, já que é o trabalho do proletário que o possuidor irá utilizar para obter a mais-valia.

A lei geral de acumulação na sociedade é entendida como “uma massa crescente de meios de produção, graças à produtividade do trabalho social, que pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana” (Marx, 2013, p. 209).

O trabalhador acaba tendo até mesmo a sua “liberdade” regulada pelo modo de produção capitalista que visa construir um ciclo estável para reproduzir seu capital. Neste contexto, o consumo do trabalhador acaba sendo controlado e, ao consumir para sua sobrevivência, acaba consumindo para manter a força produtiva em ordem. E ao fazer este movimento, acessa o mercado arquitetado pelo próprio capitalista. Quando este trabalhador consome para o seu prazer, gera-se um consumo improdutivo, já que o seu interesse não é o objetivo da produção capitalista, logo, o ciclo não é completo com este tipo de consumo.

O grau de produtividade do trabalho social é algo diretamente associado a uma maior acumulação de capital. Ao passo em que avançam as tecnologias, a força de trabalho antiga

precisa ser substituída para que se aumente a produção da mercadoria. Até mesmo recursos naturais, além dos avanços da ciência e da tecnologia, são apropriados pelo capital.

Com relação ao conceito de capital empregado e capital consumido, Marx (idem) traz à tona o fato de ferramentas e animais de carga serem utilizados propositalmente pelo seu grau de utilidade ir acabando de forma progressiva, o que também propicia uma acumulação.

Como destaca o autor (ibidem), com o contexto histórico em que emergem às máquinas no processo de trabalho, uma demanda organizada desta classe que trabalha é notada. A economia clássica pode vir a dizer que é uma consequência comum desta roda. Entretanto, o que acontece é que, no momento em que se estabelecem garantias mínimas de subsistência para este trabalhador "laborioso" produtivo, está se obtendo uma valorização crescente deste capital.

Em contextos de uma expansão do capital, a classe trabalhadora acaba por ter as taxas de salário aumentadas, já que, até uma certa ordem, este aumento não ameaça o lucro crescente, ou a acumulação do capital em um nível elevado de velocidade. Contudo, em tempos de estagnação da produção, reajustam-se os salários e a absorção de força de trabalho permanece, já que estes episódios de crise são esperados até mesmo pela economia clássica, porém sem debruçar a análise para os custos existentes para a vida do trabalhador e as suas necessidades.

Com o crescimento do capital total, a demanda pelo trabalho em grandes volumes torna-se algo não tão considerável em comparação com o quantitativo de trabalhadores "úteis/produtivos", gerando o que Marx (2013) chama de exército industrial de reserva.

> Mas, se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (Marx, idem, p. 547).

Tal constatação não se dá como uma forma constante entre a história da sociedade, tampouco em momentos anteriores deste modo de produção, sendo um processo historicizado. A categoria exército industrial de reserva foi trazida à tona no momento em que se obteve uma expansão de capital propiciada pelo desenvolvimento dos meios de produção, ignorando a presença destes próprios trabalhadores como força de trabalho localizada no interior deste processo. Portanto, uma conquista dos proletários e de seu trabalho e não do capital, logo tais trabalhadores não deveriam ser excluídos das relações de trabalho.

O exército industrial de reserva é prontamente utilizado como um recurso do capital para as épocas de estagnação da produção. Trabalhadores empregados se submetem a condições de trabalho e salários não compatíveis com seu custo de vida, devido à ameaça do desemprego. Assim como em momentos de superprodução, os limites do sistema são evidenciados pela existência desse exército.

Para erguer este modo de produção, que não acontece de forma natural – como o autor de O Capital vol. I busca discorrer, – houve todo um processo de usurpação e organizacional do modo de existir, da vida social e, por conseguinte, da economia, uma vez que a centralidade do trabalho assalariado é posta na vida humana.

Ademais, o uso do Estado com a força coercitiva do capital foi, muitas vezes, acionado pela burguesia que se levantava como um ator deste modo de produção. O Estado aparece, portanto, como um regulador que irá atender aos interesses do capital.

Virginia Fontes (2018) – ao contextualizar a atualidade da categoria teórica de expropriação em Marx – assinala que há uma produção de trabalhadores necessitados e disponíveis para o mercado, o que parece ser um caminho para se compreender as contradições por trás das ações de inclusão produtiva, pois se trata de projetos e ações que visam a geração de trabalho e de renda para a população que acessa os direitos sociais por via da assistência social, embora esta seja uma política destinada justamente à parcela sobrante do trabalho regulado.

Em outras palavras, as ações de inclusão produtiva viabilizadas por meio da assistência social supõem uma atenção à população que não acessa o mundo do trabalho via regulamentação e/ou vínculos empregatícios. Assim, no interior da política de assistência social foram engendradas tais iniciativas para inserir ou reinserir esta massa de superpopulação relativa ao mundo do trabalho contemporâneo, que será caracterizado ao longo desta dissertação. Esta diretriz aparece inclusive no texto oficial de algumas de suas legislações, como é o caso do artigo 2ª. da Lei Orgânica da Assistência Social na qual aparece a explícita redação de que a assistência social deve promover o acesso ao mundo do trabalho, fruto da afirmação inscrita no artigo sexto da Constituição de 1988.

Nessa esteira, tem-se o excedente de uma parcela da classe trabalhadora e ociosidade coercitiva de outra, resultando na superpopulação. Há uma relação intrínseca, de acordo com Marx (2013), isto é, a que está empregada se submete à superexploração para não integrar ao grupo em expansão. Todo este processo contribui para a acumulação do capital, já que se garante, às custas do pauperismo e da superexploração, a manutenção do modo de produção e a acumulação de capital. Na ótica do pensamento marxiano, sendo o Estado um regulador que

atende ao funcionamento e manutenção do capitalismo, as políticas sociais também atendem a esta lógica.

Porém, o Estado também é acionado pelas classes-que-vivem-do-trabalho através da cobrança por respostas às necessidades expostas durante os embates de classe (Almeida, Alencar, 2015). Um exemplo é o processo que resultou na conquista de importantes direitos trabalhistas que até hoje desenham parte da Seguridade Social: A Consolidação das Leis do Trabalho, conquistada durante um tensionamento do movimento dos trabalhadores organizados durante a Era Vargas (Behring, Boschetti, 2011). Portanto, fazendo jus à dialética, o Estado não apenas ocupa um papel de servir aos interesses de classes dominantes, mas sim é disputado pela classe trabalhadora também. Porém esta última com os objetivos de ter as suas necessidades dignamente garantidas em um modo de produção que tende a proteger o possuidor e não o ser social.

1.4 Breves considerações sobre o trabalho no Brasil

Na revisão bibliográfica produzida para esta dissertação, encontram-se alguns estudos que auxiliam no entendimento da construção do mundo do trabalho no Brasil. Sendo este um país com heranças de uma economia com bases agrícolas para a exportação ao capitalismo central e industrializado, a sociedade brasileira ao passo em que adentra no modo de produção capitalista com a sua modernização conservadora - característica fundante do perfil da burguesia nacional (Behring, Boschetti, 2011) – o faz com a prerrogativa de possuir uma construção laboral de precarizações para a população despossuída das terras e do prestígio social. A afirmação do texto sobre a pobreza e a pol. de assistência social no Brasil lido na sistematização da pesquisa bibliográfica, uma das fases da metodologia desta dissertação afirma o seguinte:

> Assim é que Oliveira (1988), ao analisar esse processo de constituição histórica da sociedade brasileira diz que este contingente de população (ex-escravos e brancos pobres) era obrigado a buscar a sua reprodução em atividades incertas e precárias, em favores dos senhores e na prática de pequenos delitos. Nesta situação, era submetidos a péssimas condições de vida, rechaçados e perseguidos pela sociedade que os denominava ralé, turba ou vadios (Araújo, et. al, p. 142 e 143, 2010)

Com tal descrição, pode-se perceber o que é um consenso na literatura sobre o trabalho no Brasil: há um perfil de trabalho heterogêneo (Araújo, *et. al*, p. 142 e 143, 2010)

nacionalmente. Identidade esta que irá constituir os vínculos trabalhistas desta sociedade, já que, o capitalismo no território brasileiro não se preocupou com ações que buscassem superar a sua condição periférica e tampouco inserir pretos, pardos, indígenas e os demais despossuídos no mundo do trabalho.

Assim, o trabalho como direito e objeto de proteção social passa a ser uma luta dos trabalhadores organizados ao longo da história moderna do país, assunto que iremos nos debruçar no momento em que o contemporâneo mundo do trabalho será trazido.

Um outro período após o fim do regime escravista que iria definir o perfil do mundo do trabalho brasileiro foi a industrialização, fato que promoveu um êxodo rural para as cidades ao Sul do país, exemplo o Rio de Janeiro, então capital federal da República[9]. A industrialização chegou ao Brasil tempos depois de sua emergência na Europa e por isso, percebe-se ações por via do Estado, resultantes dos conflitos com os trabalhadores para a busca de conquistas para os trabalhadores brasileiros.

Por tais razões, o Brasil apresenta desde a década de 1930 – período que marca o processo de industrialização do país e processos históricos como a Revolução de 1930 – algumas iniciativas de ampliação de emprego, embora todas voltadas ao trabalho regulamentado e não também a quem estava desprotegido na informalidade (Silva, Yazbek, 2012). Algumas iniciativas foram sendo desenvolvidas como o sistema "S" e, nos anos 1960 e 1970, começaram as medidas voltadas aos desempregados.

Sobre as características do mercado de trabalho brasileiro, chega-se a seguinte constatação:

> O mercado de trabalho se estrutura de modo heterogêneo, propiciando a formação de um grande excedente de força de trabalho, marcado por intensa migração interna do campo para a cidade. Em consequência, grande parte da mão de obra se vê excluída dos frutos do crescimento econômico e passa a constituir um grande contingente de trabalhadores no setor informal da economia, sujeitos à baixa remuneração, à instabilidade e à margem do Sistema de Proteção Social direcionado para aqueles inseridos no mercado de trabalho, inaugurando-se, assim, no país, uma Cidadania Regulada (Santos, 1987) (Yazbek, 2012, p. 12).

Theodoro (2022), por sua vez, apresenta alguns questionamentos quanto aos conceitos da economia neoclássica que não são capazes de produzir um conhecimento acerca dos processos gerados pelo racismo nas desigualdades sociais, principalmente a econômica.

Assim, como, por vezes, a questão do racismo é também individualizada, seja para com o contratante que discrimina uma força de trabalho ou para condutas pessoais, ignora-se neste

[9] Território este que, aliás, abriga o território da Baixada Fluminense, região onde fica situada Nova Iguaçu, cidade-objeto desta dissertação.

conceito a construção ideológica e histórica da raça enquanto discriminação na sociedade moderna. Afirma o autor:

> De fato, a ciência econômica em suas diversas abordagens nunca se debruçou sobre a questão racial na proporção e na profundidade que o tema exige e, por isso mesmo, pouco desenvolveu em termos de instrumentais analíticos para seu entendimento no âmbito da questão econômica. Em geral, o avanço realizado pelos economistas nesse debate limita-se às métricas de iniquidade, que, a partir de bancos de dados progressivamente mais sofisticados, permitem identificar e mensurar as desigualdades entre indivíduos ou entre grupos raciais, sem, contudo, explicar suas variadas formas e causalidades diversas (Theodoro, 2020, p.46).

Teodoro (idem) aponta ainda que o mercado de trabalho brasileiro possui uma presença extensa de atividades informais e cita o dado de que o país é o que mais possui trabalhadoras domésticas e apenas 28% delas possuem carteira assinada (CLT).

No que se refere às proteções legais do trabalho, o referido economista (ibidem) destaca que em razão da desigualdade de concentração de renda no país, possuir um vínculo formal necessariamente não exime um trabalhador de exercer outra atividade laboral informal para complementar a renda e ainda, as condições de trabalho por vezes podem configurar em um cenário precarizado e a jornada ser longa, frente a um salário absolutamente insuficiente para a reprodução da força de trabalho e de sua família.

Posto este cenário, a Seguridade Social Brasileira já em sua elaboração na Constituição Federal vigente afirma que a Assistência Social é para aqueles que dela necessitam. Logo, o perfil dos desempregados e trabalhadores informais que acessam esta política social é demasiadamente extenso – visto também a alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro – e pode apresentar um perfil heterogêneo de pessoas que vão buscar as ações voltadas para a inclusão produtiva, já que enquanto desempregado, um trabalhador tem o direito de se inserir em alguma ação voltada à geração de emprego e renda presentes no SUAS.

Sobre a formação do mercado de trabalho brasileiro, Theodoro afirma:

> O mercado de trabalho reproduz e potencializa desigualdades, servindo como um dos principais motores desse processo que secularmente afeta o Brasil. Um mercado de trabalho cuja origem tem o gene da relação primeira entre escravizados e homens livres, antes mesmo de sua consolidação como núcleo do sistema produtivo. O Brasil escravista aboliu a escravidão formal, embora nunca tenha abolido a desigualdade herdada do escravismo. A história da formação do mercado de trabalho, como não poderia deixar de ser, está na raiz desse verdadeiro criatório de iniquidades (Theodoro, p. 96 e 97, 2022).

Com tal afirmação é possível tecer uma ligação com as ações que buscam mitigar de alguma forma a realidade desigual do mundo do trabalho no Brasil. Como objeto desta

dissertação, a inclusão produtiva é uma representante destas expressões no interior das políticas sociais, especificamente a assistência social.

A inclusão produtiva aparece na ótica de governos que investem sua atenção em medidas desenvolvimentistas, na ótica da geração de emprego e renda. Ao que interessa para esta pesquisa, a política de assistência social: na esteira da ativação ao subemprego

O sentido do trabalho para a inclusão produtiva não busca uma superação da lógica de se produzir para a acumulação de capital e não para as necessidades humanas, tornando o trabalho uma mercadoria (Boschetti, Behring, 2011, Marx, 1987). Ao invés de desenvolver estratégias de inserção ao trabalho em um conceito ontológico e se opor a esta lógica, o faz através da ativação dos usuários da assistência social ao emprego precário.

Para que houvesse uma experiência de capitalismo regulado visto nos modelos de políticas sociais da segunda metade do século XX é preciso que haja a lógica do pleno emprego, tal como foi a experiência das políticas sociais baseadas no modelo fordistas-keynesianas (Behring, Boschetti, 2011).

Dado o cenário de constantes avanços tecnológicos que tendem a aumentar a acumulação capitalista em detrimento do bem-viver, o mundo do trabalho tem se tornado cada vez mais precarizado, tendo em vista a falta de pagamento de salários frente às prestações de serviços em detrimento do vínculo empregatício.

Portanto, no capitalismo tardio do século XXI, é trazido sob a expressão neoliberal do Estado a concepção não mais de políticas sob moldes herdados dos modelos de Proteção Social, mas sim a lógica da ativação dos usuários das políticas sociais a complementar a sua renda com a condição de realizar algum treinamento profissional no interior dos programas e políticas do Estado. Na Seguridade Social brasileira, possuindo participação na assistência social, como contribui esta pesquisa.

Com relação às mudanças no interior do sistema capitalista e a produção do capital, cumpre destacar novamente que, na época pós Revolução Industrial, como mencionado, eram comuns as extensas jornadas de trabalho com extenuantes horas seguidas, bem como a ausência de regulação das atividades laborais. Assim, pouco a pouco, o modelo taylorista-fordista foi sendo implementado no modo de produção capitalista e a produção de consumo de bens duráveis era a tônica para a acumulação capitalista, combinando esta fórmula com políticas de manutenção e reprodução da força de trabalho, à época também consumidora de tais bens de consumo.

Logo, neste item, interessa-nos a compreensão das mudanças no modelo produtivo, isto é, a precarização do trabalho que assume novos contornos do mundo do trabalho no capitalismo

central como anteriormente não se via, a ponto de haver um desemprego estrutural em desenvolvimento desde o fim do século XX.

Com o declínio contínuo do capital, desde meados dos anos 1960, período em que se encerra a Era de Ouro (Hobsbawm, 1995), o mundo do trabalho – na égide capitalista ausente de sentido (Antunes, 2004) – passou por diferentes processos de mudanças para sustentar a continuidade do modo de produção capitalista.

Por conseguinte, com a crise do capital estagnada por volta da década de 1970 emergem as políticas de austeridade e de reestruturação produtiva do capital, buscando salvar o modelo capitalista de produção, em detrimento das políticas de seguro do trabalho e de seguridade social, encurtando o orçamento na área social.

São características desta nova morfologia a mudança do modelo produtivo taylorista-fordista para o modelo toyotista, fator que agrava as condições de exploração, alienação e expropriação da classe trabalhadora. Tal agravamento tem sido explicitado pela precarização das formas de trabalho e a gestão do tempo na lógica de extração da produtividade em detrimento dos sentidos do trabalho, como teoriza Antunes (2006) e esta dissertação defende.

O modelo que era de produção fordista baseada na produção em série e com jornadas de trabalho estabelecidas foi, então, substituído pelo modelo toyotista, que opta pela super-especialização na produção e aumenta a alienação do trabalho, na medida em que se associa à mundialização do capital, permitindo, por exemplo, que os trabalhadores produzam peças de um automóvel em diferentes partes do mundo e outra parcela, em outra parte do globo monte o produto final (Antunes; Alves, 2004).

Tal processo de mudança ocasiona o que Antunes (2014) vai nomear como a nova morfologia do mundo do trabalho, já que novas características são adicionadas e as explorações do trabalho são aprofundadas e não encerradas, como defendiam alguns teóricos deslumbrados com o equilíbrio entre a acumulação capitalista e as políticas sociais para camadas médias do norte da Europa (Behring, Boschetti, 2011).

É importante destacar também a atenção que Antunes (2014 e 2020) confere aos diferentes perfis que compõem a população que vende sua força de trabalho.

Assim, objetiva-se contextualizar o percurso que foi sendo construído para que pudessem vir à tona – no Estado capitalista – ações como a inclusão produtiva, elemento analisado por essa pesquisa.

Como mencionado anteriormente, a presente pesquisa tem consonância e origem nos estudos da obra de Antunes, principalmente aquelas que dialogam com as ações de geração de trabalho e renda, notadamente os textos dos anos 1990 e 2000, momento em que há um

recrudescimento do neoliberalismo e que os países do capitalismo central como os da Europa ocidental buscavam defender a tese de que estaríamos sob a égide do "adeus ao trabalho" (Antunes, 2015). A ideia de que a classe trabalhadora estava em franca redução tornou-se quase um novo dogma (Antunes, 2014). Nesse sentido, o referido autor (2006; 2014) busca não somente descrever os acontecimentos, mas, também, preocupa-se em historicizar tais fatos.

Nessa esteira, o imperativo de necessidade de os possuidores dos meios de produção sustentar a acumulação no mundo do capital, formas precarizadas de trabalho tornam-se comuns, baseado em Antunes (2004) são os exemplos:

a) O trabalho *part-in-time,* quando há uma inicial redução da carga horária de trabalho, em detrimento dos direitos trabalhistas;

b) A terceirização que é um resultado da inserção do modelo produtivo toyotista na qual afasta o proletário da produção em série no interior da fábrica e o descentraliza em diferentes partes do mundo;

c) O subemprego e o desemprego são elementos importantes que se tornam estruturais. Há um aumento das tecnologias, porém sob a lógica para o aumento do capital e do trabalho morto, não alinhando seu desenvolvimento à adição de sentido ao trabalho vivo.

d) Uma expansão do setor de serviços, como o turismo, caracterizado pela sazonalidade e baixos salários.

e) A reforma na gestão produtiva como solução para o aumento do capital, em detrimento dos direitos e interesses dos trabalhadores. Assim, conceitos como os da autogestão e auto-organização do trabalho são preconizados, a criação de empresas de economia solidária e afins. Porém, na realidade poucas são as contribuições de gestão para a transformação coletiva da não alienação do trabalho.

Um outro destaque a ser feito é a absorção por meio do trabalho precarizado de populações minorizadas que costumavam compor a superpopulação relativa do capital, ou seja, costumavam exercer funções afastadas do trabalho vivo e produtivo. É o caso dos imigrantes e refugiados, dos negros em periferias, das mulheres e de parcela da população LGBTQIPAN+s que – de forma interseccional – compõem estes grupos.

Tais imperativos também são parte da Agenda Neoliberal que avança em consonância com a reestruturação produtiva. Assim, expressões do *Welfare State* real na Europa ocidental vêm a ser descontinuadas e sofrem redução no orçamento (Behring, Boschetti, 2011), fatos que fazem com que o Estado Social capitalista chegue à sua fase de declínio. Com esta realidade, o espaço para a austeridade fiscal, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, toma força

e medidas como a ativação ao subemprego passam a fazer parte do pacote dos Sistemas de Proteção Social (Rendon, Campos, 2021).

Apesar de haver uma permanência da característica ontológica no trabalho do ser social, há um aumento da ausência de sentido do trabalho. Na ótica do conhecimento do Serviço Social, pode-se dizer que é neste aspecto no qual aumentam as expressões da "questão social".

Diante destas novas configurações, não se pode afirmar que a classe trabalhadora está em seu estágio final, mas passa por uma expansão e heterogeneização em seu perfil. Tanto no tangente aos espaços de trabalho, quanto em seu perfil de classe, raça e território. Assim, há atualmente uma classe trabalhadora com um perfil mais heterogêneo e multifacetado. E para melhor compreendê-la, é preciso considerar os marcadores sociais de gênero, raça, classe e território.

Sabe-se que o capital em sua fase reestruturada, se mundializa e é expandido. Assim, o perfil de classe dos trabalhadores passa por uma expansão, adicionando as mulheres de classe média em profissões como o trabalho à distância, que se mescla com o trabalho doméstico, aumentando a carga de trabalho e a flexibilização (Antunes, 2020). Outra expressão do determinante de classe é o aumento do trabalho no setor de serviços, uma área com maiores remunerações e que abarca as camadas médias da população.

Cumpre destacar outro aspecto importante como a raça, uma vez que a precarização aumenta e os trabalhadores informais historicamente possuem o perfil de serem pretos e pardos (IBGE, 2022) associado à baixa escolaridade. O território é um último ponto em que Antunes analisa (2020), não nestes termos, porém se faz nítido quando o autor aborda que o trabalho de imigrantes europeus ocorre sob condições precárias como o *lavoro nero*[10] na Itália.

Por último, o perfil de gênero e sexualidade pode ser um dado de realidade importante a ser analisado na medida em que a partir do olhar de Ricardo Antunes (2014), é possível compreender que as mudanças da nova morfologia do trabalho trazem também profundos impactos à população LGBTQIAPN+.

Esta população – antes excluída do trabalho vivo e produtivo – passa a ingressar em determinadas áreas de serviços e compor a classe-que-vive-do-trabalho. Ademais, considerando, ainda, o neoliberalismo em curso, as políticas de reconhecimento reivindicadas por esta população acabam sendo cooptadas por pautas meritocráticas, como teoriza Nancy Fraser (2020), adicionando desafios às lutas dos trabalhadores.

[10] Trabalho informal, sem vínculos registrados na carteira de trabalho ou documentação equivalente, sendo geralmente desprovido de benefícios como remuneração fixa e férias pagas.

Ao reconfigurar o modo de produção do capital, a noção de tempo de trabalho e de tempo livre foi absorvida pelo trabalho sob o contexto toyotista. Assim, situações como o aumento dos agravos em saúde relacionados ao trabalho podem aumentar, especialmente no tangente à saúde mental. Este exemplo é trazido para que seja percebido a relação direta existente entre a perda de direitos trabalhistas e o aumento da superexploração e da expropriação contemporânea (Fontes, Boschetti, 2014) as quais a classe-que-vive-do-trabalho está submetida.

As lutas sociais aparecem no protagonismo da estratégia de resposta às perdas de direitos sociais conquistados. Assim, a classe trabalhadora contemporânea na condição de sua forma já heterogênea e expandida possui o seu próprio perfil como um aliado de luta, isto é, promovendo a necessária articulação da proteção do trabalho ontológico às questões de reconhecimento de classe, raça, gênero, sexualidade e território. Nesta seara, defende-se aqui que apenas ao caracterizar o perfil dos trabalhadores que compõem a classe-que-vive-do-trabalho é que será possível obter avanços coletivos, rumo a um projeto societário pautado pelo bem-viver (Acosta, 2016).

Como preconiza Antunes (2004), o desafio posto aos trabalhadores contemporâneos reside em lutar por um projeto de sociedade na qual seja possível pavimentar a construção de uma subjetividade realmente autêntica para os seres humanos, que, atualmente, são submetidos à lógica capitalista e não os utilizar como apenas um elemento que irá salvar o modo de produção de suas crises econômico-sociais cíclicas e inerentes ao seu *modus-operandis.*

Em síntese, a nova morfologia do trabalho adiciona aos desafios da classe trabalhadora não apenas resistência à exploração de sua força de trabalho, mas, também, ao exercício de que não seja perdido o sentido do trabalho, na sua concepção ontológica para com o ser social.

Entretanto, antes é preciso que seja reconhecida a importância da mobilização e do engajamento social desta classe trabalhadora diversa, pois, somente assim, poderá ser possível a criação de uma alternativa aos projetos que promulgam a agenda ultraliberal e a defesa do fim do trabalho.

1.5 Política Social e Assistência Social – o caminho do debate

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social brasileiro na gênese de sua história foi demandado para exercer a atividade de controle e de se inserir na contradição que chega com demandas legítimas para os marginalizados, nota-se a seguinte constatação:

> A prática institucional do Serviço Social, demandada pela classe capitalista e por seus representantes no Estado para intervir junto aos trabalhadores, é apreendida como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante. Atua, ainda, pela mediação dos serviços sociais, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho. Sendo o exercício profissional polarizado pela luta de classes, o Serviço Social também participa do processo social, reproduzindo as contradições próprias da sociedade capitalista, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades pelas quais é chamado a reforçar as condições de dominação. Se, de um lado, o profissional é solicitado a responder às exigências do capital, de outro, participa, ainda que subordinadamente, de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora. Procura-se, pois, apreender o movimento contraditório da prática profissional no jogo das forças sociais presentes na sociedade. (Iamamoto, Carvalho, 2014, p. 27 e 28)

Posta esta análise que os autores obtêm do exercício profissional e intelectual do Serviço Social, adiciona-se as afirmações de Gracyelle Ferreira (2020) que busca localizar o protagonismo negro nas dinâmicas de proteção social em um paralelo com o Estado brasileiro operante de lógicas racistas. Vejamos o que diz a autora:

> Era preciso dialogar com as pessoas que estivessem dispostas a recuperar os passos da política social no Brasil expondo sua intrínseca relação com a racialização da vida social. Mas, ao mesmo tempo, demonstrar isso do ponto de vista Afrodiaspórico, isto é, identificando a violência colonial que ainda persiste e a potência da comunidade tornada negra na travessia do Atlântico. Esses elementos estão presentes na história da política social. Parte muito pequena deles foi apontada nesta tese. Mas precisava também investigar (e depois afirmar) a relação entre a política social institucional e o projeto de nação antropofágico, genocida para a população negra. (Ferreira, 2020, p. 18)

Logo, é pertinente pensar as políticas sociais e as ações governamentais como sendo tensionadas pelo seguinte histórico trazido pela citação. É trazida aqui as seguintes obras tanto de Iamamoto e Carvalho (2014), quanto de Ferreira (2020), pois identifica-se nelas um processo de continuidade do pensar as políticas sociais no Estado brasileiro, sendo o campo profissional do Serviço Social agentes das intenções do Estado brasileiro para com a sua população que vive do trabalho, subalternizada.

Se, anteriormente, os autores identificavam a emergência do Serviço Social como resposta à Questão Social oriunda da relação capital-trabalho, Ferreira (2020) traz para a contemporaneidade a necessidade de se pensar qual sociedade era esta que foi posta para os assistentes sociais. Acrescenta-se aqui, o fato da necessidade de se entender quais as intenções buscadas com as ações e respostas estatais e qual o pressuposto que se tem do público-alvo das políticas sociais e se é trazido para a aplicação delas os marcadores interseccionais que compõem os brasileiros.

Ivanete Boschetti (2016) apresenta o conceito de que o Estado Social propicia uma manutenção do desenvolvimento e manutenção do modo de produção capitalista. A visão é

parte do todo da problemática brasileira trazida para o ponto de vista aqui: o daqueles em que o Estado escolhe regular e acionar agentes para exercer o controle apresentam um perfil principal: a classe trabalhadora empregável, fazendo uma referência à Castel (1998) formalizados, portanto ainda assim ao longo da construção das políticas sociais brasileiras, uma parcela de sua população, até mesmo quando houveram concessões dos que detém o poder e a hegemonia econômica estes direitos, conquistados frente a embates sociais e movimentações coletivas, contemplaram apenas uma parcela da população, deixando uma significativa parcela sem proteção social e entregues às diferentes expressões da questão social.

É fato também que os mesmos que auxiliaram na construção da seguridade social e dos direitos previdenciários apresentam o discurso e reivindicam a ampliação dos direitos, por via da geração de trabalho, investimento público entre outras medidas. Entretanto, na síntese desta tese, o que vemos é a perda dos direitos conquistados para uma parcela já respaldada (os formais) e a manutenção da exclusão da Proteção Social dos que se quer foram incluídos nos direitos previdenciários, logo tiveram uma situação de redução da qualidade de vida e de precariedade ao longo de toda a sua trajetória de vida.

Partindo do ponto de vista de enxergar a sociedade numa ótica materialista, talvez a consolidação do direito à proteção do trabalho e a direitos previdenciários não foi alçada a toda a sociedade de maneira universal - tal como foi a Saúde na Constituição, construindo bases para o Sistema Único de Saúde (SUS) - não tenha sido estabelecida devido a uma moralidade ligada ao trabalho e ao trabalhar (como verbo, as ações que dele advém) como se a ausência dele fosse algo individualizado, logo recai sobre o sujeito, ou associado a uma benesse, como indivíduos que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, ignorando a sua realidade e determinantes interseccionais. Por último, pode haver um elemento importante, a meritocracia associada à conquista do trabalho formal, em detrimento moralizador dos que não a conseguem.

Pontua-se aqui o argumento de que as conquistas e os direitos sociais possuem atores reais (Telles, 1998), distintos em sua existência, mas coesos em suas reivindicações e não acontecem apenas por um ajuste dos que estão nos lugares de poder instituído, como nos governos ou nas instituições internacionais financeiras.

Tais conquistas são demandas trazidas por esta população para a Agenda Política e que o Estado absorve. Porém não de modo integral ou consolidado e, aí sim devido ao seu perfil de ter sua complexidade de assessoria a grupos dominantes e manutenção do *status quo* como aponta ser a origem da emergência do Serviço Social de acordo com a literatura.

A professora Vera Telles (1998) possui um interessante debate acerca desses direitos sociais e uma interessante mediação é possível de ser feita:

> Colocar os direitos na ótica dos sujeitos que os pronunciam significa, de partida, recusar a ideia corrente de que esses direitos não são mais do que a resposta a um suposto mundo das necessidades e das carências. Pois essa palavra que diz o justo e o injusto está carregada de positividade, é através dela que os princípios universais da cidadania se singularizam no registro do conflito e do dissenso quanto à medida de igualdade e à regra de justiça que devem prevalecer nas relações sociais. Para além das garantias formais inscritas na lei, os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados em suas exigências de equidade e justiça. (Telles, 1998, p. 38).

Telles assinala, ainda, que parte dos direitos sociais contemporâneos no Brasil estão localizados na Constituição de 1988, como consequência de inúmeras lutas dos movimentos sociais, que estão registrados em nossa história. Com isso, é possível perceber a importância da mobilização político-social para a conquista no campo das Políticas Sociais.

Entretanto, não se pode deixar de olhar para a Assistência Social como uma política que possui um público racializado no Estado brasileiro, como cita o folder produzido pelo Governo Temer intitulado “SUAS sem Racismo”:

> Indicadores e pesquisas apontam que o público majoritário atendido pela Assistência Social é constituído por mulheres negras (IPEA, 2011). Dos titulares do Programa Bolsa Família, 73,88% entre homens e mulheres são negros. Sobre o total geral de beneficiários titulares do programa, 93% são mulheres e 68% negras, o que denota quem são os que da política de assistência social necessitam. (DATA SOCIAL, 2015). (BRASIL, s.d)

O que se tem como realidade é, também, uma atenção inédita no âmbito da Política Social, às custas de muita denúncia histórica de movimentos organizados e da sociedade civil, como é o exemplo que cita a professora Sposati (2011) sobre o contexto de encontros descentralizados em que emerge a Política Nacional de Assistência Social:

> Muitas questões traziam inquietudes quanto a esse novo lócus de gestão da assistência social, uma estratégia institucional que poderia ao mesmo tempo fortalecer ou fragilizar o âmbito de uma política pública de direitos. A resposta foi a aprovação pelo CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, através da Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004, da PNAS-04, Política Nacional de Assistência Social de 2004. Sua antecessora era a PNAS de (1998, que centrou o âmbito da assistência social como política de combate à pobreza, focalizada nesses "destinatários". A PNAS 2004 resultou de amplo processo de debates descentralizados em regiões do país. Seu eixo central é a proteção social não contributiva como alargamento do alcance da política brasileira de proteção social como direito de cidadania, e não direito do trabalho próprio do seguro social ou da proteção social contributiva. Mas como assinala o texto da PNAS-04 (MIDS, 2005, p. 25) ela se articula *"a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida"* (SPOSATI, 2011, p. 9, grifos originais).

Esta sociedade tem a obrigação de perceber a falta de sentido em apenas garantir a seguridade social no âmbito dos direitos contributivos, que sob influências no Welfare State do Norte Global pós 2ª Guerra Mundial de uma sociedade em que o pleno emprego já foi uma realidade. Ora, se alguns modelos de Welfare State presumem uma situação de pleno emprego,

como um país que nunca houve este cenário importou tais modelos de política social? A falta de embasamento teórico? A ausência de um projeto de nação? Ou seria mais um projeto de país que exclui a sua população majoritária?

Ferreira (2020) possui uma provocação teórica que vai ao encontro das questões trazidas acima. E ainda, traz para o Serviço Social a centralidade desta ausência em olhar para a realidade brasileira:

> É preciso compreender que o capitalismo no Brasil não opera de modo idêntico ao de países europeus. É preciso compreender que trabalhadores brasileiros não são trabalhadores europeus - mesmo que a produção de valor e mais-valor os coloque em contato. É preciso entender que a política social brasileira respondeu a determinantes gerais, mas também a próprios da realidade posta no país. Olhar para a sociedade brasileira como uma sociedade "incompleta" - sem Estado de Bem-Estar Social; sem "revolução" proletária; sem... sem... - é manter os olhos mais fora do que dentro do Brasil. É deixar, inclusive, de compreender como o país formou sua própria forma de sociabilidade em interação com o capitalismo global. (Ferreira, 2020, p. 265)

Vide à tendência da revolução tecnológica permanente, objetivando a redução do tempo de trabalho para o aumento da produtividade em escala mundial, (Mandel,1982) começa a emergir o ressurgimento do exército industrial de reserva. Todavia, não mais como um desemprego eventual, mas estrutural.

Somada a estes determinantes, tem-se a ausência dos padrões keynesianos de pleno emprego, o papel do então Estado regulador perde em grande parte sua legitimidade e as políticas sociais, integrantes do conjunto das medidas na área social, entram em crise. Por consequência, emergem, ainda, novas propostas para a política social, que são engendradas como respostas da crise do capital. Até mesmo pode-se afirmar que a inclusão produtiva, objeto deste texto, consubstancia-se como uma dessas expressões dos novos tratos com a Política Social, alocando para a assistência social ações que possuem congruências com a Seguridade Social ampliada, como é o caso da Política de Trabalho.

Na segunda metade do século XIX, com as lutas de 1848, demais lutas de classes e organização dos trabalhadores, há um início das reivindicações que lançaram luz à relação capital-trabalho e a geração do pauperismo na sociedade capitalista, entendimento por via do Estado que assim inicia uma reação às reivindicações de trabalhadores explorados naquele pré-Revolução Industrial, cenário importante para o que se tem hoje como legislação fabril.

Já no século seguinte, com a crise do capital – período conhecido como a Grande Depressão entre 1929 e 1932 – a visão econômica de Keynes (Behring, Boschetti, 2011) emerge como uma estratégia de se ter algum controle do ciclo do capital, embora não rompendo com princípios liberais de bem-estar no mercado. Sabe-se que nas políticas keynesianas são

encontradas maiores regulações do Estado como é o exemplo da política salarial e, no que interessa ao debate desta dissertação, pode ser percebida um pensamento em política social que ainda persiste nas escolhas da assistência social na contemporaneidade, vejamos:

> O Estado, diga-se, o fundo público, na perspectiva keynesiana, passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o bem-estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças. Nessa intervenção global, cabe, portanto, o incremento das políticas sociais (Behring, Boschetti, 2011, 86).

A literatura pesquisada (Behring, Boschetti, 2011) aponta que a assistência social no Brasil, de forma institucionalizada, iniciou ainda no interior das políticas sociais que não necessariamente possuíam o público seletivo que é delimitado hoje em dia: os que dela necessitam. Muitas vezes a assistência aparecia em programas eleitoreiros de distribuição de leite e também vinculada à filantropia por parte da Igreja Católica. No escopo do Estado, há uma certa aproximação com as instituições estatais voltadas à criança e ao adolescente, que carregavam um forte histórico punitivista. Oficialmente, tem-se um percurso inicial para o desenho da política de assistência social brasileira que entendemos hoje:

> Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho e, em 1932, a Carteira de Trabalho, a qual passa a ser o documento da cidadania no Brasil: eram portadores de alguns direitos aqueles que dispunham de emprego registrado em carteira. Essa é uma das características do desenvolvimento do Estado Social brasileiro: seu caráter corporativo e fragmentado, distante da perspectiva da universalização de inspiração beverdigiana (Behring; Boschetti, p. 106, 2011).

É interessante constatar – a partir de diálogos com Behring e Boschetti (idem) – o fato de que o trabalho no Brasil, desde o início das políticas sociais, tende a ser desprotegido para grande parte da população brasileira, sobretudo, a recém-saída do regime escravista e inserida no trabalho livre sob à ordem do capitalismo.

Assim, uma parte da população ficaria de fora do que se consolidou como políticas sociais, ou na concepção de Boschetti (2016): Estado Social no Brasil. Não por ausência da luta de classe presente nestes, como Badaró (2019) traz a pesquisa histórica de que na época da formação do que se tem como classe trabalhadora no Brasil hoje, houve resistências de negros organizados como em uma paralisação das atividades de uma padaria no Rio de Janeiro lideradas por João de Mattos, um líder da época. Um importante dado que traz a importância de se observar a centralidade das lutas dos trabalhadores na segunda metade do século XIX (Badaró, idem).

Tais lutas apesar de históricas e agregadoras de consciência de direitos para os racializados no Brasil, devida à condição da modernização brasileira ter se dado sob a forma conservadora (Boschetti, Behring, 2011), não entrou na Agenda Política do enfrentamento à questão social, tendo a cidadania brasileira se dado atesta através do trabalho regulado (idem).

Portanto, o que temos como proteção social no tocante à assistência social é uma lógica fragmentada, limitada e conservadora e, que, apesar de suas inovações, é um reflexo da modernização conservadora na qual o Estado capitalista brasileiro se ergueu. Deixando às margens das periferias urbanas a população racializada sem emprego formal e promovendo um êxodo rural de sua população interiorizada. Acertadamente, Boschetti (2016) afirma que há uma clivagem histórica na relação entre o trabalho e a assistência social no capitalismo (Boschetti, idem, p. 17) já que mesmo num processo anterior da assistência social vir a se tornar uma política social e ser inscrita na agenda do Estado, ela era destinada aos incapacitados para o trabalho.

Dito de outro modo, durante as pesquisas desta dissertação pode-se afirmar aqui que a assistência social sob uma concepção hegemônica, desde o seu início tende a não ter o objetivo da proteção social, mas sim destinar ações paliativas à superpopulação relativa do trabalho no capitalismo. Em termos marxistas, aos que não haviam condições físicas e/ou sociais – à época – de obter como mercadoria a sua força de trabalho para ser posta como troca a fim de garantir rendimentos para a sua subsistência, contribuindo com a produção de mais-valia e a exploração de sua atividade laboral (Marx 2013).

Inválidos, despossuídos ou vadios estes que, desde a europeia Lei dos Pobres (Behring; Boschetti, 2011) a assistência traz como seu público.

Boschetti (2016), pautada por uma concepção fundamentada de Estado que alude à emancipação humana - nos termos categóricos marxistas - conduz seu olhar para a Política de Assistência Social construída desde os anos 2000 com a Política Nacional de Assistência Social de 2004, vista como um instrumento muitas vezes replicador de discursos compensatórios ou de direitos mínimos.

Já tangenciando o debate acerca das ações que visam a inclusão ao mundo do trabalho para os usuários da assistência social, Boschetti aponta a seguinte contradição deste momento em que o Estado amplia as políticas não-contributivas:

> Na verdade, estamos, desde 2004, no Brasil, diante de um grande paradoxo: avanços institucionais importantes para a consolidação da assistência social, a exemplo da criação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), e especialmente da novidade dos CRAS, mas com parâmetros, normativas e orientações técnicas que contêm categorias com um nítido DNA neoconservador: risco, capacidades, exclusão,

> vigilância. Categorias que remetem à assistência social para se constituir como um panóptico da classe trabalhadora, como um controle sobre ela, ou para ativá-la como claramente sustenta este livro, para o trabalho precarizado (Boschetti, 2016, p. 12).

A observação da referida autora (idem) é pertinente ao identificar a presença das ações de Inclusão Produtiva que são objeto de pesquisa neste trabalho, em um país que sempre caminhou com o desemprego de sua população e tendo a informalidade como uma característica imanente ao mercado e compondo o conceito teórico que Marx (2013) alcunha para a categoria exército industrial de reserva (Marx, idem).

Em se tratando dos ganhos para a Assistência Social, Rizotti (2010) traz uma perspectiva de se olhar para os ganhos operacionais que esta política recebeu nas últimas décadas:

> O SUAS contido na NOB/2005, aponta também para o fato de que, a Assistência Social, ao organizar-se sob a lógica de política de Estado, de forma republicana e descentralizada, fortalece o projeto de extensão da proteção social, o que pode ampliar as condições para a melhoria da qualidade de vida. (Rizotti, 2020, p. 176)

Assim, é possível perceber que enquanto política pública a lógica do direito é uma conquista no campo da assistência social, embora haja desafios a serem enfrentados no tangente ao trato da relação trabalho x assistência social no interior das ações de proteção social.

Logo, afirma-se também aqui que, baseado nos estudos de Mbembe (2016) e Quijano (2005), preconizar e defender direitos sociais importados do Norte Global e que não têm como referência as consequências de séculos de escravização de africanos, genocídio indígena e falta de um planejamento urbano/geográfico tão caros à realidade brasileira, aponta para um desconhecimento da população e das necessidades da garantia da cidadania deste Brasil com maiorias étnicas minorizadas socialmente.

Acrescenta-se ainda a construção conservadora desta sociedade que em muitos momentos a inserção da população LGBTQIAPN+ no mercado formal de trabalho ao longo da história sequer foi tida como uma possibilidade, como aponta o professor Guilherme Almeida:

> É muito recente no Brasil ainda que pessoas trans tenham acesso às políticas sociais. Como é sabido, o acesso às políticas sociais no Brasil jamais tendeu a universalização. Políticas sociais como a educacional, a habitacional, a previdenciária, a de assistência social e a de trabalho e renda, sequer tem a universalidade prevista legalmente. Ao contrário, o acesso a direitos no Brasil, sempre foi circunscrito a poucos/as. O acesso de pessoas trans a todas as políticas sociais foi atravessado historicamente pelas mesmas determinações que incidem sobre o restante da população brasileira e pelos efeitos discriminatórios do sexismo (ALMEIDA, 2018, p. 13).

Boschetti (2016) assinala, também, que o Estado Social é contraditório pois propicia uma manutenção do desenvolvimento e manutenção do modo de produção capitalista, na medida em que também responde às necessidades dos trabalhadores.

A visão é parte do todo da problemática brasileira trazida para o ponto de vista aqui: aqueles em que o Estado escolhe prover a regulação ao trazer agentes profissionais para exercer o controle (Iamamoto, Carvalho, 2014) ou ser mantenedor apresentam um perfil principal: os pobres formalizados, portanto ainda assim ao longo da construção das políticas sociais brasileiras, uma parcela de sua população, até mesmo quando houveram concessões dos que detém o poder e a hegemonia (Estado, possuidores de meios de produção) estes direitos, conquistados frente aos embates sociais e movimentações coletivas, contemplaram apenas uma parcela da população.

Já em um outro momento do Estado brasileiro é anexada à proteção social a superpopulação relativa do capital, os não inseridos na formalidade do trabalho, por via da política de Assistência Social como direito.

A Assistência enquanto política social é inscrita na Constituição Federal compondo a Seguridade Social e seu tripé (Previdência Social, Saúde e Assistência Social) e consolidada nos anos 1990 através da Lei Orgânica da Assistência Social, firmando-se como Política Social pela Política Nacional de Assistência Social em 2004.

Trazendo como exercício de análise os dados e indicadores sociais, o IBGE (2022) em sua amostragem sobre desigualdades por Raça ou Cor no mercado de trabalho, aponta que pretos e pardos acessam majoritariamente o trabalho por via da informalidade. Isto posto, qual seria o setor do Estado para responder às necessidades de subsistência destes trabalhadores existentes se não houvesse a Política de Assistência Social? A resposta pode ser contraditória, pois tende a manter uma reprodução ampliada do capital, porém há uma reparação, uma justiça social conquistada envolvida nisto.

Dada a realidade da histórica informalidade existente no Brasil, tal fato precisa ser evidenciado. Portanto, alude-se a afirmação: a assistência social aparece como uma das principais políticas sociais em que os trabalhadores informais acessam de forma parcial. Tal acesso acontece também em um período de maior desregulamentação e terceirização do trabalho (Antunes, 2015), o que, contraditoriamente, acaba por aumentar a demanda para uma política que ainda estava em sua fase institucional se iniciando, fato que tornou a Assistência Social, por vezes, foco do projeto neoliberal (Mota, 2010).

Ademais, ao se assumir a agenda neoliberal, houve então uma certa hipertrofia da assistência em detrimento da construção de uma proteção social ampliada em direitos sociais vastos tais como: educação, trabalho, cultura e habitação.

É fato inconteste, também, que os mesmos que contribuíram para a construção da seguridade social e dos direitos previdenciários apresentam um discurso de ampliação dos

direitos, reivindicando-os pela via da geração de trabalho, investimento público, dentre outras medidas. Contudo, mesmo os trabalhadores formais perdem direitos conquistados, juntamente com a manutenção da exclusão da proteção social daqueles que se quer foram incluídos nos direitos previdenciários, logo enfrentam uma situação de precariedade ao longo de toda a sua trajetória de vida, isto é, a superpopulação relativa do capitalismo brasileiro.

Ademais, não se pode deixar ausente o fato de que o Brasil foi erguido sob bases escravocratas, com uma ética racista, com a sua população negra e indígena abandonada à própria sorte e lançada na informalidade desde a época da escravização (Theodoro, 2022).

Voltando ao tema central deste item, cumpre reiterar que é justamente esta população que utiliza os serviços da política de assistência social. Tal população foi conscientemente deixada de lado e submetida à lógica estatal da necropolítica (Mbembe, 2023): relegar o direito de deixar morrer em vida em determinados territórios. Morte em áreas periféricas e com muita violência e com presença de negros e indígenas, tal como são as periferias e o perfil dos informais brasileiros, cenário historicamente associado ao da região da Baixada Fluminense, onde fica situada Nova Iguaçu e as ações de inclusão produtiva pesquisadas.

No tangente a responder a relação entre a inserção produtiva recair sobre a pasta da assistência social, Souza (2021) possui uma explicação:

> Na década de noventa, com o desemprego nas regiões metropolitanas saltando de 9,7% em 1992 para 14,4% em 1999 é grande a pressão sobre as prefeituras para amenizar as problemáticas decorrentes da falta de emprego. Podemos dizer que a agenda do desemprego entra "oficialmente" na pauta da assistência social a partir do Planfor. Coordenado pelo Ministério do Trabalho e executado em parceria com estados e municípios, o planejamento das ações de qualificação profissional deveriam passar pela aprovação de comissões de emprego. Em muitos municípios a inexistência de secretarias de trabalho resultou na alocação de tais comissões na pasta da assistência social. Impulsionadas pela agenda nacional as secretarias de assistência social não só adotam a qualificação profissional, como inserem outras ações de inclusão produtiva em seus planos de atuação. (Souza, p. 82, 2021)

Portanto, percebe-se nas palavras da autora uma aproximação com o debate teórico trazido nos capítulos anteriores, que captura o momento da ostensiva neoliberal no Brasil: a década de 1990. Com isso, as expressões da nova morfologia do trabalho são adicionadas às agendas das secretarias municipais. Sendo esta dissertação produto de uma experiência em uma delas, é relevante a atenção também à explicação do porquê a inclusão produtiva ser uma pauta municipal em Nova Iguaçu e não no mínimo estadual, dando o contexto da Baixada Fluminense. A resposta está na teoria. Faz-se necessário a produção de respostas locais, seguindo a lógica desenvolvimentista (Barbosa, 2016).

1.5.1 A inclusão produtiva em debate no Serviço Social

Para trazer à tona a Inclusão Produtiva, é preciso conceituar suas ações no contexto do mundo do trabalho. Como aponta a literatura, as ações de geração de emprego e renda no âmbito do Estado, nos moldes da atual inclusão produtiva localizada em Nova Iguaçu, emergiram nos anos 1990 (Eloi, 2014).

Nessa esteira, Rosângela Barbosa (2006), analisa a emergência das políticas de geração de trabalho e renda no Brasil:

> Em primeiro lugar, a própria existência de política de geração de renda é um indicador dessas mudanças contemporâneas do trabalho. Antes existiam políticas de emprego e desenvolvimento. A partir dos anos 1990 surgiu essa modalidade nomeada no sistema público de emprego como "geração de renda". Ao lado da qualificação, da intermediação de mão-de-obra e do seguro desemprego, o Estado inaugurou um novo campo de atuação nesse universo do "auto-emprego". Configurando o que vem sendo chamado "nova geração" de políticas públicas, que ganha expressão tanto nos países desenvolvidos quanto na periferia, como o Brasil. Um tipo de política pública que reconceitua o trabalho legitimando a ocupação fora da relação salarial contratuada. (Barbosa, 2006, p. 127).

Tecendo um paralelo com a época da reestruturação produtiva e do Consenso de Washington, pode-se analisar as políticas de geração de trabalho e renda como ações de um Estado sob um ajuste ao modelo neoliberal.

A contradição frente a esta ofensiva neoliberal e que também auxilia a explicar a emergência das ações de geração de emprego e renda aparece quando se analisa o contexto interno por que passava o Brasil (Brettas, 2020), com processos como: a) Redemocratização e movimentos sociais pujantes; b) Assembleia Constituinte e Constituição Federal promulgada com um capítulo referente à Seguridade Social e c) Crise econômica e a década perdida de 1980.

Sobre o processo de redemocratização, ocorrido a partir de 1985 – ainda sem eleições diretas à ditadura civil-militar – não se pode olvidar que redemocratizar, obviamente, considerava os conceitos burgueses de democracia. Em relação à Assembleia Constituinte, o que trazia direitos e garantias para a população, foi representado pela Constituição Federal em 1988, com um caráter híbrido de concessões aos interesses privados e direitos não universalizados, como é o caso da assistência social, que conta no artigo 6º como para aqueles que dela necessitam.

Logo, em um país com um desemprego estrutural, de capitalismo dependente e de foco na exportação de commodities, o modelo liberal social iniciado pela era Fernando Henrique

Cardoso (FHC) e continuada nos governos Lula deu o tom para o Estado Social que chegou nos anos de 1990 e 2000.

Sendo o trabalho uma categoria debatida nesta época em que, como afirma Antunes (2015) a Europa discutia um possível fim da centralidade do trabalho, o Brasil no contexto de capitalismo periférico, parecia estar preocupado em inserir o seu exército industrial de reserva, sob um consentimento posto de pertencer à subalternidade (Núbia, 2014) deste sistema, na ótica de um modelo de desenvolvimentismo (Brettas, 2020).

Sobre a compreensão das ações de Inclusão Produtiva, Souza (2014) a define como sendo um termo que nomeia as ações voltadas a uma população específica: aquela em extrema pobreza. Aparecem, ainda, como ações que tem como objetivo oportunizar geração de trabalho e renda.

Tais ações podem ser concretizadas tanto em âmbito de um programa de governo federal, como é o exemplo do Brasil Sem Miséria nos anos 2000 (programa importante para entender o que se identifica como Inclusão Produtiva atualmente), quanto para designar atividades locais que buscam ofertar cursos de capacitação profissional e oficinas temáticas relacionadas aos objetivos da inclusão produtiva. Trata-se de uma realidade crescente desde, pelo menos, os anos 2000, com os termos sinônimos de economia solidária e demais iniciativas, e tem se consolidado como uma área de intervenção em políticas públicas, mesmo que com distintas nomenclaturas[11] e ações distintas (Souza, idem).

> A maior parte da população pobre em idade adulta do Brasil é economicamente ativa. Contudo, sua inserção no mundo do trabalho em geral é precária, com renda baixa e instável. Em larga medida, isso se deve ao fato de não terem tido acesso à educação e a bons cursos de qualificação profissional. A estratégia de inclusão produtiva urbana do Plano Brasil sem Miséria, que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e visa à superação da extrema pobreza em todo o país até o final de 2014, trouxe novas perspectivas a esse público (Costa, *et. al*, s.d, p. 1).

Como pode ser observado, apesar de reconhecer que a maioria da população brasileira está em situação precária de trabalho, os autores (idem) trazem um ponto de vista que objetiva explicar esta inserção no trabalho a partir da individualização da situação concentrada no sujeito, como se a falta de oportunidades de acesso ao estudo e a cursos profissionalizantes fossem suficientes para explicar. Ora, esta é apenas uma parte da história.

[11] No Governo Executivo Federal de Luís Inácio Lula da Silva, vigente desde 2023, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o termo utilizado passou a ser "Inclusão Socioprodutiva", embora as ações continuem as mesmas e seus objetivos também.

Entretanto, a partir desta citação, pode-se levantar que há uma ausência nos pensadores da Inclusão Produtiva para com o reconhecimento do processo multifatorial que leva ao desemprego, deixando uma ausência em mencionar a exploração da força de trabalho e o racismo institucional como elementos que agregam à esta exclusão.

Ao pensar em uma sociedade sem contextualização histórica e sujeitos com marcadores sociais, elabora-se programas e políticas públicas nestes moldes. O texto traz, ainda, a constatação da precariedade das condições de trabalho de uma parcela da população brasileira, entretanto traz como argumento a falta de acesso à educação e a qualificação profissionalizante.

Para além de denotar um cunho elitista para com as classes subalternizadas, esta corrente de pensamento sobre as ações de Inclusão Produtiva ignora as condições históricas impostas para o público requerente das ações de inclusão produtiva brasileira, o que a faz posteriormente não acessar, aí sim, as políticas de educação e se inserir em vínculos de trabalho condizentes com suas necessidades.

Ademais, não se deve trazer para o indivíduo um fato que revela a própria inação na condução de um Estado sob a égide do capitalismo contemporâneo de desregulamentação, desproteção social com políticas sociais neoliberais e financerizadas (Brettas, 2020) e a uberização do trabalho que se apresenta como uma forma fragmentada de executar as ações que visam promover o acesso ao mundo do trabalho e a geração de renda.

Portanto, há uma contradição presente: ao passo em que a atenção ao público que não possui vínculo formal de trabalho e que está em extrema pobreza cresce para o Estado, novas respostas e ações são desenvolvidas, mediante a existência da Seguridade Social. Respostas parciais são desenvolvidas e neste cenário, a assistência social ganha regulamentações e diretrizes e um Sistema Único próprio em que vai preconizar em sua Lei Orgânica (1993) a promoção ao mundo do trabalho, caminhando junto ao texto Constitucional dos direitos sociais.

Há também de se entender as razões conjunturais, estruturantes e sistêmicas para a emergência das ações de inclusão produtiva no interior da política social de Assistência Social. Para isso, é importante trazer alguns dados sobre a legislação pertinente sobre a assistência social e a inclusão produtiva, já que por esta ser uma dissertação confeccionada presenciando o Sistema Único de Assistência Social há de se apropriar das normas e leis que o regem. O Acessuas Trabalho (BRASIL, 2017) traz a seguinte afirmativa sobre a Assistência Social e a Inclusão Produtiva:

> No contexto da assistência social, o principal objetivo é proporcionar aos usuários em situação de vulnerabilidade econômica e social o acesso a informações sobre o trabalho como direito, e a iniciativas de inclusão produtiva, a fim de possibilitar sua inserção formal ou informal na produção de bens e serviços. O SUAS desenvolve a

> política de assistência social com o propósito de ofertar proteção social a partir de um conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios voltados para a população em situação de vulnerabilidade e risco. Assim, no papel da assistência social inclui-se a fomentação da entrada dos usuários dos serviços e benefícios no mundo do trabalho (BRASIL, p.15, 16, 2017).

A Inclusão Produtiva, neste termo, aparece como a síntese no primeiro Governo Dilma, no interior do programa Brasil Sem Miséria (Souza, 2014) que preconizava estratégias diferentes como a segurança alimentar, acesso à renda e também a geração de emprego e renda buscando, como já anuncia o nome dado ao ministério do primeiro governo Lula, o desenvolvimento social. O Plano Brasil sem Miséria surgiu durante os seguidos governos do Partido dos Trabalhadores, no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2010-2014) e tinha alguns eixos de atuação, precisamente três. A relação com a inclusão produtiva se dá na medida em que é considerada a assistência social uma política abrangente e com capilaridade para ações que visem gerar renda para brasileiros de baixa renda e inseridos no mundo do trabalho informal (Brasil, 2013). Vejamos a definição do programa para o então Ministério do Desenvolvimento Social:

> Por isso o Plano Brasil sem Miséria foi organizado de maneira multidimensional, em torno de três eixos de atuação. O primeiro deles é dedicado a proporcionar um rendimento mínimo estável ao público alvo do Plano. O segundo envolve esforços de inclusão produtiva, para oferecer, na cidade e no campo, oportunidades de qualificação, ocupação e geração de renda. O terceiro eixo diz respeito à melhoria do acesso a serviços públicos — especialmente em educação, saúde e assistência social —, direcionando a expansão das redes de serviços para as áreas com maior incidência de pobreza extrema. Várias das políticas que compõem os três eixos se articulam, potencializando seus resultados (Brasil, p. 3, s/d)

Para Núbia Eloi (2014), em sua dissertação intitulada de “o mito da inclusão produtiva” há a seguinte definição para este momento da política de emprego e renda na assistência social nos governos petistas:

> Os resultados da pesquisa permitem inferir que a inclusão produtiva incorporada pelo governo petista (Lula da Silva e Dilma Rousseff) é sustentada pelo discurso ideológico de cidadania, inclusão social, crescimento econômico, protagonismo, desenvolvimento de capacidades que integram a noção de qualificação/educação profissional como mediação da inserção laborativa da população pobre no mundo do trabalho. Portanto, essas categorias têm tendência em escamotear o desemprego estrutural, a exploração do trabalho, as desigualdades sociais e promover por meio do ajustamento da população às demandas do capital e, ainda, para que aceite sua posição dentro da sociedade: a de superpopulação necessária à acumulação capitalista (Eloi, idem, p.11).

Por que tais ações recaem sobre a pasta da Assistência Social e não das diretamente ligadas ao Trabalho? Percebe-se o caráter moralizador e conservador presente na AS: desloca-se a atenção ao desemprego estrutural e a posição do país frente ao modo de produção capitalista

em nível global e direciona o caminho de possíveis soluções por meio dos expropriados deste capital, a parcela da classe que vive do trabalho sem vínculo formal e/ou em situação de extrema pobreza. Tal como aponta Castel (1998) uma parcela que sequer presencia a categoria empregáveis, compondo um vasto contexto de precarização e precariedade (Druck, 2023).

A inclusão produtiva acompanha a tendência do chamado *Workfare:* as políticas de ativação ao emprego que emergiram na Europa e nos Estados Unidos após o fim do então *Welfare State*. (Rendon, Campos, 2021). As políticas de ativação apresentam uma estreita relação com as respostas aos movimentos sociais dos trabalhadores do pós segunda-guerra mundial. Emergem no contexto da crise do Welfare State europeu e buscam responder às suas pendências deixadas.

Visando estabelecer o modo de produção toyotista e assegurar a reprodução do capital como aponta Antunes (2015) também na periferia do capital, considera-se nesta pesquisa que as estratégias de ativação ao emprego da superpopulação relativa acompanham as novas tendências de proteção social. Em outras palavras, a inclusão produtiva, como defende a teoria social crítica, presente no Serviço Social brasileiro, representa as novas tendências de sistema de proteção social advindas da hegemonia neoliberal (Rendon, Campos, p. 157).

> Defino como ativação um conjunto de ações que tem por finalidade aumentar o grau de empregabilidade do beneficiário de uma prestação social, através de sua articulação organizada com uma oferta de emprego ou de formação, ou qualquer outro tipo de medida ativa (conselho, orientação profissional, reabilitação sociopsicológica, trabalho voluntário). (SILVA, 2004, p. 2, Rendon, Campos, 2021).

O "Acessuas Trabalho" (BRASIL, 2017) – instrumento que visa atender o objetivo preconizado na Lei Orgânica da Assistência Social sobre a promoção do trabalho, localizado no interior do SUAS – traz a seguinte afirmativa sobre a política de assistência social e a inclusão produtiva:

> No contexto da assistência social, o principal objetivo é proporcionar aos usuários em situação de vulnerabilidade econômica e social o acesso a informações sobre o trabalho como direito, e a iniciativas de inclusão produtiva, a fim de possibilitar sua inserção formal ou informal na produção de bens e serviços. O SUAS desenvolve a política de assistência social com o propósito de ofertar proteção social a partir de um conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios voltados para a população em situação de vulnerabilidade e risco. Assim, no papel da assistência social inclui-se a fomentação da entrada dos usuários dos serviços e benefícios no mundo do trabalho (BRASIL, p.15, 16, 2017).

Dada as mudanças na morfologia do trabalho, de desproteção e desregulamentação, que visam manter a reprodução do modo de produção capitalista contemporâneo, a inclusão

produtiva aparece enquanto “ações inseridas na reorganização do processo produtivo e das mudanças no mundo do trabalho na contemporaneidade” (Eloi, 2014, p.16).

Como classe necessária e funcional à acumulação capitalista aparece também como norteador destas ações, segundo Eloi, o conceito de ativação do capital humano advindos de organismos internacionais, como a CEPAL. Vejamos:

> Assim, tem-se a Teoria do Capital Humano que defende o investimento pessoal para potencializar e desenvolver habilidades entre os indivíduos desprovidos do acesso ao trabalho. Observa-se aí, a legitimação do capital por meio de dois pontos importantes que se mesclam: o primeiro remete-se à responsabilização dos homens para com sua qualificação profissional, ou seja, uma formação continuada, o que desvirtua o Estado de seu papel social, procurando assim, ditar as regras dessa formação; e o segundo caminha numa via ideológica educativa de reconhecimento pelos desempregados de seu papel na produção da riqueza, contribuindo para o disciplinamento dos pobres, comparado ao período das manufaturas o disciplinamento dos trabalhadores nas oficinas de tecelagem" (Eloi, idem, p. 42).

Tal teoria parece conduzir para uma posição de subserviência ao capital e na contribuição na geração de riqueza os considerados inaptos ao mercado de trabalho, que não são competitivos o suficiente para se qualificar, se dinamizar, características comuns que foram postas pelo modo toyotista de produção (Antunes, 2015).

No que diz respeito à preocupação objetiva desta pesquisa, a partir dos anos 2000 as políticas públicas de trabalho e renda aparecem com uma perspectiva neodesenvolvimentista frente ao contexto de desintegração produtiva (Barbosa, 2016) no qual saem as fábricas do mundo do trabalho e fazem-se presente a fragmentação da produção e a precarização dos vínculos trabalhistas.

Sobre a questão regional e as estratégias governamentais frente ao mundo do trabalho contemporâneo, Barbosa (2016) analisa os sentidos da política nacional para o Arranjo Produtivo Local (APL) dos governos Lula e Dilma nos anos 2000 até meados da década de 2010 frente ao cenário posto da crise do capital. Para a autora (idem), trata-se de uma ênfase em ações que não buscam de forma estrutural solucionar o problema da desintegração produtiva e da dependência do capitalismo brasileiro, mesmo que se atente ao contexto local dos territórios:

> Em termos retóricos, o GTP APL define como tarefa do arranjo a configuração de um conjunto de habilidades e características para alavancar o desenvolvimento tipicamente capitalista na localidade, de modo a promover um ambiente de inclusão produtiva, preservar o meio ambiente, garantir sustentabilidade da organização e reduzir as desigualdades regionais (MDIC, 2004). Novas habilidades para a região surgiram com a ampliação do chamado "capital social", que, como sabemos, compõe a apologia da flexibilização produtiva, em especial por meio dos estudos de Putnam (2002) e das recomendações das agências multilaterais para a pobreza e o

> desenvolvimento econômico da periferia capitalista, a partir dos anos 1990 (Motta, 2012). (Barbosa, 2018, p.176).

Fazendo uma lúcida, crítica e pertinente pesquisa que dialoga com as ações de inclusão produtiva, Barbosa (idem) localiza a estratégia inserida nesta lógica neodesenvolvimentista e que ativa ao trabalho sob ocupações precarizadas.

Nesse momento, iremos enfocar no entendimento de como o Serviço Social se apropria do debate sobre a Inclusão Produtiva e os temas que a tangenciam. Destacamos a pouco numerosa produção acadêmica sobre o tema, segundo o levantamento bibliográfico realizado e indicado anteriormente. Essa dissertação, então, se insere nesse esforço de contribuir para esse campo de investigação.

Percebe-se no periódico "Revista de Políticas Públicas" (UFMA) um maior número de trabalhos localizados e com artigos de referências no campo de políticas de geração de trabalho e renda, como a professora Rosângela Barbosa. A hipótese levantada aqui embasa-se na razão da Universidade Federal do Maranhão possuir uma tradição na análise e na promoção de congressos[12] com a divulgação científica de experiências nacionais e internacionais em políticas públicas, campo em que se situam as ações de inclusão produtiva e geração de ocupação e renda.

Após a leitura dos títulos e resumos dos artigos, foram selecionados 6 textos para a tabulação e escolha da leitura de 03 deles, tendo como justificativa a consonância com os objetivos específicos da dissertação. Ainda, encontrou-se a ausência do tema da inclusão produtiva de fato, uma lacuna já esperada pelas orientações e que esta dissertação busca contribuir no preenchimento.

O texto de Araújo *et al* (2009), a "Relação entre pobreza e trabalho no Brasil: expressão de seus dilemas na política de assistência social" acerta em trazer o debate sobre a modernização conservadora que marca o capitalismo brasileiro, alinha também a questão agrária e a ausência de políticas sociais de inserção da população negra e indígena no mercado de trabalho. Associa ser devida a tais fatores os resultados da posterior informalidade.

Os autores também afirmam que o desenvolvimento do modo de produção periférico do capitalismo brasileiro possui como fato a exportação e esta ser a principal meta de sua economia

---

[12] A Jornada Internacional de Políticas Públicas, JOINPP, é uma referência no campo crítico das Políticas Sociais e acontece a cada dois anos, tendo o pesquisador desta dissertação apresentado uma pesquisa anexa (a questão da empregabilidade e a população LGBTQIAPN+) à sua dissertação na edição de 2023. Acesso em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_3327_33276498fdde48842.pdf

e não o desenvolvimento interno, a busca pelos sentidos do mundo do trabalho não são alcançadas. Tal ponderação dialoga com Antunes (2014) e suas reflexões sobre o avanço da precarização do trabalho e a sua consequente exacerbação da alienação de sentidos.

Por fim, aponta que a política de assistência social se constitui de uma forma vinculada às ações pontuais e que, por mais que haja em seu interior iniciativas de qualificação profissional ou ativação ao trabalho, é apenas com o fortalecimento do sistema de proteção social de forma ampliada que será notado alguma mudança, mesmo que apenas diretamente no âmbito das políticas sociais.

Por fim, ressalta a importância de nos atentarmos à formação socioeconômica brasileira, para além do escopo do que é ou não atribuição da política de assistência social. Tal artigo possui semelhanças ao norte teórico da hipótese desta dissertação, pois identifica na relação capital-trabalho as raízes dos limites da geração de emprego e renda no campo das políticas sociais, especialmente, a Assistência Social.

O artigo "Demandas do trabalho ao assistente social no capitalismo contemporâneo" de Barbosa et al (2010) dialoga diretamente com as categorias marxianas do trabalho, tais como o trabalho vivo, categoria que pode ser percebida na contemporaneidade do capitalismo sob a automação do trabalho. Há uma consonância com o pensamento de Antunes (2015), no que tange à crítica da tendência à terceirização da força de trabalho e do incentivo às práticas organizacionais como supostas soluções da redução do trabalho vivo na esteira industrial e produtiva, tornando o processo contemporâneo do mundo do trabalho ainda mais alienado.

Há uma importante exemplificação das ações de inclusão produtiva na experiência no Norte brasileiro por meio dos assistentes sociais:

> Neste campo, a recuperação de políticas de transferência de renda, associada a meios de inclusão produtiva a partir do saber popular, tem se tornado um dos modus operandi do fazer profissional; de um lado, mostra-se a biopolítica como condição para a garantia do direito à própria vida das populações tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, caboclos etc.), que passam a caracterizar processos de vulnerabilidade social decorrente dos desencaixes na destituição de seus meios de vida ligados à terra." (Barbosa, Sousa, Santos, p. 135, 2010)

Na citação acima é possível perceber como a inclusão produtiva torna-se uma alternativa de fazer profissional para o trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade que, sob a égide das políticas sociais pós-fordistas e neoliberais, tendem a atuar com a população que anteriormente estava absorvida no mundo do trabalho formal ou não precisava de uma renda complementar necessariamente para se reproduzir, como percebe ser o caso dos povos tradicionais citados.

Em outro trabalho, Barbosa (2013) consegue trazer elementos que auxiliam a leitura de como a reestruturação produtiva chega ao Brasil. Auxilia também no entendimento principalmente sobre o debate do neodesenvolvimentismo dos governos do Partido dos Trabalhadores nos governos Lula (2004 e 2010) e Dilma. Ao debater sobre a esfera ministerial e o orçamento público destinado às ações que pretendem estimular a produção regional do Brasil, tais como no Nordeste, a autora menciona a falta de percepção da matriz das causas da ausência quantitativa de oportunidades de trabalho para a população brasileira: o modo de produção capitalista.

Assim, Barbosa (2013) tece uma crítica aos neo-institucionalistas no momento em que afirma que não são apenas com os ajustes orçamentários, de infraestrutura e de atenção governamental que se resolverão as questões que dizem respeito às lacunas fundantes e mantenedoras do modo de produção capitalista que, em sua era mundializada, tende a constituir o desemprego como máxima, até mesmo em um país que já lidava com a desregulamentação do trabalho (Barbosa, 2013).

Destaca-se, por fim, que é no período dos anos 1990 e 2000 que foi identificado como um consenso entre os especialistas o aumento das ações de geração de trabalho e renda, no interior da lógica até aqui apontada.

Senna, Baldo e Souto Maior (2022), em artigo recente, debatem a pandemia de covid-19 e as respostas dos governos de alguns países da América Latina à garantia de emprego e renda na região. Trata-se do mesmo contexto histórico em que se dá o recorte temporal da experiência na Extensão trazida nesta dissertação. O texto concentra-se no debate sobre a conjuntura política econômica em três países da América Latina: Brasil, México e Argentina.

Além disso, a referida pesquisa torna-se interessante na medida em que traz as características comuns que são encontradas no mundo do trabalho nestes países que possuem seu capitalismo no modelo periférico. Portanto, menciona-se a construção de um mundo do trabalho heterogêneo, informal e desregulado (Senna, Baldo, Maior, 2022).

No que tange ao contexto brasileiro, o texto auxilia no debate acerca do desmonte do então modelo de proteção social brasileiro que as autoras afirmam que estava em expansão para além de modelos securitários (Senna, Baldo, Maior, 2022).

Com o golpe da presidenta Dilma Rousseff, há então um ajuste maior ao modelo neoliberal e globalizado da atual crise do capital. É mencionado ainda a extinção do Programa Bolsa Família durante o governo de Jair Bolsonaro e a substituição pelo Programa Auxílio Brasil, que em nada dialogava com as políticas sociais já presentes no país e demonstra um caráter fragmentado, próprio das medidas ultraneoliberais.

Concentra-se aqui a leitura da contemporaneidade realizada pelos autores, pois dialoga com a atenção que a pesquisa da dissertação trata no seu capítulo três, etapa na qual é possível concentrar-se nos indicadores sociais e na análise dos dados sobre as ações e medidas para a geração de emprego e renda para a população de Nova Iguaçu.

Um resultado importante a ser analisado nas produções contemporâneas é o fato de que, encontramos artigos que dialogam diretamente com a inclusão produtiva, seja a teorização a partir do texto de Liliane Moser (2011) ou no caso dos catadores de materiais recicláveis (Bortoli, 2009) em formato de relato de experiência sobre geração de renda para este público. Ressalta-se que este apresenta-se como o único material encontrado pela revisão bibliográfica em periódicos que é de fato uma experiência sobre a inclusão produtiva.

O texto de Moser (2011), "A nova geração de políticas sociais no contexto europeu workfare e medidas de ativação", auxilia no entendimento da definição do conceito das políticas de ativação e de *workfare*, modelos que norteiam as ações de inclusão produtiva. Entende-se que no contexto da agenda neoliberal marcada pelo Consenso de Washington, o Estado Social foi declinando e caminhando para um sistema de proteção social que busca que os usuários das políticas sociais passem a não onerar o fundo público e, também, a exercerem uma contrapartida dos benefícios concedidos, exercendo então atividades ativas ligadas à geração de renda. Vejamos o contexto:

> Até meados dos anos 90, o diagnóstico da crise do Estado de bem-estar social ancorava-se em dois elementos: a crise financeira e a decadente eficiência econômica e social. A partir da segunda metade da década de 1990, um novo argumento surge com força suficiente para introduzir profundas mudanças no Estado de bem-estar social. Este novo argumento está assentado sobre um questionamento moral: é justo que as pessoas recebam do Estado sem trabalhar? É a resposta negativa a essa questão que demarca a transição do Estado de bem-estar social passivo para um Estado de bem-estar social ativo (Silva, Moser, p. 69).

É importante também destacar que Moser (2011) assinala que as políticas de ativação europeias são notadamente encontradas nas políticas de proteção social não contributivas, justamente como é o caso da assistência social e, no seu interior, das ações de inclusão produtiva. Este é o caso da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades, tendo em vista que ela é destinada aos usuários da política de assistência social de Nova Iguaçu.

Bortoli (2009) apresenta e discute a experiência de um projeto de extensão contemplado por bolsa de incentivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, logo tem uma similaridade importante com a experiência dessa dissertação. Porém, tal comparação torna-se limitada, já que o texto traz resultados de uma experiência que ocorreu, de fato, com o acompanhamento de catadores de materiais recicláveis. Portanto, afasta-se do

aspecto do auxílio à gestão da SEMAS concedido pelo IPLAB na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades.

Ao longo do texto, foram trazidos alguns aspectos teóricos que aludem às referências importantes dos capítulos iniciais desta dissertação. As leituras de Antunes (2015) e Mota (2010) são mencionadas quando são identificadas a presença da autogestão, uma característica que Antunes (idem) identifica como predominante no mundo do trabalho contemporâneo.

Com a leitura de Mota (2010), por sua vez, observou-se a problematização feita pela referida autora de que o Estado transfere para os trabalhadores alçados ao subemprego a lógica de serem não-empregáveis e de exercerem atividades sem proteção social do trabalho. Acrescenta-se também a questão de, no caso dos catadores de materiais recicláveis, acabarem por contribuir indiretamente para o serviço de limpeza urbana, sem serem reconhecidos por este trabalho.

Nos aspectos da experiência que ocorreu durante dois anos, a pesquisa encontrou fragilidades próprias do perfil dos trabalhadores informais: baixa escolaridade, sendo a maioria apenas com ensino fundamental e o fato de exercerem um trabalho se não pontual, insuficiente para uma profissão exercida por um trabalhador que precisa manter a sua subsistência.

Portanto, a atividade dos trabalhadores relatados tende a não romper com a lógica da inserção não no mundo do trabalho, mas sim com a permanência ou inserção em programas sociais, que de modo algum precisam ser dissociados da lógica de direito. Contudo, entendendo que tais programas sociais acabam por se tornar um complemento essencial à dinâmica do sustento destes trabalhadores, visto que os rendimentos do trabalho informal não lhes garantem a sua sobrevivência.

Cumpre mencionar, ainda, que alguns artigos importantes sobre a temática foram publicados a partir de 2020. O primeiro deles, de Vitor Araújo Filgueiras (2022) apresenta uma análise teórica contemporânea do mundo do trabalho brasileiro na segunda década dos anos 2010, citando o contexto pós-pandêmico e a agudização dos danos da antidemocrática Reforma Trabalhista de 2017. Buscando indicar caminhos para a saída da situação de desproteção do trabalho e desvinculação das relações de trabalho, o texto apresenta o conceito de “Trabalho Decente”.

O referido conceito trazido por Filgueiras (idem) busca medidas para uma regulamentação dos trabalhadores informais no Brasil promovendo a criação da Plataforma do Trabalho Decente (PTD). Plataforma esta que possui uma série de medidas para a formalização do trabalho, seja criando categorias de trabalho autônomo com inserção no regime previdenciário do Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS, ou incluindo trabalhadores com

histórico de prestação de serviços - como encanadores, marceneiros, etc. - à vínculos trabalhistas sob a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT.

Com as medidas da PTD, cerca de 25 milhões de brasileiros que se identificam como trabalhadores autônomos e demais informais que hoje encontram-se em contexto de trabalho precarizado e com rendimentos abaixo de um salário mínimo (Filgueiras, 2022), passariam a aumentar os seus rendimentos através da proteção social voltada ao trabalhador.

No tangente à inclusão produtiva, nota-se no texto de Filgueiras (2022) caminhos que apontam para a contextualização do momento em que o Estado Social no capitalismo inicia medidas de ativação para o emprego desregulamentado, como uma estratégia para enfrentar as suas crises. Vejamos:

> O panorama internacional das últimas décadas foi menos amigável a políticas de desenvolvimento que tivessem como norte o pleno emprego e a proteção ao trabalho. São diversos e de diferentes ordens os fatores que explicam esse cenário, como o esgotamento da conciliação capital vs. trabalho estabelecida no pós-guerra e o fim da arquitetura institucional, financeira e produtiva que acelerou o desenvolvimento nos países centrais e facilitou o crescimento de parte da periferia. O fim do fantasma soviético ajudou o capital a procurar uma dominação pouco conciliadora, enquanto globalização, neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização formavam um ambiente com restrições a receitas alternativas (Filgueiras, p. 13, 2022).

Percebe-se com a citação um consenso da literatura crítica do Trabalho e das Políticas Sociais: as respostas para busca do aumento nos vínculos de trabalho e de qualidade de vida não estão concentradas em atitudes individuais dos trabalhadores, mas sim no entendimento para agir sob às lacunas estruturais que moldaram o mundo do trabalho na sociedade capitalista, no caso do Brasil, a sua modernização conservadora ingressa na periferia do capital (Behring, Boschetti, 2013).

Por último, destaca-se o alinhamento do artigo de Filgueiras (2022) ao projeto crítico-científico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, território base do periódico Em Pauta. Tal constatação se faz necessária pois esta também é uma dissertação cuja a qual apenas foi viabilizada devido à coesão do perfil crítico do PPGSS UERJ, moldando a construção da pesquisa como uma investigação que pudesse pautar as raízes das questões que perpassam a relação trabalho-assistência social, posteriormente identificando também a emergência das ações de inclusão produtiva.

O texto de Silva *et al* (2021) busca teorizar sobre o momento das políticas sociais sob o contexto da pandemia da Covid-19 e a gestão ultraliberal de Jair Messias Bolsonaro, não se limitando a apenas trazer uma análise de conjuntura. As autoras constroem com êxito a tarefa

e trazem à tona o fato de que a pandemia trouxe visibilidade para questões fundantes da Questão Social no Brasil, sendo uma delas o seu parco e inconstante mundo do trabalho.

> Com a ocorrência da pandemia da Covid19, enquanto o país passou a vivenciar incertezas relacionadas à origem do vírus, à forma e ao tempo das restrições, às interdições e racionamentos, assim como às consequências políticas, econômicas, nacionais e internacionais provocadas em função dos confinamentos (MORIN, 2020), o governo federal se alinhou ao restrito bloco de governantes que, ao redor do planeta, nega a virulência da enfermidade. De fato, cumpre ressaltar a postura de descaso assumida pelo governo Bolsonaro, face ao drama sanitário e social sem precedentes vivenciado pelo mundo e, particularmente, por um país como o Brasil, já historicamente marcado pela desestruturação do seu mercado de trabalho e por elevados índices de pobreza e desigualdade (Silva, Sousa, Lima, p. 111, 2021).

O texto apresenta ainda o seu norte teórico quando afirma que há uma prevalência dos programas de transferência de renda no Brasil desde pelo menos os anos 1990. As autoras fazem uma importante constatação que, embora não se apresente como uma crítica voraz, propicia ao leitor perceber quais são as contradições que precisam ser notadas ao analisar o protagonismo destes programas:

> É fundamental considerar que os programas de transferência monetária não são orientados somente por matizes do pensamento progressista, mas são também largamente influenciados por matizes de caráter liberal e conservador. Daí o porquê de a função precípua das práticas desenvolvidas ter sido mitigar a pobreza e legitimar governos, embora atendam também às necessidades básicas de seu público beneficiário, ao mesmo tempo em que atendem aos interesses do capital, pelo amplo potencial de dinamizar as economias. Essas funções ficam sobejamente demonstradas com a implementação do Auxílio Emergencial enquanto programa altamente focalizado (Silva, Sousa, Lima, p. 112, 2021),

É interessante constatar como a literatura crítica de referência do campo do Serviço Social possui um consenso em defender os programas sociais de ordem monetária, mas também acrescentam que eles não são e nem devem ser percebidos como o fim, a solução. Tratando-se de serem a expressão de um momento do capitalismo mundializado e financeirizado, que tal qual aponta Brettas (2020), erguem respostas parciais às expressões da questão social de uma sociedade que precisaria de mais do que transferências de renda para alcançar uma justiça social plural e redistributiva.

Para finalizar esse momento de debate da literatura, destacamos o artigo de Paixão e Theodoro (2020). O texto reflete sobre os marcos constitucionais de 1988 que trouxeram avanços no que tange à proteção social como é o caso da garantia dos benefícios pagos sob o conceito da irredutibilidade, que garante que os benefícios do INSS não podem ser inferiores a um salário mínimo. Eminentemente, trazem reflexões sobre os impactos da então proposta de Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro.

Os autores trazem a afirmação de que ao estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria, a Reforma da Previdência que hoje já se encontra aprovada, pune os trabalhadores que ingressam mais cedo no mercado de trabalho. Ao estabelecer um recorte de raça, Theodoro e Paixão (2020) afirmam que são penalizados com esta reforma previdenciária principalmente os trabalhadores pretos e pardos, pois iniciam as atividades laborais precocemente e em vínculos precarizados. E completando, possuem também uma expectativa de vida inferior ao dos brasileiros brancos (Theodoro, Paixão, 2020).

O artigo é concluído afirmando que a Reforma da Previdência em vigência no país afasta a Previdência Social brasileira dos três pilares que norteiam o conceito de proteção social apontado pelos especialistas: densidade, cobertura protetiva e redistributividade, pois ocasiona uma não adesão ao regime previdenciário público e elimina direitos trabalhistas, afastando-se de possíveis segurados contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS.

Em suma, como resultado da revisão bibliográfica temos algumas constatações:

a) É consenso na literatura acadêmica a heterogeneidade do mundo do trabalho brasileiro, composta por vínculos formais e informais e com demasiada presença de relações de trabalho desregulamentadas e sem proteção social.

b) As raízes dos indicadores sociais de desigualdades que são encontrados no mundo do trabalho e nas políticas sociais possuem origem na formação socioeconômica brasileira e na desproteção histórica de sua população racializada.

c) A inclusão produtiva para a literatura do Serviço Social é percebida como uma das medidas que emergem no rol de ações que buscam medidas parciais para corresponder à desproteção social de um Estado Social que sequer chegou a ser implementado em sua plenitude, devido ao avanço neoliberal desde os anos 1990.

É com este resultado encontrado na primeira etapa da pesquisa que está construído o último capítulo da dissertação. Por meio da apresentação de gráficos que auxiliam na interpretação das análises encontradas, haverá a seguir os subsídios para a síntese do restante de objetivos propostos. Com um nítido destaque para a identificação perfil socioeconômico da população solicitante das ações de inclusão produtiva em Nova Iguaçu.

2 ANÁLISE DAS AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA NA AGÊNCIA NOVA IGUAÇU DE OPORTUNIDADES

Ao longo desta dissertação foi possível identificar o debate acerca da inclusão produtiva nos debates teóricos do trabalho e da assistência social, ora no contexto mundial, ora no contexto brasileiro. Portanto, sendo a dissertação localizada em uma experiência vivida em um município específico, Nova Iguaçu, traz-se então a necessidade de antes de apresentar o contexto iguaçuano e retomar os objetivos pretendidos com a pesquisa.

Construir este capítulo exigiu retomar os objetivos da pesquisa. São eles: i) Identificar as principais demandas de trabalho recebidas nas ações do programa de Inclusão Produtiva na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Nova Iguaçu; ii) Caracterizar as ações que compõem o programa de Inclusão Produtiva em Nova Iguaçu no contexto da pandemia de Covid-19; iii) Identificar o perfil socioeconômico dos solicitantes e dos atendidos no programa de Inclusão Produtiva e iv) Colocar em evidência algumas indagações, tais como: a inclusão produtiva preocupa-se em entender as especificidades do mundo do trabalho brasileiro e do perfil dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)?

Apresentaremos uma breve análise dos documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu. Cumpre mencionar que para o acesso da referida documentação foi necessário o envio de uma carta elaborada pelo discente e a orientadora, como consta no anexo I, solicitando acesso a tais documentos e explicando que os dados obtidos seriam utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. Entre os documentos disponibilizados citados no início da dissertação, especificamente para este momento de análise de dados foram utilizados o Plano Individual de Acompanhamento de 2021 onde consta o banco de dados da plataforma *Google Forms*. Há, também, um Ofício de apresentação das atividades da agência chamado de "Sugestão". Nele, consta a descrição de algumas atividades da agência, como oficinas para a população em situação de rua que acessava o Centro de Referência para este público, o Centro Pop de Nova Iguaçu. Apesar de constar estas informações, o documento não é tão expressivo em detalhes, o que pode apontar uma ausência da sistematização da prática profissional, fator importante para o trabalho com políticas públicas.

Ademais, foi disponibilizado, também, um terceiro documento do qual foram extraídas as seguintes informações: o organograma com a estrutura de funcionários da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades e a caracterização dos serviços oferecidos.

Em resumo, no presente capítulo pretende-se discutir os resultados da análise documental, a metodologia proposta na fase dois do projeto de pesquisa, trazendo o debate em torno da análise dos dados solicitados à Secretaria Municipal de Nova Iguaçu para a produção desta dissertação de mestrado. Com tais dados, foi possível traçar o perfil de usuários que acessam as ações de inclusão produtiva, debatidas nos capítulos anteriores.

A análise possui embasamento teórico em Behring e Boschetti (2011) e, também, Antunes (2015) a partir da concepção crítica do trabalho e da política social.

2.1 Reflexões iniciais sobre a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades

Ressalta-se, inicialmente, um fato importante. O momento de experiência na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades foi vivenciado durante a pandemia de COVID-19 uma época de incertezas sanitárias devido ao vírus da covid-19, mas também por ter as expressões da questão social beirando à barbárie e desvelando a face antissocial do capital (Antunes, 2020), como eram os índices nacionais de insegurança alimentar e fome da população. No cenário municipal, em 2020, havia um dado de que a cidade não contava com uma rede suficiente para atender a população, fato que se agravou devido à emergência da COVID-19:

> A realidade é que a rede de CRAS em alguns municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro está operando muito acima da sua capacidade. De acordo com dados do Ministério da Cidadania de fevereiro de 2020, nas cidades de Nova Iguaçu e Rio de Janeiro há menos da metade dos CRAS necessários para atender as famílias residentes. As unidades em São João de Meriti, Duque de Caxias e São Gonçalo também estão operando acima da capacidade. (Fluminense, Casa, 2020).

Tal dado aponta, pelo menos, dois aspectos dialéticos que compõem a realidade da assistência social na contemporaneidade: a importância de ter a sua rede ampliada em serviços e unidades de atendimento e recursos humanos e não apenas de investir na transferência de renda direta, como também indica uma alta procura desta política, que anteriormente possuía um público muito específico, de acordo com a literatura especializada (Behring, Boschetti, 2011) (Mota, 2010). Fato este que aponta uma pauperização agudizada antes e durante a pandemia de Covid-19.

Frente à reestruturação produtiva, o capital flexibiliza-se e a questão da renda para os trabalhadores fica ainda mais complexa para manter a sua subsistência e garantir alguma estabilidade. Nesta mesma época dos bilionários e sua acumulação de capital, ocorre um

movimento de expropriação contemporânea (Fontes, 2018) como a questão da fome em contextos dimensionais na periferia, vide o Brasil de 2021 e o desemprego estrutural.

Diferentes são os autores, não apenas do Serviço Social, mas de outras áreas que também possuem uma visão crítica sobre as políticas sociais e o Estado. Todavia, aqui se busca destacar referenciais teóricos que trazem o ponto de vista da perda de direitos trabalhistas e das relações formais de trabalho desde os anos 1990, registro da ascensão do neoliberalismo no Estado brasileiro.

Trata-se, assim, de um contexto em que já se estava também engendrando a assistência social como um direito e uma política inscrita na Constituição Federal de 1988, num cenário de proteção daqueles que estão incapacitados ou fora do trabalho regulamentado e/ou de alto rendimento informal que anteriormente não existia. Haja vista: a parcela que compõe a superpopulação relativa do capital, como discutido no capítulo dois desta dissertação.

Ao passo em que a necessidade e a busca do público pauperizado que não possui vínculo formal de trabalho e que está em extrema pobreza crescem nas políticas sociais, novas respostas parciais (Brettas, 2020) e ações são traçadas. Como se observou anteriormente em Barbosa (2016), apenas com a ótica desenvolvimentista que inaugura o momento das ações de inclusão produtiva nas políticas sociais, expressivamente a assistência social, se dissociada das questões estruturantes do contemporâneo modo de produção capitalista, não são capazes de oferecer respostas concretas.

Voltando aos documentos disponibilizados pela Agência Nova Iguaçu de Oportunidades, destacam-se:

- Plano de Acompanhamento Individual
- Ofício intitulado “Sugestão” sobre as atividades da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades
- Documento intitulado como “Agência-Capacitação”

Nesse sentido, para o cumprimento do primeiro objetivo, foram organizadas na tabela 10 principais ocupações citadas ao procurar emprego e que foram consideradas na pesquisa como importantes para que seja identificado o perfil de ocupações buscadas pelos usuários da Agência: o setor de serviços e áreas com grau de escolaridade sem ensino superior. Para isso, foi preciso separar os dados de julho a dezembro de 2024 através do Google Formulários, ambiente virtual no qual serviu de hospedagem também para a criação das porcentagens. Há também um gráfico desenvolvido a partir da questão: Qual o objetivo com a ANIO? As

principais respostas foram: emprego e jovem aprendiz, com os mesmos recursos aplicados para a elaboração, assim como de todos os demais gráficos apresentados neste capítulo.

O segundo objetivo foi atingido parcialmente devido a análise de dados estar condicionada às informações presentes nos documentos solicitados. Com isso, foram identificadas as seguintes atividades: projetos de oficinas de capacitação profissional para a população em situação de rua, a citação da população LGBTQIAPN+ como um dos públicos prioritários e o incentivo ao empreendedorismo.

No terceiro objetivo, há o tratamento dos dados do Plano de Acompanhamento Individual, entre julho e dezembro de 2021, no total de questionários que totalizam 2798 respostas. Os dados extraídos foram: sexo/gênero, raça/cor, território e escolaridade.

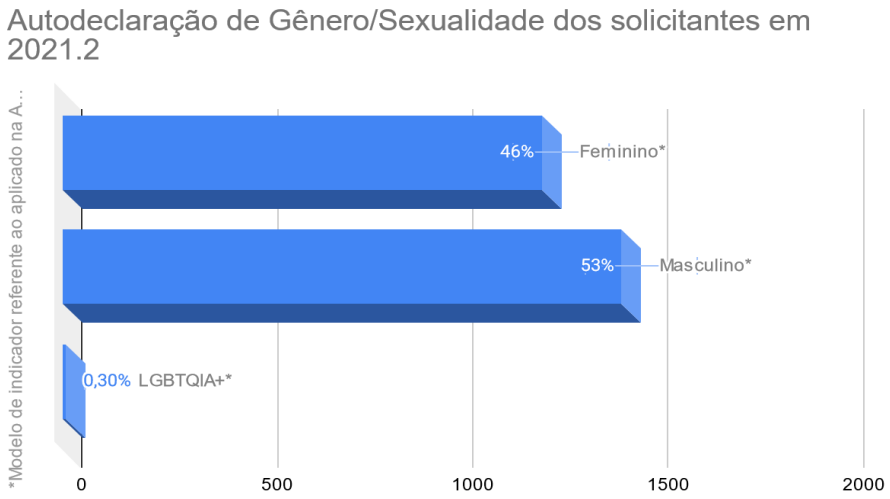
Por fim, no quarto objetivo – bastante discutido no capítulo dois – observou-se que apenas com uma estrutura teórica bem fundamentada seria possível responder às indagações propostas neste objetivo, que, talvez, escape da intenção original da presente dissertação a pretensão de responder tais indagações, uma vez que a intenção precípua residia somente na possibilidade de provocar reflexões e discussões.

Nesse sentido, responder a indagação a respeito do fato de a inclusão produtiva preocupar-se ou não em compreender as especificidades do mundo do trabalho brasileiro e do perfil dos usuários do Sistema Único de Assistência Social talvez só possa ser respondida em pesquisas futuras.

2.2 O perfil da população solicitante das ações de inclusão produtiva

Inicia-se agora a exposição e análise do perfil socioeconômico dos (as) solicitantes das ações de Inclusão Produtiva no município de Nova Iguaçu.

Gráfico 1: Gênero/Sexualidade dos solicitantes em 2021.2



Fonte: Elaboração própria Total: 2798 respostas analisadas

Inicialmente, é preciso destacar a confusão entre identidade de gênero e orientação sexual presente no formulário, ocasionando uma outra confusão sobre a população LGBTQIPAN+. Tal fato, porém, é o retrato também de uma estrutura patriarcal que não adiciona a parcela não cis-heteronormativa da sociedade (Brito, et. al, 2020):

> O conceito de divisão sexual do trabalho emergiu em torno de concepções rígidas de masculinidades e feminilidades, e, neste sentido, a diversidade trans não se constituiu objeto (direta ou indiretamente) de atenção nos estudos pioneiros acerca da divisão sexual do trabalho. Aqueles estudos, em outras palavras, não visualizaram identidades de gênero para além de expressões binárias e cisgêneras, processo relacionado à visibilidade das relações de gênero na perspectiva da época em que foram produzidos. (Brito, Almeida, Almeida, 2020, p. 49)

Portanto, é preciso que se entenda que apesar de haver números totais quantificados, há situações não captadas pelos indicadores que sistematizam cadastros, entrevistas e registros no geral. A LGBTQIAPN+fobia produtora de estigmas acaba por, quando não excluir a população institucionalmente dos espaços públicos, faz a sua existência ser omitida, portanto impossibilitada de ser registrada. Ocasionando assim uma ausência de dados que poderiam contribuir para a mudança da realidade desta população, que seja o seu ingresso em uma oportunidade de emprego e/ou geração de renda. Destaca-se, entretanto, o esforço em dar visibilidade aos dados desta população.

Pode-se também perceber no gráfico acima como as novas facetas do mundo do trabalho no capitalismo em sua fase mundializada apresentam reproduções de padrões de uma sociedade pautada por disparidades em relação ao gênero. Quando é focado o olhar sobre o que aponta a teoria social crítica, Davis (2016) ao fazer um resgate histórico dos direitos das mulheres nos Estados Unidos traz o contexto de que como em uma sociedade pautada pela economia por vezes deixou pelas dianteiras as mulheres racializadas, como as negras.

Aqui, trazendo para o objeto identificado, eram as mulheres que durante a pandemia de COVID-19 estavam como chefes das famílias que estavam em situação de insegurança alimentar. Eram milhares de lares chefiados por mulheres negras em algum grau de insegurança alimentar.

Quando se percebe que era sob este mesmo período a experiência na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades, chega-se ao resultado suposto de que por vezes a Agência N.I de Oportunidades absorveu mulheres pertencentes da classe trabalhadora que estavam enfrentando dificuldades em relação à renda, e consequentemente as diversas outras expressões da questão social, como a fome e a desproteção social.

Destaca-se o fato de que o público solicitante é composto majoritariamente por homens, contrariando uma possível expectativa de possuir mulheres como usuárias, haja vista a inserção subalterna de mulheres no mundo do trabalho. Nessa esteira, as mulheres requerentes das ações de inclusão produtiva da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades possuem diferentes perfis em gênero e raça, sendo, obviamente, pertencentes à classe trabalhadora.

Voltando o nosso olhar ao perfil das mulheres solicitantes das ações de inclusão produtiva no caso de Nova Iguaçu, percebe-se que a questão territorial também tem sido um fator importante de se destacar. Tal como vimos na introdução desta dissertação, a grande concentração de empregos formais concentra-se na capital fluminense, o Rio de Janeiro (Casa Fluminense, 2020).

Uma das soluções históricas é a busca por empregos mais regulamentados em outros territórios, o que é um direito legítimo, mas acaba por afastar a pessoa de sua cidade, tornando-a apenas uma cidade dormitório, nome histórico associado à Baixada Fluminense.

Com tal indicador de ausência de empregos formais, percebe-se que ao não desenvolver políticas públicas destinadas aos diferentes perfis de trabalhadoras, a política de assistência social reproduz problemas fundantes do modo de produção capitalista. Sistema este que, como Davis (2016), não caminha junto com os direitos das mulheres.

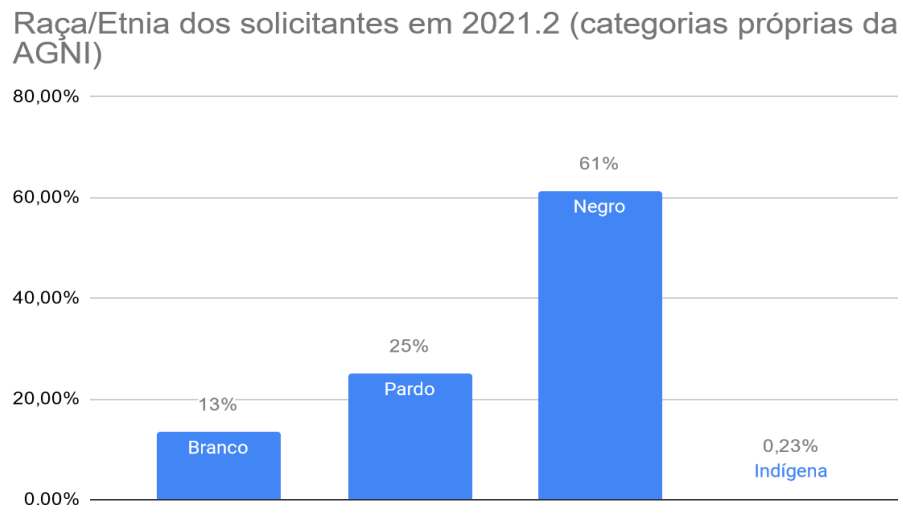
Dado a realidade dos frágeis vínculos de trabalho, uma alternativa que tem se intensificado especialmente logo após a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017 no contexto brasileiro é a tônica do "empreendedorismo" como regra, o que mascara a demanda por vínculos de trabalho e a necessidade de um emprego com garantias salariais. Pois, se do contrário fosse, a procura pela agência não existiria, nem tampouco com uma frequência intensa, como demonstra a amostra de gênero/sexualidade analisada, sendo cerca de 1000 atendimentos cadastrados apenas entre julho e dezembro de 2021, o que dá o total de 166 atendimentos por dia.

Com as reformas que visam o desmonte da Seguridade Social dos últimos anos como a Trabalhista e a da Previdência, percebe-se uma agudização da precariedade para as mulheres:

> Na atualidade, a precarização do trabalho assume novas dimensões e manifestações, atingindo o conjunto da classe trabalhadora, ainda que com diferentes intensidades, considerando-se a divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho. A reforma trabalhista de 2017 produz a regressão dos direitos trabalhistas que afetam diretamente as mulheres, os pobres e os negros. Ademais, como vimos, não cumpre a promessa da geração de empregos e melhorias salariais, com repercussões ainda mais nefastas para as trabalhadoras (Gama, A., et. al, p. 114, 2024).

É fato inconteste que para a construção de ações que busquem inserir as mulheres e suas multiplicidades no mundo do trabalho, precisa-se ouvir e estudar as próprias. Como aponta a literatura crítica, o trabalho reprodutivo tem sido não-remunerado por parte das mulheres, portanto a volumosa quantidade de procura de mulheres pelas ações de inclusão produtiva tende a corroborar com os resultados da citação de Gama e demais pesquisadores (2024).

Gráfico 2: Raça/Etnia dos solicitantes em 2021.2



Fonte: Elaboração própria Total: 2798 respostas analisadas

Nas últimas décadas, o mundo e os países de capitalismo central enfrentaram um processo de desmonte da proteção e do seguro vinculado ao trabalho e dos vínculos de emprego, fenômenos como a uberização e os trabalhos via plataformas digitais, agudizados no contexto da pandemia de covid-19 trazem o que Antunes (2022) nomeia de metabolismo antissocial do Estado.

Por óbvio, não é surpresa que tal expressão chegaria nos países periféricos, como no Brasil, como demonstra o desmonte dos direitos previdenciários, e isto é um fato. Ademais, outro ponto também a ser destacado reside no fato de que apenas uma parcela da população acessava plenamente estes direitos, enquanto outra historicamente não acessava.

Logo, ao se debruçar sobre alguns indicadores sociais, percebe-se um perfil majoritário daqueles que estão desprotegidos, isto é, negros e/ou periféricos. Os indicadores sociais da ANIO também caminham em concordância com tal conhecimento. Percebe-se a maioria racial sendo a negra com 61% do perfil dos solicitantes de ações de inclusão produtiva.

Estas pessoas que estão na informalidade possuem um endereço e um perfil predominante: estão nas áreas de menor poder aquisitivo do país e são racializados, como aponta a pesquisa supracitada. É o caso da população solicitante das ações de inclusão produtiva, já que compõe um perfil de classe trabalhadora da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, notadamente a Baixada Fluminense e em uma cidade com baixos índices de empregos formais como visto na figura 01 desta dissertação.

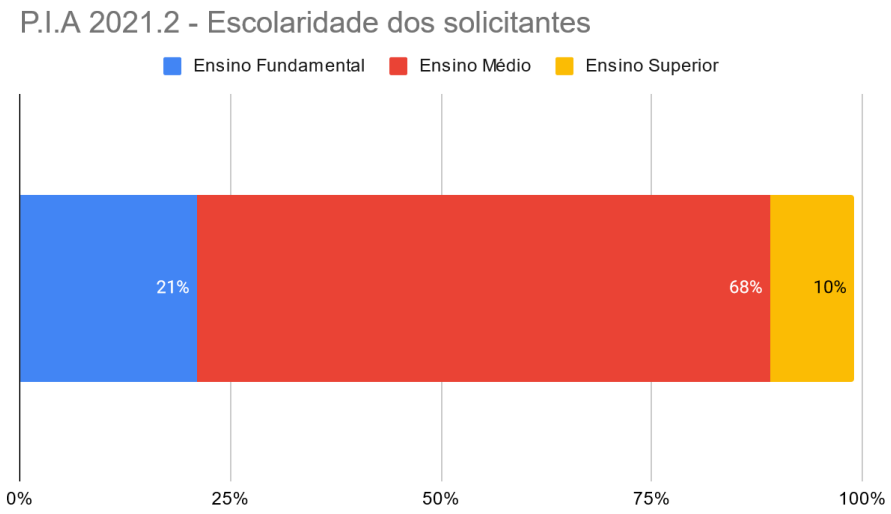
Abaixo temos a exposição do dado sobre escolaridade, pois é um fato importante para não apenas a empregabilidade, mas para a defesa e manutenção de direitos sociais defendidas neste trabalho.

O total de respostas foi de 2798 respostas nos formulários apresentados pela ANIO. Entretanto, havia alguns campos vazios, fato que fez com que alguns totais tenham oscilados entre 2000 e 1000 respostas. Embora a iniciativa de registrar em sistema os dados de entrevista, apontando um esforço de sistematizar a prática profissional, o instrumento de registro não possui uma padronização. Com isso, algumas respostas são objetivas e outras mais descritivas.

Registra-se também que, diferente dos dados clássicos do IBGE que estratifica a escolaridade entre Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto e Completo, a exposição dos dados não seguem este modelo.

Abaixo temos o dado sobre escolaridade:

Gráfico 3: Escolaridade dos solicitantes



Fonte: elaboração própria. Total: 2798 respostas analisadas

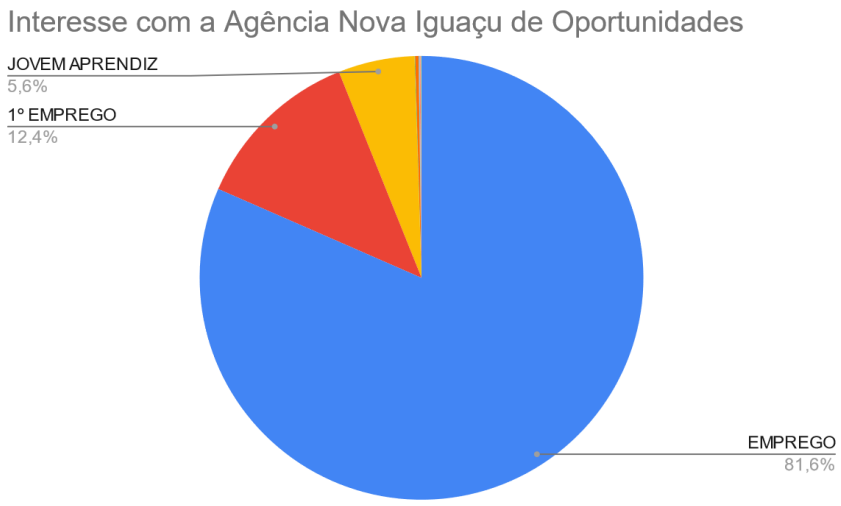
Percebe-se um percentual demasiadamente desproporcional quando comparado a escolaridade de nível médio com a superior. O que denota no mínimo uma ausência prévia de políticas de educação efetivas. Portanto, entende-se que a questão da inserção no mundo do trabalho também se discute por meio da identificação de vínculos de estudo fortificados ou não.

É fato e há de se registrar também que a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades possuía em suas atividades oficinas pedagógicas com uma profissional da Educação que

incentivava e informava sobre a continuidade dos estudos e que haviam informações sobre a Educação para Jovens e Adultos e o incentivo para o ingresso no ensino superior. Tais informações não constam em registro analisado, sendo fatos presenciados pelo mestrando durante a experiência em Extensão. Entretanto ressalta-se também, tal lógica não poderia apenas ser um papel da política de assistência social. Pois há o risco de a educação ser percebida como algo punitivo, como se fosse algo para se fazer após a não inserção em algum vínculo de trabalho.

No gráfico abaixo percebemos as demandas dos usuários perante a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades.

Gráfico 4: Interesse com a ANIO



Fonte: Elaboração própria Total: 2798 respostas analisadas

Há de se notar a razão majoritária pela busca por emprego. Tal dado ilustra o que Ferreira (2021) diz ser uma desvirtuação dos objetivos da inclusão produtiva quando são oferecidos cursos de qualificação aos usuários. Como é nítido, não é o que procuram. Também não há espaço relevante para as oficinas de treinamento ou fortalecimento de vínculos, tão importante para outras atividades da assistência social. Aqui buscava-se trabalho. A busca por trabalhos na modalidade jovem aprendiz pode ser justificada devido ao público-alvo descrito pela ANIO no documento “Capacitação”:

> Público Alvo: População Iguaçuana em situação de vulnerabilidade social a partir de 16 anos, com prioridade para usuários de programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais. (SEMAS, s/d, p.5).

No tangente às ocupações de interesse, a equipe aplicou o instrumento com respostas sem estarem estruturadas, portanto era de livre fala do usuário. Abaixo vejamos 10 ocupações frequentes que foram identificadas e organizadas para esta pesquisa a partir de montantes presentes no total de dados analisados, as 2798 respostas:

Tabela 6: Ocupação pretendida

Interesse em
Auxiliar de Serviços Gerais e similares
Repositor e Estoquista
Atendente e Recepcionista
Administrativo e Auxiliar Administrativo
Vendedor/Vendedora
Porteiro
Operador de Caixa
Cuidador de Idosos e Cuidadores
Balconista
Mostra total: 2798

Fonte: Elaboração própria com dados da SEMAS/NI

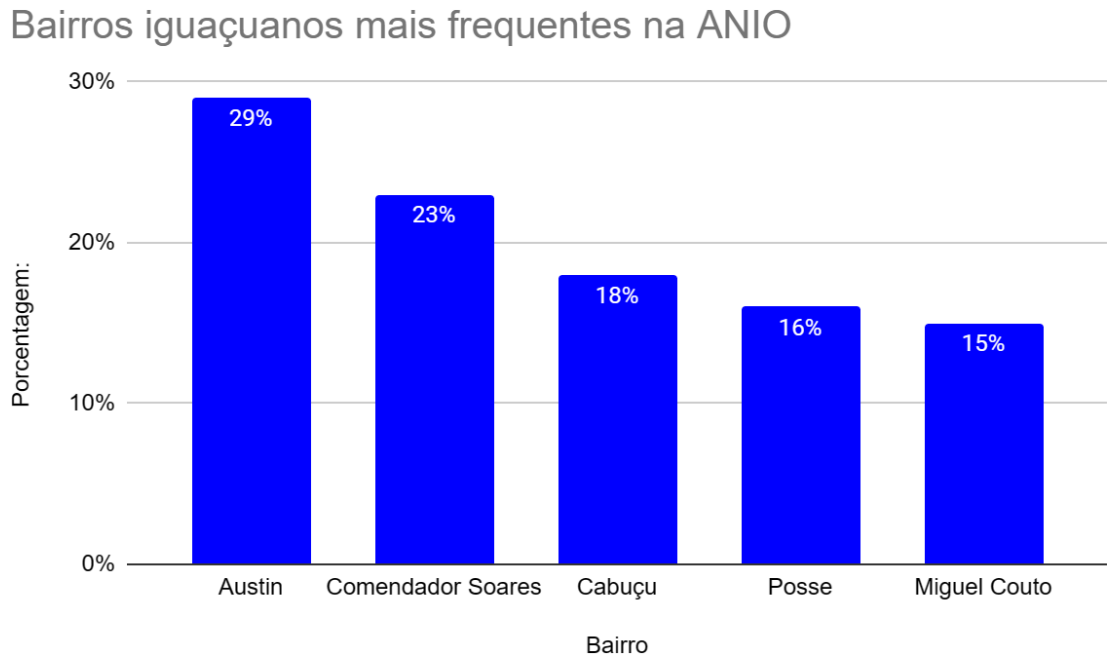
Percebe-se uma predominância em ocupações que não exigem muita escolarização, como o ensino superior, o que denota uma falta de perspectiva no avanço dos estudos. Quando analisamos a questão do território, percebe-se a prevalência do bairro de Austin. Um bairro afastado do centro da cidade de Nova Iguaçu e com uma qualidade de vida e serviços oferecidos característico de bairros afastados dos centros urbanos.

No Jornal O Globo (2024) um morador do bairro de Austin, o mesmo que lidera a busca por empregos na Secretaria Municipal de Nova Iguaçu, descreve a questão do trabalho na região:

> Quem fica na Austin brasileira se vira como dá para conseguir emprego. Vanderlei Antonio dos Santos trabalha como camelô, vendendo carregador de celular, chapéu, pilha, fone de ouvido e tudo mais, em frente à estação de trem no bairro iguaçuano.
> — É um lugar bom de se viver, sou nascido e criado. Só saio daqui para o cemitério. Mas o dia a dia é de muita falta de trabalho. Se houvesse mais oportunidades, as pessoas iriam querer ficar mais. (O Globo, 2024)

Com o relato do morador de Austin, identifica-se uma percepção da presença da vontade de inserção no mundo do trabalho, como os usuários da ANIO. Sobre a lista dos bairros mais informados, vejamos:

Gráfico 5: Bairros de Nova Iguaçu dos usuários da ANIO



Fonte: Elaboração própria Total de respostas: 2798.

Dos bairros listados, apenas “Posse” e “Comendador Soares” não se enquadram na característica de serem afastados do centro da cidade. Porém, são bairros que possuem núcleos desenvolvidos como o do comércio, porém que também possuem perímetros com escassez de serviços públicos e polos de trabalho como indústrias.

Sobre os dados mais específicos relacionados aos bairros de Nova Iguaçu, não foi encontrado conteúdo oficial pertinente. Porém, ao revisitar materiais já expostos em outros momentos da dissertação, temos o Plano Municipal de Direitos Humanos de Nova Iguaçu elaborado em 2021. Vejamos:

> Em Nova Iguaçu, de acordo com o Censo 2010, haviam poucas unidades habitacionais localizadas em favelas. Apenas 1,1%, ou seja, pouco mais de 2.800 moradias estavam localizadas em 10 favelas. Por outro lado, prevalecem, na periferia da cidade, em bairros com carências de urbanização e serviços públicos, às vezes, tão grande ou até maiores que as encontradas nas favelas. Segundo o Plano Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, “esse quadro comprova a baixa qualidade das condições urbanistas nos bairros de população mais pobre, presente em boa parte dos antigos loteamentos populares (São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Queimados, Paracambi etc.), antes periferia longínqua da metrópole. Hoje, em alguns casos, essas áreas apresentam certa centralidade, mas permanecem “invisíveis” e fora do alcance das políticas públicas ou estão nelas incluídas apenas fragilmente. (Nova Iguaçu, 2021, p. 51)

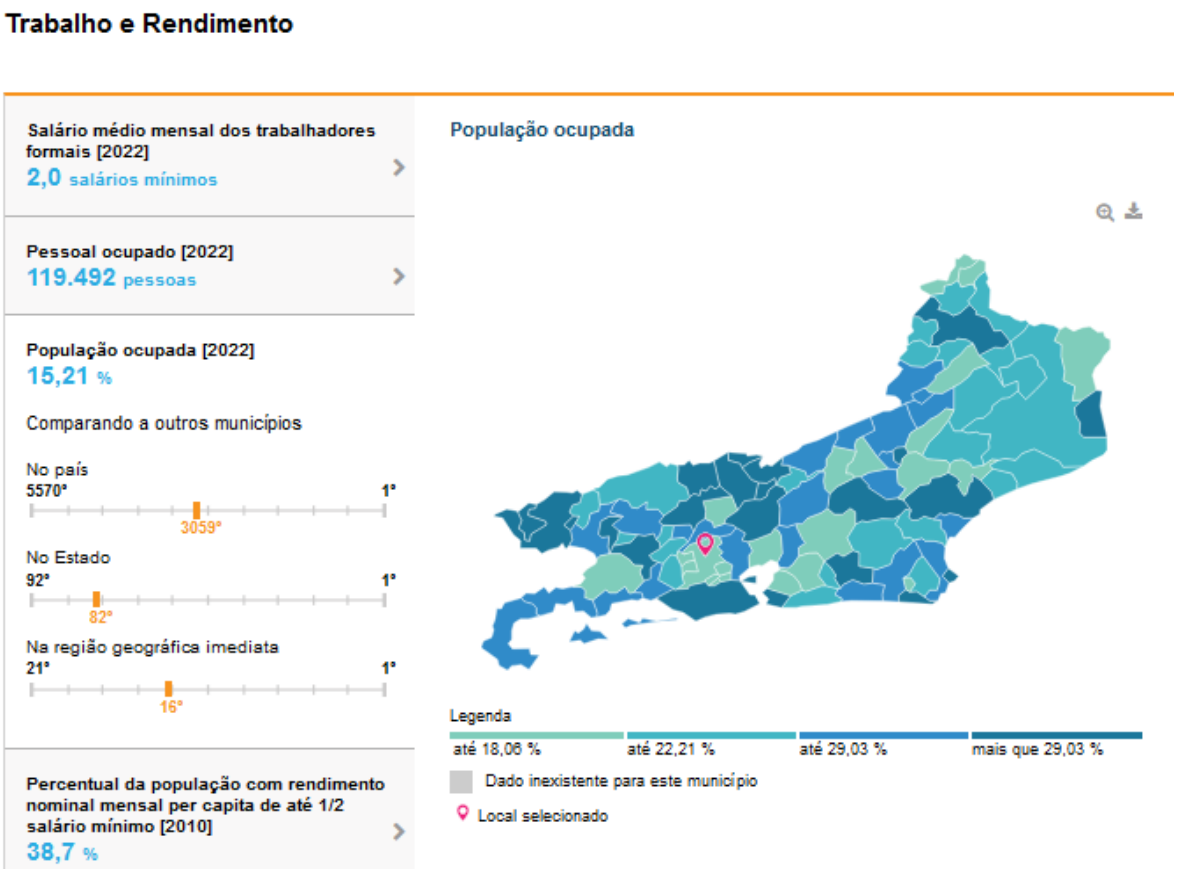
Tal trecho não chega a mencionar nominalmente os bairros identificados pelos trabalhadores da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades, porém é possível de ser percebido elementos que constituem um conjunto de expressões da questão social tais como a precariedade no urbanismo presentes no município de Nova Iguaçu e a sua região, a Baixada Fluminense.

A respeito da caracterização dos bairros de Nova Iguaçu, o Plano Municipal (2021) afirma ainda:

> Esse crescimento esconde um enorme déficit habitacional em Nova Iguaçu, devido, principalmente, as habitações inadequadas e precárias, a coabitação familiar e o adensamento excessivo. Segundo o Plano Metropolitano, a carência de habitação em Nova Iguaçu é de 8,5% do total de domicílios, ou seja, aproximadamente 21 mil novas habitações. Ressalte-se que 86% do déficit habitacional na região está na faixa de renda de 0 a 3 SM, o que demarca uma profunda desigualdade na aquisição de moradia. (Nova Iguaçu, 2021, p. 50)

Com tais informações percebe-se que a ausência do bairro “Centro” entre os mais localizados segue em consonância com a construção desordenada da periferia do Rio de Janeiro (2021). Em relação aos dados divulgados pelo Censo Demográfico de 2022 do IBGE na parcela dos indicadores que diz respeito sobre o trabalho e rendimento, temos o seguinte cenário em Nova Iguaçu:

Gráfico 6: Censo 2022 em Nova Iguaçu:



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2022

Destaca-se a posição da cidade de Nova Iguaçu na octogésima segunda posição na classificação dos municípios, sendo o Estado do Rio de Janeiro composto por noventa e dois municípios. A percepção é de que a cidade iguaçuana ocupa os últimos lugares na taxa de ocupação na sua região.

Para analisar tal indicador do IBGE, concordamos com Behring e Boschetti (2011) que afirmam:

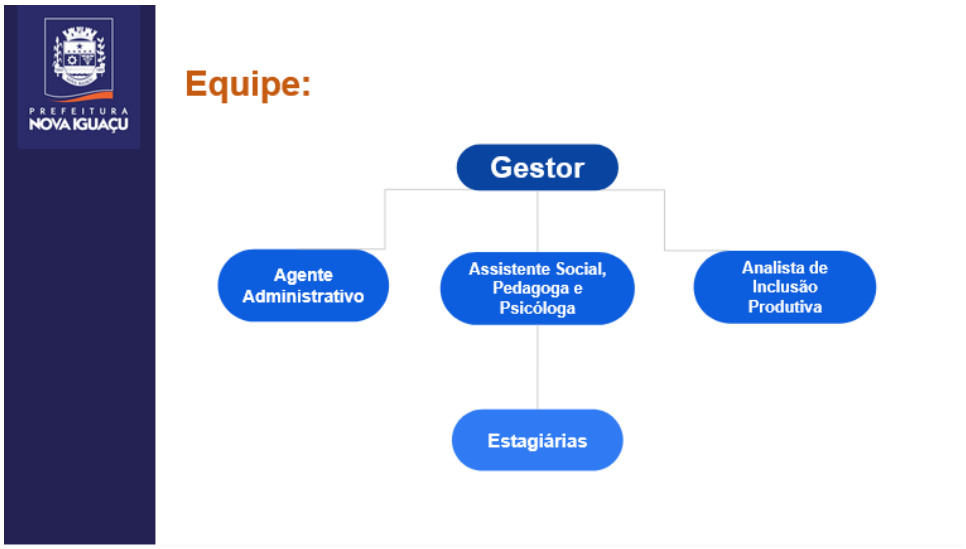
> A reestruturação produtiva, as mudanças na organização do trabalho e a hegemonia neoliberal, conforme apontado neste capítulo, tem provocado importantes reconfigurações nas políticas sociais. O desemprego de longa duração, a precarização das relações de trabalho, a ampliação das ofertas de empregos intermitentes, em tempo parcial, temporários, instáveis e não associados a direitos, limitam o acesso aos direitos derivados de empregos estáveis. (Behring, Boschetti, p. 133, 2011)

Portanto, posto o referido contexto da cidade de Nova Iguaçu e a sua relação com a teoria apresentada na dissertação, façamos o movimento de avançar na análise dos dados, agora seguindo para as ações presentes na experiência da inclusão produtiva na cidade.

2.3 As ações presentes na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades

Agora neste item serão apresentados os dados referentes ao documento "Capacitação – Agência" composto por informações pertinentes sobre quais as atividades eram desenvolvidas na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades e podermos assim, atingir o objetivo 03 proposto na dissertação. A Agência possui em sua equipe o seguinte organograma:

Figura 2 - Organograma da Agência



Fonte: Recorte de Agência-Capacitação

Percebe-se uma equipe técnica que corresponde a uma unidade de atendimento que lida com questões tangentes à educação, como é o caso da ANIO. Há a presença de um profissional de Serviço Social, o que segue a posição de destaque na política de assistência social. Chama a atenção o fato de a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades possuir um profissional específico para a Inclusão Produtiva.

Nos documentos disponibilizados para a pesquisa não há uma caracterização específica para o profissional de Inclusão Produtiva. Como extensionista, sabe-se que era uma de suas funções era ser o responsável por representar a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades em visitas externas à instituições, como em alguma associação de moradores em Campo Alegre, bairro rural de Nova Iguaçu. Era uma tarefa também estar presente na reunião do Conselho

Municipal de Segurança Alimentar e demais reuniões pertinentes à alguma atividade institucional da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu. Também era função deste profissional acompanhar as atividades de extensão indo às reuniões remotas com os integrantes do laboratório IPLAB, da UFRJ. Sendo assim, a existência deste profissional aponta uma atenção dedicada ao tema da inclusão produtiva na equipe.

Reitera-se que como nos documentos analisados não há uma descrição de cada função dos profissionais, portanto concentremo-nos na apresentação das atividades que estes profissionais desenvolviam:

Tabela 7: Serviços da ANIO

Serviços Oferecidos pela Agência Nova Iguaçu de Oportunidades	
Sala de espera humanizada:	É a porta de entrada da Agência. Por meio dela, os usuários são acolhidos e se tornam conhecedores dos serviços oferecidos pelos setores e equipamentos da Assistência Social; e o mais importante, recebem orientações objetivas para inserção no mercado de trabalho, e têm suas dúvidas esclarecidas.
Oficinas de orientação para o mercado de trabalho:	Diante da dificuldade para inserção no mercado de trabalho, as oficinas visam acompanhar os usuários atendidos através de palestras, dinâmicas e rodas de conversa a fim de sensibilizá-los sobre a produção de currículos, formação profissional e provocar a reflexão do trabalho como parte do projeto de vida.
Orientações básicas para entrevistas	Serviço oferecido aos usuários quando estes são convocados para um processo seletivo ou entrevista. O objetivo é orientá-los quanto à documentação necessária, o perfil, da empresa, apresentação pessoal, entre outras ações.
Balcão de oportunidades e auto Atendimento	A Agência oferece uma plataforma virtual de cadastro- PIA (Plano Individual de Acompanhamento) e autoatendimento. Além disso, realiza a divulgação de vagas de emprego e de cursos gratuitos, esclarece dúvidas de usuários

pelo WhatsApp:	e presta orientações sobre o exame que certifica jovens e adultos que não concluíram o ensino médio.

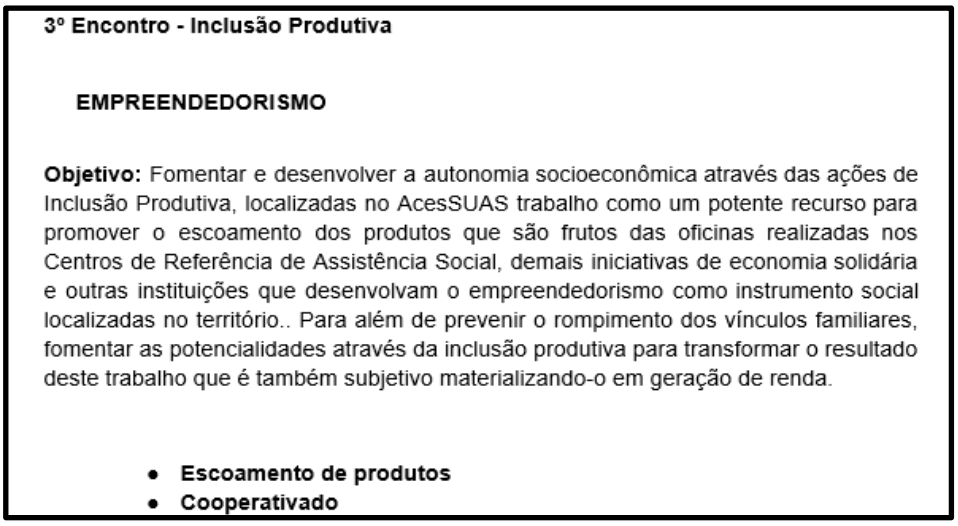
Fonte: elaboração própria com informações da SEMAS/NI

Enquanto extensionista presente na Agência, destaco algumas percepções de tais atividades listadas: Nota-se na tabela acima uma certa concentração no que é chamado de "orientações" e tal conteúdo se repete em pelo menos duas das ações da ANIO: a sala de espera humanizada e as orientações sobre entrevistas de emprego. Se tratando de temas correlatos, as orientações ministradas durante a sala de espera eram compostas por temas gerais sobre o cotidiano, como a reprodução de canções otimistas e funcionava da seguinte maneira: eram apresentadas as informações sobre onde estão localizados os CRAS, o CREAS e demais equipamentos pertinentes do território e ao final, uma canção era cantada pelo profissional da pedagogia. Como por exemplo a canção com a letra "é preciso saber viver" (não necessariamente esta, mas com o mesmo estilo motivacional). Eram ministradas também pela equipe do organograma, em caráter de escala, uma espécie de palestra motivacional, como estímulos a continuar no mundo do trabalho e conversas sobre dificuldades comuns nesta esfera ocupacional. Ainda, como dito, os equipamentos da assistência social também eram apresentados. Portanto, a ação possuía um objetivo indireto de socialização de informações sobre a estrutura da secretaria, porém deixando de lado a questão da inclusão produtiva.

Das ações presentes no quadro, o "Balcão de oportunidades e auto Atendimento pelo WhatsApp" era o momento em que as informações sobre escolaridade, ocupação de interesse e afins eram coletadas. Assim, tal balcão era uma atividade muito procurada pela população e o maior fluxo de atendimentos era na parte da manhã.

Na esteira das ações, a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades apresentava também um serviço para estímulo ao empreendedorismo, sendo parte de um de seus eixos de projeto. Detalhadamente:

Figura 3 - Encontro sobre empreendedorismo



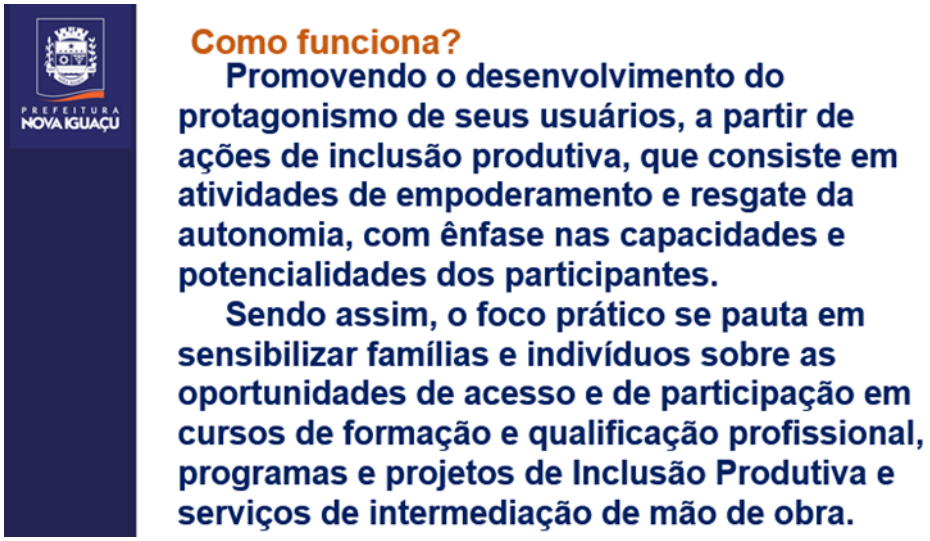
Fonte: Agência Nova Iguaçu de Oportunidades. Recortes próprios

Como assinalado por Boschetti (2016), observa-se a estreita relação entre trabalho e assistência social frente ao contexto de desmonte do Estado Social como as políticas sociais eram conhecidas. Também ao retornar à discussão sobre trabalho – elaborada no capítulo dois desta dissertação – percebe-se nitidamente alguns aspectos da nova morfologia do trabalho (Antunes, 2014) sendo contempladas pelas ações no encontro intitulado de "Inclusão Produtiva", como o cooperativismo, uma ação descrita no documento acessado.

Longe de apontar as lacunas da Agência, entende-se aqui a estreita relação em responder às demandas de uma gestão federal que, à época, pouco oferecia em ampliação dos direitos sociais, tendo por exemplo extinguido o Ministério do Trabalho, como certa vez lembrou a orientadora desta pesquisa. Portanto, restavam poucas alternativas aos profissionais. Faz-se aqui uma análise crítica, mas também entendendo a dialética relação do Estado com as necessidades e reivindicações da classe-que-vive-do-trabalho, nos termos de Antunes (idem).

No tangente aos objetivos, o mais próximo que foi identificado nos documentos analisados também é original do intitulado "Capacitação-Agência":

Figura 4: Objetivos da Agência



Fonte: Recorte de “Capacitação - Agência”

Tal como aponta a literatura, percebe-se na descrição acima uma concentração no sujeito, dissociando a condição de precarização posta contexto econômico de flexibilização. Druck (2022) aponta que tal característica é própria do atual momento do capitalismo. Percebe-se na ANIO uma característica dialética das políticas sociais: conceder respostas aos embates de classe dos trabalhadores, mesmo que com respostas parciais e/ou insuficientes para a sua subsistência. Ao direcionar a atenção da questão do desemprego na família e no indivíduo, o material apresentado tende a personalizar um padrão que é próprio do modo de produção capitalista: deixar uma parcela da população de fora do mundo do trabalho.

Portanto, tais ações tendem a um senso comum no que diz respeito às percepções sobre o trabalho e acaba por não oportunizar um momento de acolhimento do trabalhador pauperizado, tampouco oferece uma articulação da rede municipal para a elaboração da inserção em vagas ociosas de equipamentos públicos, por exemplo.

No que diz respeito à tipificação oficial sobre as ações de Inclusão Produtiva na política de assistência Social, Souza (2022) traz o seguinte cenário:

Figura 5: Tipificação oficial sobre a Inclusão Produtiva na Assistência Social

QUADRO I
Inclusão Produtiva na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

SERVIÇO	FINALIDADE	RELAÇÃO COM A INCLUSÃO PRODUTIVA
Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF	Segurança de desenvolvimento da autonomia	Ter acesso a informações e encaminhamentos a políticas de emprego e renda e a programas de associativismo e cooperativismo.
	Articulação em rede	Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva.
Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (LA) e (PSC)	Articulação em rede	Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva.
Serviço de acolhimento institucional	Objetivos específicos: Para adultos e famílias; mulheres em situação de violência e pessoas com deficiência	Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva
	Articulação em rede	Programas e projetos de formação para o trabalho, de profissionalização e de inclusão produtiva.
Serviço de acolhimento em repúblicas	Articulação em rede	Programas e projetos de formação para o trabalho, de profissionalização e de inclusão produtiva.

Fonte: Elaboração própria a partir da Tipificação (BRASIL, 2013).

Fonte: Recorte de Souza, 2021, p. 87

Diante do exposto, percebe-se que as ações de Inclusão Produtiva da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades aproximam-se do Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF no tangente às atividades analisadas. Entretanto, não foi identificado na análise documental elementos que apontassem uma articulação com a rede do Sistema Único de Assistência Social do município, como o Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social, o CREAS.

Em 2011, época de importantes resoluções para a solidificação do Sistema Único de Assistência Social, uma delas também propiciou a oficialização das ações de inclusão produtiva como uma das atividades na Proteção Social Básica e Especial. A inclusão produtiva, na prática deveria se dar através de serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e acontecer de forma articulada com a rede socioassistencial do território dos equipamentos governamentais. Segue a contextualização:

> Nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Assistência Social estabeleceu na Resolução CNAS nº 33/2011 que a promoção da integração ao "mercado de trabalho", no campo da Assistência Social, deve ser entendida como integração ao "mundo do trabalho", por ser esse um conceito mais amplo e adequado aos desafios da política de

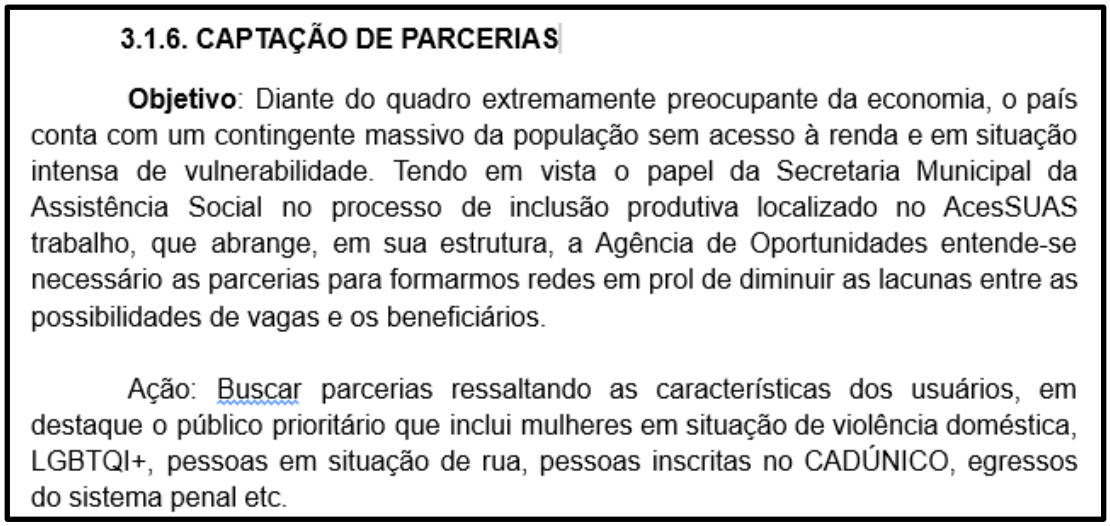
> Assistência Social, atendendo as famílias e indivíduos no conjunto de suas vulnerabilidades.
>
> A Secretaria Nacional de Assistência Social, para dar cumprimento ao que determina a LOAS (artigo 2º, inciso I, alínea c) e considerando a Resolução do CNAS, criou o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS. (Brasil, 2013, p. 12)

A inclusão produtiva, na prática deveria se dar através dos serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e acontecer de forma articulada com a rede socioassistencial do território dos equipamentos governamentais. Deste modo, entende-se a relação do ACESSUAS com a ANIO, já que ela é identificada como uma experiência municipal, legitimada pela resolução estabelecida pelo Conselho Nacional de Assistência Social e incorporada na rede SUAS.

Tampouco a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades buscou construir uma rede com os serviços de acolhimento institucional do município, tendo em vista esta ser uma ação relacionada à uma potência de inclusão produtiva de seus usuários para a Política de Assistência Social. Ainda, não há algo oficial que denota uma relação com as demais pastas governamentais como a secretaria de Educação, por exemplo, apontando enormes dificuldades de articulação intersetorial.

Peguemos como exemplo a população em situação de rua, um público que acessa a política de assistência social e é um exemplo contemporâneo da superpopulação relativa do capital e que acaba ingressando no radar das ações de inclusão produtiva, como apontam também os documentos obtidos para a pesquisa:

Figura 6: Recorte de “Sugestão SEMAS/NI”:



3.1.6. CAPTAÇÃO DE PARCERIAS

Objetivo: Diante do quadro extremamente preocupante da economia, o país conta com um contingente massivo da população sem acesso à renda e em situação intensa de vulnerabilidade. Tendo em vista o papel da Secretaria Municipal da Assistência Social no processo de inclusão produtiva localizado no AcesSUAS trabalho, que abrange, em sua estrutura, a Agência de Oportunidades entende-se necessário as parcerias para formarmos redes em prol de diminuir as lacunas entre as possibilidades de vagas e os beneficiários.

Ação: Buscar parcerias ressaltando as características dos usuários, em destaque o público prioritário que inclui mulheres em situação de violência doméstica, LGBTQI+, pessoas em situação de rua, pessoas inscritas no CADÚNICO, egressos do sistema penal etc.

Fonte: SEMAS/NI, recorte próprio

Veja, a falta de emprego formal é uma máxima para esta população, portanto, é possível identificá-los como parte da categoria marxista de superpopulação relativa, o exército industrial de reserva. Virginia Fontes (2018) apresenta uma constatação sobre a função da superpopulação relativa no capitalismo:

> A dinâmica de funcionamento do capitalismo produz de maneira dupla superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva: pela expropriação daqueles cujos meios de existência possam converter-se em capital e pelo desemprego recorrente de grandes quantidades de trabalhadores. O papel dessas massas trabalhadoras desprovidas de emprego também é duplo: elas contribuem, contra a sua vontade, para reduzir o valor dos salários daqueles que conservaram seus empregos, e constituem uma reserva para momentos de expansão do capital e de implementação de novos setores, que abocanham atividades convertidas em formas de exploração capitalistas, ou investem em novos ramos de atividade (Boschetti, 2018, p. 25).

Apesar de ser um público homogêneo em sua caracterização socioeconômica, o perfil da população em situação de rua é heterogêneo quando percebido os projetos de vida e as causas para a situação de rua que são oriundas de um fenômeno social multidimensional (Krenzinger, 2017). Portanto, este público aparece como usuário da Assistência Social sob a sua Proteção Social de Média Complexidade através de seus Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, o Centro Pop. A Agência à época em que o discente era extensionista do ambiente pensava em desenvolver um projeto voltado para a criação de curso de barbeiro para a população em situação de rua. Entretanto, tais atitudes não seguiram rumo à aplicação. O que denota uma inação perante ao público que acessa os serviços socioassistenciais da Agência e/ou são encaminhados pelas demais unidades de atendimento do Sistema Único de Assistência Social da cidade.

Em uma sociedade de capitalismo central, o pleno emprego ainda foi possível no Norte Global, deixando a informalidade como algo a ser diluído. Porém, sendo o Brasil um país de capitalismo periférico, ao longo da sua história econômica e o processo de exclusão de sua população racializada e outrora escravizada, a informalidade compõe a sua massa de trabalhadores, estes que muitas vezes possuem jornadas de trabalho mais extensas do que aos regulares, logo tem-se a superexploração. Ainda, adiciona-se o exército industrial de reserva que possui também como característica as pessoas que vivem em situação de rua.

Sobre as iniciativas para a geração de emprego e renda para a população em situação de rua usuária do Sistema Único de Assistência Social, identifica-se na esfera federal que em outubro de 2023 foi aprovada a “Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua” de autoria da deputada federal Erika Hilton que cita em suas quatro primeiras diretrizes:

> Art. 3o
> São diretrizes da Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua:
> I – a oferta condições de autonomia financeira e de enfrentamento à pobreza, por meio de programas redistributivos, de elevação de escolaridade, qualificação profissional e promoção do acesso amplo, seguro e simplificado ao trabalho e à renda;
> II - a consideração da heterogeneidade da população de rua, notadamente quanto ao nível de escolaridade, condições de saúde, faixa etária, origem, relações com o trabalho e com a família;
> III - o fomento de ações de enfrentamento ao preconceito, discriminação e violência contra pessoas em situação de rua no ambiente de trabalho.
> IV - a garantia, no acesso ao trabalho e à renda, de transversalidade e de articulação territorial com outras políticas públicas setoriais, como saúde, assistência social e habitação;(Hilton, 2023, p. 2).

Observa-se uma preocupação em relacionar a geração de trabalho e renda com a autonomia, o que faz consonância com a garantia de direitos humanos que embasa os conceitos defendidos pelos intelectuais do campo crítico que pesquisam as políticas sociais.

Em Nova Iguaçu, cidade em que se concentram pesquisas e ações de extensão de geração de emprego e renda pesquisadas, um recente projeto de lei também foi aprovado no ano de 2023 e denota a importância da política de assistência social no debate sobre a inserção produtiva dessa população, vejamos:

> Nova Iguaçu – A Câmara Municipal de Nova Iguaçu aprovou, na última semana, projeto de lei que destina o percentual de 5% do total de vagas de trabalho disponíveis nas áreas de serviços e obras públicas municipais para os moradores em situação de rua.
> Autor do projeto, o vereador Claudio Haja Luz informou que para ser beneficiada as pessoas precisam estar cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência Social.
> “Entendo que esta proposta é de suma importância para garantir cidadania e qualidade de vida para a população de nossa cidade. Muitas pessoas foram morar na rua por falta de emprego. Para aqueles que querem uma nova chance de se reerguer este projeto vai ajudar”, disse. (O Dia, 2023).

Apesar de conter determinado juízo de valor em sua fala, comum nas ofensivas do senso comum destinadas à população em situação de rua, que carregam consigo diversos estigmas, a iniciativa apresenta-se como uma ação concreta que viabiliza a geração de emprego e renda preconizadas pelo também recente projeto de lei aprovado em esfera federal que institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua. Tal iniciativa em uma importante cidade da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro pode ser um indicativo de uma ação concreta de inserção no mundo do trabalho através de vínculos empregatícios efetivos.

Em ambos projetos analisados brevemente nesta seção percebeu-se a referência sobretudo literal à Política de Assistência Social, o que denota um reconhecimento tanto dos agentes políticos, como sinaliza para uma legitimidade social desta política que compõe o

recentemente desmontado sistema de proteção social brasileiro. Fica o desafio de que na atualidade é preciso retomá-lo através do retorno do orçamento - mitigado desde a antidemocrática Emenda Constitucional 95.

2.4 Limites e potencialidades das ações de inclusão produtiva em Nova Iguaçu - um breve balanço

Neste último tópico que encerra o capítulo três não haverá exposições de dados, mas, uma análise sobre os limites e as potencialidades das ações de inclusão produtiva na cidade.

É de se reconhecer a iniciativa de uma secretaria municipal em criar um equipamento apenas para uma demanda que sequer é a prioridade, pois a maioria dos recursos da política de assistência social tendem a não ir para os serviços socioassistenciais e sim para as transferências de renda direta. Nesse sentido, há uma iniciativa interessante a ser destacada.

O quantitativo analisado também indica que havia trabalhadores solicitando empregos na ANIO. Porém é preciso analisar de forma estrutural, mesmo com a iniciativa local. Percebe-se na Agência a reprodução de algumas pautas da flexibilização próprias da contemporaneidade do capitalismo. Tais como cita Druck (idem):

> Na realidade, poderia se pensar, inspirada em Gramsci, que a acumulação flexível trouxe uma ideologia e uma cultura do empreendedorismo que expressam o crescente processo de individualização do trabalhador, responsável pelos riscos do seu empreendimento, uma condição que passa a ser defendida não só como única saída à crise do emprego, mas a ser considerada como libertadora do controle, como conquista de autonomia e de autogestão do trabalho (LIMA, 2010). Tal transformação da relação de trabalho determina uma conduta muito diferente do trabalhador assalariado "fordista", pois sua forma de vida está orientada pela postura de um "empresário de si mesmo", motivado pela concorrência e absorvendo a lógica do mercado como valor maior para seu comportamento em todas as esferas de sociabilidade. O que faria do empreendedorismo, segundo Amorim, Moda e Mevis (2021), uma forma análoga ao americanismo em tempos neoliberais (Druck, 2023, p. 41).

No decorrer dos documentos analisados, percebe-se o termo “autonomia”, por exemplo. Tal discurso faz jus às tônicas demandadas pela iniciativa privada. Ao ser uma pasta do Estado, a secretaria acaba por replicar ações e iniciativas que fogem à lógica dos direitos e dos interesses da classe-que-vive-do-trabalho. Contudo, ainda é uma ação que denota uma atenção em meio a um contexto pandêmico e sob uma gestão federal – de Jair Bolsonaro – que não auxiliava os

estados e municípios, tendo até mesmo extinguindo o Ministério do Trabalho. Como se sabe, sem ministérios, sem recursos, os municípios tendem a aglutinar as suas pastas.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, no primeiro trimestre de 2024 a taxa de subutilização da força de trabalho no Rio de Janeiro era em torno de 3,2% frente a 1,2% de índices nacionais. Porém, dado o contexto da baixa formalização de empregos vistos em Nova Iguaçu, sabe-se que há dados invisíveis quando focamos no contexto municipal, não identificado pela pesquisa.

Entendendo os limites das respostas às necessidades dos trabalhadores, é interessante que se perceba como a equipe se empenhou em aglutinar informações relevantes para a elaboração e análise de projetos sociais, tais como inserção no mundo do trabalho. Logo, os assistentes sociais contribuem na tabulação destes indicadores, reforçando, assim, o papel dialético do Estado ao responder as expressões da questão social:

> Como expressão das estratégias de enfrentamento da questão social e dos mecanismos institucionais que asseguram os direitos sociais conquistados a partir das disputas societárias, as políticas públicas encerram condições socioinstitucionais, nas quais o trabalho do assistente social se efetiva, que dependem da dinâmica entre o Estado e a sociedade civil quanto às suas formulações e alcance. As mudanças no mundo do trabalho, em particular a partir da crise estrutural do próprio capital e das alternativas que são formuladas sob a hegemonia da burguesia financeira, dependem da capacidade de intervenção do Estado na sustentação dos mecanismos de regulação social necessários ao processo de acumulação (Almeida, Alencar, 2015, p. 164 e 165).

A partir da citação acima, afirma-se que as potencialidades encontradas na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades, bem como em suas ações e propostas de trabalho se encontram não em seu objetivo principal – inserção no mundo do trabalho – mas, na capacidade de organizar uma equipe multiprofissional composta por pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e acadêmicos em uma esfera pública municipal durante um período adverso como a pandemia de covid-19. Todos reunidos para discutir e elaborar processos de trabalho com temas relevantes à classe que vive do trabalho: a necessidade de manter a sua subsistência.

A ênfase naqueles que tendem a ficar na superpopulação relativa do capital como os periféricos, as mulheres em extrema pobreza, a população em situação de rua e a população LGBTQIAPN+ apontam ainda um olhar interseccional importante quando associamos a característica multifacetada da classe trabalhadora contemporânea (Antunes, 2014).

No aspecto aos limites das ações de inclusão produtiva, tal como Druck (2023) indica, a precariedade parece ser uma característica que segue com os trabalhadores na atualidade. Com isso, a Agência tende a reproduzir alguns destes aspectos como a lógica do incentivo ao

empreendedorismo, sem alguma ação concreta relacionada à geração de emprego e renda, pelo menos no período estudado para esta dissertação.

Encerra-se este capítulo com um chamamento à construção de uma cidade na qual possamos ter o direito de habitar, de morar, trabalhar e de escolher conduzir os nossos projetos de vida. Harvey afirma que:

> Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou um poeta guerreiro com ambições imperiais) (Harvey, 2014, p. 30).

Dada à característica de Nova Iguaçu ser uma cidade com aspectos de uma metrópole entre os 13 municípios da Baixada Fluminense, é preciso que ao construir políticas públicas, seja no âmbito da assistência social ou em outros, haja a construção também de subsídios para um projeto de cidade que não apenas busque incluir, mas congregar e partilhar o bem-viver.

Com isso, aponta-se que apesar de ser uma iniciativa importante, para que os resultados da ANIO fossem concretos e mensuráveis era preciso:

1) Construir documentos e instrumentos de trabalho que buscassem sistematizar os resultados das ações de inclusão produtiva. Tais como dados dos usuários que, de fato, foram inseridos no mundo do trabalho seja por vínculos formais ou ocupações advindas de capacitações;

2) Construir uma rede de articulação com os serviços pertinentes ao mundo do trabalho existentes no território, a fim de ter ações concretas;

3) Uma possível capacitação continuada com a equipe técnica no tangente às condições do mundo do trabalho contemporâneo e como abordar tais características de forma crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa, foram encontrados alguns resultados brevemente discutidos e algumas hipóteses ventiladas, tais como: as ações de inclusão produtiva, por vezes, tendem a não apontar as raízes do desemprego; uma vez que tais ações ficam na esfera dos atendimentos, sem um quantitativo efetivo de trabalhadores absorvidos no mundo do trabalho; a assistência social traz a pauta da inserção social para si em um contexto de neoliberalismo e descontinuidade do projeto de construção de uma seguridade social ampliada.

Nesse sentido, com a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades pode-se ter um ilustrativo do material teórico levantado na revisão bibliográfica, instrumento metodológico que era basilar desta dissertação, sendo a análise documental o segundo instrumento. Ao final, pode-se afirmar que a metodologia seguiu o seu percurso e os objetivos foram sanados, mesmo que as respostas sejam palco para o bom, necessário e futuro debate público, crítico e democrático.

Espera-se que com esta dissertação refletir com um pouco mais de profundidade como é o processo de ações de inserção produtiva por meio das políticas sociais brasileiras, expressivamente aqui a assistência social. É confessável já neste momento que tal pesquisa surgiu com a própria necessidade de eu mesmo entender melhor como era este campo de atuação e estudo que me apropriei devido à Extensão Universitária.

A (re)construção da Seguridade Social em seu conceito ampliado é uma agenda que não deve ser deixada de lado frente à antítese das não democráticas Reforma da Previdência e Trabalhista sancionados nos governos Temer e Bolsonaro. Reformas estas que, na forma que foram estabelecidas, acabam mais por inviabilizar as políticas sociais do que torná-las aplicáveis às demandas da classe-que-vive-do-trabalho. O que acaba por sobrecarregar e concentrar na política de assistência social as respostas parciais que deveriam ser conduzidas pela Seguridade Social num todo.

Daí as análises que consideram uma assistencialização da política social. Compreende-se aqui uma análise de que: a assistência social é consolidada no Brasil em uma época propícia à ampliação dos direitos sociais no pós-ditadura, porém, contraditoriamente acaba por ser a política que assume um certo protagonismo da atenção nos anos seguintes, devido aos ajustes neoliberais que se agudizam após o Golpe parlamentar que resultou no processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Como se sabe, a Política Social – desde a sua gênese – caminha também com o viés conservador e moralizador, como aponta a literatura do Serviço Social. Contudo, embora não se refute a presença de tais características, é com a sua defesa que devemos andar.

Dado o contexto de resgate da proteção social brasileira, tendo em vista as eleições presidenciais de 2023 que elegeram uma candidatura progressista, o desmonte nos sistemas de proteção social, principalmente desde a Emenda Constitucional 95 precisam ser cessados para que novos projetos como os aqui explicitados possam emergir.

Ademais, ainda, que o Serviço Social tenha se consolidado como uma área de produção de conhecimento das políticas sociais e do trabalho, é preciso trazer para o interior da categoria a necessidade de se atentar aos determinantes interseccionais dos sujeitos e expressões da questão social que se estuda, sobretudo de um público heterogêneo como é o caso da população usuária das políticas sociais, especialmente a assistência social, política historicamente destinada aos pauperizados e expropriados do modo de produção capitalista.

Acrescenta-se a esta tarefa a disputa pelo fundo público e pelo financiamento de políticas e projetos sociais. Apenas com objetivos definidos é que se consegue construir pilares que mudam a realidade de toda uma classe multifacetada que vive do trabalho.

É preciso também fazer a consideração de que a Inclusão Produtiva não é tida aqui como uma ação a ser extinta ou que não atenda às demandas e necessidades dos usuários do Sistema Único de Assistência Social, ao contrário. Mas, sem entender as origens dos acontecimentos sociais que a inclusão produtiva busca responder (a ausência e a geração de emprego e renda) ela será limitada, moralizadora e fragmentada. Enfim, alienada. Justamente por não entender o seu público e o escopo de sua política hospedeira, a assistência social.

Durante o governo Bolsonaro o Brasil enfrentou diversas dificuldades, seja no aspecto político devido à agenda neoconservadora, mas principalmente no tangente aos constantes cortes de gastos e descontinuidade de políticas sociais. A mesma gestão ocorreu ainda durante a pandemia de covid-19, mesma época da experiência que conduziu esta dissertação. O governo Lula eleito em 2022 chegou com um afrouxamento nos gastos durante a emergência em saúde, os cortes voltaram durante a nova gestão, desta vez com a pressão que vem do Banco Central.

Dado tal contexto de pós-pandemia e disputa do fundo público, muitas tarefas precisarão ser desenvolvidas no campo da Assistência Social. A começar pelo enfrentamento dos repasses financeiros concentrados nos benefícios de transferência direta de renda como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, tendo como minoria os investimentos nos serviços como o fortalecimento de vínculos através dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Com as suas características socioeducativas, as atividades de fortalecimento de vínculos inclusive poderiam ser conectadas à debates sobre o mundo do trabalho e inserção neste, uma vez que esta é uma tarefa absorvida pelos profissionais da assistência social.

No tangente às ações de inclusão produtiva na assistência social, elas devem ser encaradas como uma atribuição articulada a outras políticas de Estado, tais como as pastas do Trabalho. Com um ministério do Trabalho reintroduzido na esplanada, há no presente direcionamentos formais para que tais ações não sejam desarticuladas de aspectos como o Sistema Nacional de Emprego, o SINE. Fato que durante a experiência na Agência não havia.

Tal como aponta a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) a política de assistência social deve aparecer como uma parceira, uma articuladora das ações de inserção ao mundo do trabalho e o protagonismo ser das políticas de trabalho. Com esse norte, é profícuo a presença de ações como da Agência no interior do SUAS, desde que sigam sob a ótica de um sistema de proteção social atento não somente às demandas do mercado, mas às necessidades e particularidades dos usuários da Assistência Social que requerem as ações de geração de emprego e renda.

Em Nova Iguaçu, projetos precisam ser oficializados e tidos como ações oficiais e não eleitorais, assim iniciativas profícuas como a ANIO com o seu importante organograma multiprofissional não sejam descontinuadas.

Como ensina Boschetti e Behring (2011), as políticas sociais podem ser observadas também a partir do ponto de vista político. Sob esta ótica, nota-se nas ações da dita inclusão produtiva fatores que levam a associá-la a esta afirmações. Isso porque, sendo também uma ativação ao subemprego (Boschetti, 2016), tais ações também podem vir a ser utilizadas como um mecanismo político para trazer visibilidade para os grupos gestores e uma certa legitimação da pasta da assistência social local.

São estas algumas das respostas que os pesquisadores e profissionais do Serviço Social e das políticas sociais precisam perseguir. Com esta dissertação, construída com dedicação, conserto de lacunas e avanços celebrados, buscou-se contribuir, mesmo que minimamente, para o debate e a reflexão crítica sobre o tema.

Aos assistentes sociais há um chamamento que realizo aqui para que possamos nos debruçar sobre categorias temidas, mas importantes para a profissão e para a produção acadêmica no campo crítico das políticas sociais. Uma destas categorias é o trabalho. Esta foi uma tarefa pessoal, mas que fiz em nome de uma categoria que por vezes acaba por se afastar de eixos basilares da formação profissional. É apenas perseguindo o projeto ético-político profissional que se consegue adicionar novas lutas para atingir as necessidades da classe trabalhadora, bem como questionar formas de fazer e pensar a profissão.

Durante a experiência enquanto extensionista na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades pude perceber o quanto a prática profissional do assistente social, se embasada

na teoria crítica das políticas sociais, pode ser determinante no debate sobre uma assistência social que esteja concentrada nas estruturas do modo de viver da sociedade contemporânea e não voltada às críticas conservadoras aos modos de vida de seus usuários.

Para o futuro da pesquisa, permanecem algumas perguntas: com as políticas sociais sendo engendradas já no seu início por conceitos sob a ótica de uma sociedade racista e conservadora, há de se questionar: por que existe uma considerável parcela da população desempregada/precarizada predominantemente racializada? E a população não cis-heteronormativa? Onde esta última se encaixa na política de assistência social?

Encerro esta dissertação apontando que seja constantemente conduzido um olhar para o para o perfil dos usuários das ações que buscam a geração de emprego e/ou renda e que também se atentem às categorias teóricas e estruturais sobre o trabalho.

Não há espaços para estranhamentos que sejam impossíveis de serem discutidos. Mas, para isso é preciso o dever de se analisar os indicadores, ir até a teoria e de se chegar em uma conclusão. Com a certeza de que tal produção buscou perseguir o rigor científico, deixo para quem vem depois a tarefa de atualizar e apontar os próximos caminhos do debate.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia. Literária, Elefante, 2016

ALMEIDA, Guilherme Silva de. Diversidade de gênero, violência e a importância de uma compreensão ampliada do tema. *In:* Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018, Vitória. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23558> Acesso em: 05 jun. 2023.

____ et al. A necessária rediscussão da categoria divisão sexual do trabalho: inferências a partir de análises de experiências trans. *in*: MELO, A. I. S. C.; CARDOSO, I. C. da C.; FORTI, V. L. (Org.). *Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopias*. Navegando Publicações, 2020.

ALMEIDA, Ney Luiz; ALENCAR, Mônica Maria. Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, jul. 2015, p. 161-180. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação e Sociedade. Campinas, v. 25, n 87, p. 335-351, mai/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo. SÉCULO XXI: Nova Era da Precarização Estrutural do Trabalho? Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. Estudos Avançados, 28 (81), 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/zDCryfbtfD3Yw6YXTTB3YXL. Acesso em fev. 2024.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho; 11ª. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

_____. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo, Boitempo 2020.

_____. Capitalismo pandêmico. São Paulo, Boitempo, 2022.

APARECIDO Rendon, Silvio, CHRISTINE SANTOS DE CAMPOS, Eliane. Tendências atuais da proteção social: considerações sobre o workfare e as políticas de ativação. SER Social, *[S. l.]*, v. 23, n. 48, p. 156–175, 2021

ARAÚJO, Cleonice Correia; PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno; GUILHON, Maria Virgínia Moreira; SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. RELAÇÃO ENTRE POBREZA E TRABALHO NO BRASIL: expressão de seus dilemas na Política de Assistência Social

. *Revista de Políticas Públicas*, v. 14, p. 131–152, 10 Dez 2012 Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/393. Acesso em: 5 jul 2024.
BARBOSA, Maria José de Sousa; SOUSA, Risomar Ferreira de; SANTOS, Maria Helena Loureiro dos. DEMANDAS DO TRABALHO AO ASSISTENTE SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO. *Revista de Políticas Públicas*, v. 14, p. 124–130, 10 Dez 2012 Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/392. Acesso em: 5 jul 2024.

BARBOSA, Rosângela Nair. Trabalho e Geração de Renda: a extensão universitária e a recomposição da razão crítica na universidade *in* Interagir: pensando a extensão, n.10, p. 127-130, Rio de Janeiro, ago./dez. 2006.

_____. A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: da "letra da lei" ao sentido do texto
. *Revista de Políticas Públicas*, v. 16, n. 1, p. 37–50, 15 Fev 2013 Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1175. Acesso em: 5 jul 2024.

_____. Arranjo produtivo local, política do espaço e flexibilização do trabalho. *in* Serv. Soc. Soc., n. 125, p. 167-188, São Paulo, jan./abr. 2016.

_____, Almeida, Ney Luiz Teixeira (Orgs.). Labirintos da Precarização do Trabalho e das Condições de Vida. CRV, Curitiba, 2023.

BEHRING Elaine e ROSSETTI Ivanete. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. Rev. Katálysis. v. 12, n. 1, p. 105-114, jun. Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 jul. 2024.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social e trabalho no capitalismo. São Paulo. Cortez, 2016.

_____. Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo. Cortez, 2018.

BRASIL, Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. ACESSUAS Trabalho: orientações técnicas. Programa Nacional de Promoção do Acesso do Mundo do Trabalho. – Brasília, 2017.

BRASIL**.** Ministério do Desenvolvimento Social. Plano Brasil Sem Miséria: Introdução. Brasília, 2011. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/wwp/BSM_introducao_PORT.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro. Consequência, 2020.

CÂMARA de Nova Iguaçu aprova projeto de lei que garante vagas de trabalho em obras públicas para moradores de rua. O Dia, 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/nova-iguacu/2023/09/amp/6709387-camara-de-nova-iguacu-aprova-projeto-de-lei-que-garante-vagas-de-trabalho-em-obras-publicas-para-moradores-de-rua.html> Acesso em: 06 de maio de 2024

CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social. Uma Crônica do salário. Petrópolis, Vozes, 1998.

COSTA, et. al. A estratégia de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil sem Miséria. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_9.pdf> Acesso em: 02 jun. 2023.

COUTINHO, Natã. Quando a Inação do Estado é um ato pensado: as políticas públicas LGBT+ no Brasil contemporâneo e os desafios para o Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, dezembro de 2021.

COUTINHO, Natã. Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão / PROFAEX – Edição 2021. Formulário para Relatório Parcial ou Final de Bolsista de Extensão, Nova Iguaçu, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe, 1ª edição. Boitempo, São Paulo, 2016.

ELOI, Núbia Machado. O mito da inclusão produtiva: o discurso ideológico de cidadania, inclusão social e crescimento econômico do estado brasileiro de FHC à Dilma, Belém, 2014.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Perspectivas para o trabalho no Brasil. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, *[S. l.]*, v. 21, n. 51, p. 116–136, 2023. DOI: 10.12957/rep.2023.72468. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/72468. Acesso em: 5 jul. 2024.

FLUMINENSE, Casa. Mapa da desigualdade: região metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

_____, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro contam com menos da metade dos CRAS para atender as famílias. Disponível em: https://casafluminense.org.br/nova-iguacu-e-rio-de-janeiro-menos-da-metade-dos-cras-para-atender-as-familias/. Acesso em: 05 jul. 2024

FRASER, Nancy. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. Autonomia Literária, São Paulo, 2020.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis, v. 10, p. 37–45, 2007.

FREELAND, Alexandre; COSTA, João Vitor. De Austin para Austin: as tecnologias do maior festival de inovação do planeta que podem ser usadas na Baixada Fluminense. O Globo, Rio de Janeiro, 31 mar. 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/03/31/de-austin-para-austin-as-tecnologias-do-maior-festival-de-inovacao-do-planeta-que-podem-ser-usadas-na-baixada-fluminense.ghtml. Acesso em: 21 jul. 2024

GAMA, A. S.; SILVA, A. P. P. da. Gênero, família e trabalho: questões atuais para o serviço social. CRV, Curitiba, 2024.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere - Vol. 01. Introdução ao estudo da filosofia, A filosofia de Benedetto Croce. 14ª ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. A loucura da razão econômica “Marx e o capital no século XXI”. São Paulo: Boitempo, 2018.

HILTON. E. PL 2245/2023, Portal Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2358915> Acesso em: 06 de maio de 2024.

HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991 / Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE, Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil - 2ª edição, Rio de Janeiro, IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf> Acesso em: 05 jun. 2023.

_____. PNAD Contínua, Painel. Pessoas na força de trabalho - 2024/1º trimestre. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

_____. Panorama: Nova Iguaçu. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama. Acesso em: 1 ago. 2024.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENZINGER, M. (org). Populações em situação de rua. Rio de Janeiro: Pallavra Certa, 2017.

MARX, Karl. O capital. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARINHO, Silvana. Relações de opressão-exploração da modernidade colonial: notas sobre cidadania trans e emancipação. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, *[S. l.]*, v. 19, n. 47, 2021. DOI: 10.12957/rep.2021.56075. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/56075. Acesso em: 8 jun. 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo. São Paulo, Boitempo, 2019.

MBEMBE, Achillle. Necropolítica. Arte & Ensaios. 32. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre. Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2010

MOSER, Liliane. A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: workfare e medidas de ativação. Rev. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 68-77, jan./jun. 2011

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVA IGUAÇU. Plano Municipal de Direitos Humanos de Nova Iguaçu. Organização: Diretoria de Direitos Humanos Nova Iguaçu, Secretaria Municipal de Assistência Social, Nova Iguaçu. 2021

PAIXÃO, Marcelo; THEODORO, Mario. ... para depois dividir: notas sobre Reforma Previdenciária e assimetrias raciais no Brasil. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, *[S. l.]*, v. 18, n. 45, 2020. DOI: 10.12957/rep.2020.47220. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47220. Acesso em: 5 jul. 2024.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

POCHMANN, Marcio. Desafios e limites das políticas de emprego no Brasil. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 19, n. 1, 1998.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Um toque de Clássicos: Marx,Durkheim e Weber. 2ª ed. Revista e ampliada. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. O processo de implantação do SUAS: uma reflexão sob a ótica da gestão. *ARGUMENTUM*, Vitória, v. 2, n. 2, p. 174-188, jul./dez. 2010.

SANTOS, M. P. A. D. et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. Estudos Avançados, v. 34, n. 99, p. 225–244, maio 2020.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil. Cultura e Educação para a Democracia, Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

SENNA, Monica; SUAREZ BALDO, Valentina Sofia; SOUTO MAIOR, Aline. COVID-19 e proteção social: respostas de governos nacionais à garantia de emprego e renda na América Latina. SER Social, Brasília, v. 24, n. 51, p. 282–304, 2022. DOI: 10.26512/sersocial. v24i51.43144. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/43144. Acesso em: 5 jul. 2024.

SILVA Maria Ozanira da Silva e, Yazbek Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. 3. ed. São Paulo. Cortez, 2012.

_____, Salviana de Maria Pastor Santos; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Auxílio emergencial e trabalho do Serviço Social no contexto da Covid-19. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, *[S. l.]*, v. 19, n. 48, 2021. DOI: 10.12957/rep.2021.60299. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/60299. Acesso em: 5 jul. 2024.

SOUZA. Fátima Valéria Ferreira de, (org.) Assistência Social e Inclusão Produtiva. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2014.

_____(org). Assistência Social em Debate: interfaces de uma política em construção, organizado por Fátima Valéria Ferreira de Souza, Rio de Janeiro/UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2021.

TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais. Afinal do que se trata? REVISTA USP, SP, março / maio, 1998.

THEODORO, Mário A sociedade desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2022.

TRINDADE, Mably. A assistência à saúde de pessoas transexuais: aspectos históricos do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro/ Mably Jane Trindade Tenenblat. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2014. 212 f.

ANEXO A – Declaração de solicitação de dados da SEMAS-NI

DECLARAÇÃO

Eu, Natã Sousa Coutinho, CPF 175.947.857-11 solicito à Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu - SEMAS o acesso aos seguintes documentos:

- Planilha de hospedagem do Plano de Atendimento Individual (PIA)
- Pastas da plataforma *Google* com informações sobre a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades
- Traçado metodológico da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades

Declaro que tal solicitação objetiva a análise dos documentos para fins de pesquisa acadêmica a constar no projeto de pesquisa intitulado: *A relação Trabalho-Assistência Social: reflexões a partir das ações de Inclusão Produtiva no SUAS de Nova Iguaçu* orientado pela professora Dra. Andréa de Sousa Gama. A dissertação resultante do projeto será apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e possui financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Garante-se o sigilo e o anonimato das informações a serem disponibilizadas.

Natã Sousa Coutinho

Assinatura do solicitante

Andréa de Sousa Gama

Assinatura da orientadora

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2023